



Anais da Assembléia

N. 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 115.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Eronay Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Ricântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 58/87

Curitiba, 10 de julho de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia do Decreto n. 865/87, publicado no Diário Oficial do dia 10 de julho corrente, para que seja o mesmo, na forma prevista pelo artigo 118, § 1.^o da Constituição Estadual, apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa.

O Decreto ora submetido à apreciação desse Poder Legislativo estadual institui intervenção no Município de Mallet, em nosso Estado, tendo essa medida sido provocada, através do Ofício n. 825/87, pelo Tribunal de Contas do Paraná que encaminhou Resolução n. 6.265/87, nesse sentido aprovada por aquele Colendo Colegiado, calcada no dispositivo constitucional de início referido e ainda com base no art. 132, inciso III, e seu § 1.^o, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios do Paraná).

Trata-se de intervenção decorrente da falta de apresentação de contas municipais a que estava obrigada a administração pública de Mallet, na forma da lei (art. 118, III, da Constituição Estadual).

O respeito à autonomia municipal, no sentido da gestão de seus peculiares interesses encontra respaldo no cumprimento da vontade popular delegada por representação através do exercício livre e soberano do direito de voto.

Se, contudo, a vontade popular dirigida a propósitos sérios e com tendências ao bem estar geral não for respeitada pelos administradores que sonegam informações de seus atos, temerosos de submetê-los ao crivo do órgão constitucionalmente competente para apreciá-los, melhor que o Estado, respeitando mais os representados, titulares originários do Poder, que os representantes que o exercem de forma abusiva, intervenham para restaurar no município a austeridade e a moralidade, restituindo-se-lhe então a legítima autonomia para que sirva a causa pública e não seja instrumento de atos sem controle e sem medida.

Assim permite a Constituição Estadual, assim recomenda o bom senso, e assim exige o respeito merecido pelo povo de Mallet cuja autonomia de Governo lhe será oportunamente restituída para que a mesma funcione em seu benefício, para o seu desenvolvimento e para sua felicidade.

Esses os motivos que me levam a enviar esta Mensagem a essa augusta Casa de Leis, esperando a sua aprovação pelos integrantes do Poder Legislativo do Paraná a quem

renovo, nesta oportunidade, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

DECRETO N° 865

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 118, § 1º, da Constituição Estadual, e face à provocação formulada pelo Colendo Tribunal de Contas do nosso Estado, através do Ofício n° 825/87 que encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a Resolução n° 6.265/87, daquele Colegiado, calcada no dispositivo constitucional acima referido e ainda no art.132, inciso III e seu § 1º, da Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios do Paraná).

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, pela prazo de 90 dias, a intervenção no Poder Executivo do Município de Mallet, neste Estado, para que, por intermédio do interventor a ser nomeado na forma do art. 118, § 3º, da Constituição Estadual, seja procedido o levantamento técnico-contábil da administração pública daquele Município com o intuito de sanearem-se as finanças públicas locais, efetuando-se a devida prestação de contas, na forma prevista pela Lei, ao Egrégio Tribunal de Contas do Paraná.

Parágrafo Único - O interventor nomeado, nos termos deste artigo, praticará também todos os atos necessários à continuidade da administração pública municipal.

Art. 2º- A nomeação do interventor dar-se-á após a aprovação deste Decreto pelo Poder Legislativo Estadual, na forma do art. 118, § 1º, da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º - Assumindo o interventor as atribuições neste Decreto conferidas, suspender-se-á o exercício das atividades funcionais do Prefeito Municipal.

§ 2º - Cumpridas pelo interventor as suas atribuições, na forma e no prazo do art. 1º, podendo este ser prorrogado por igual período, se necessário, a intervenção será levantada por ato do Governador.

Art. 3º - O interventor contará com a colaboração da máquina burocrática municipal, podendo efetuar outras despesas necessárias ao exercício de seu encargo, das quais prestará contas, em apartado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º- Durante o período de intervenção fica suspensa a remuneração do Prefeito Municipal, passando a mesma a ser atribuída ao interventor nomeado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto que não possam ser suportadas pelo Município, correrão por

conta da dotação orçamentária própria da Governadoria do Estado.

Art. 6º - Este Decreto gerará efeitos a partir da data da publicação da Resolução da Assembléia Legislativa que o aprovar, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 09 de julho de 1987.

166º da Independência e 99º da República.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

GILNEY CARNEIRO LEAL

Chefe da Casa Civil.

Curitiba, 08 de julho de 1987.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Cumprindo mandamento constitucional, estamos encaminhando a Vossa Excelência cópia da Resolução n° 6265/87-TC, do Plenário deste Órgão, que propõe intervenção do Estado, no Município de Mallet-PR, na forma do artigo 118, inciso III, e § 1º da Constituição do Paraná, combinado com o disposto no artigo 132, inciso III e § 1º, da Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986, da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná.

Outrossim, informamos a Vossa Excelência que os Processos de prestação de contas referente aos exercícios financeiros de 1983 a 1985, se encontram neste Tribunal à disposição desse Poder Executivo.

Com superior apreço.

(a) OLIVIR GABARDO

Presidente.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO N° 6265/87

PROTOCOLO N° 6096/84

REP. DE ORIGEM: MUNICÍPIO DE MALLET

INTERESSADO: O MESMO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercícios de 1983, 1984 e 1985.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade de votos,

R E S O L V E:

I - Aprovar o Parecer Prévio n° 180/87, de fls. 73, 74 e 75, do processo, emitido pelo Excelentíssimo Senhor Auditor Relator Ruy Baptista Marcondes, na Prestação de Contas do Município, referentes aos exercícios de 1983, 1984 e 1985, cujas conclusões são pela NÃO APROVAÇÃO das aludidas contas, ordenando as anotações necessárias;

II Determinar a aplicação do instituto da intervenção, capitulado no artigo 118, inciso III, e § 1º, da Constituição do Paraná, combinado com o disposto no artigo 132, inciso III e § 1º, da Lei Complementar n° 27, de 08.01.86 - Lei Orgâni-

ca dos Municípios do Paraná;

III - Determinar o bloqueio das transferências federais pelo Banco do Brasil ao Município de Mallet, de acordo com o artigo 17, do Provimento nº 01/81, deste Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 1987.

(a) JOÃO OLIVIR GABARDO
Presidente.

MENSAGEM Nº 98/87

Curitiba, 29 de setembro de 1987.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 58/87, de 10 de julho de 1987, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia do decreto nº 1490/87, do dia 29 do corrente mês, que, em face da Resolução nº 8.377, de 10.09.87, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, encaminhada pelo Ofício nº 1.099/87, de 11.09.87, da presidência daquela Corte (cópias também anexas), retifica o decreto nº 865, de 09 de julho de 1987, através do qual foi decretada intervenção no Município de Mallet, cuja execução, na forma da Constituição Estadual, está na dependência da aprovação dessa Augusta Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

DECRETO Nº 1490

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Ofício nº 1.099, de 11 de setembro de 1987, da Presidência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica retificado o Decreto nº 865, de 09 de julho de 1987, para declarar que a intervenção no Município de Mallet, ocorreu em face da Resolução nº 6.265, de 07 de julho de 1987, do Tribunal de Contas do Estado, modificada pela de nº 8.377, de 10 de setembro de 1987, da mesma Corte de Contas.

Art. 2º- Considerada a retificação de que trata o artigo anterior, ficam mantidas as disposições do Decreto nº 865, de 09 de julho de 1987.

Art. 3º- Este Decreto gerará efeitos a partir da data prevista no art. 6º do Decreto nº 865, de 09 de julho de 1987.

Curitiba, em 29 de setembro de 1987.
166º da Independência e 99º da República.

(aa) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
GILNEY CARNEIRO LEAL
Chefe da Casa Civil.

RESOLUÇÃO Nº- 8.377/87

PROTOCOLO Nº- 18.507/87

REP. DE ORIGEM- T.C.

INTERESSADO- PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

ASSUNTO- RECURSO DE REVISTA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOÃO FÉDER,

- Considerando que, em face da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, artigos 90 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº27, de 08 de janeiro de 1986 - Lei Orgânica dos Municípios, artigo 125, parágrafos 1º e 2º e do Provimento nº 01/81, de 08 de setembro de 1981, deste Tribunal, artigos 7º e 22, o material enviado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET, não constituir Prestação de Contas,

R E S O L V E:

I - Receber o Recurso, dar-lhe provimento para retificar a Resolução nº6265/87, do Egrégio Tribunal Pleno e indicar que o pedido de intervenção se faz pela não Prestação de Contas, como determina o artigo 118 - III, da Constituição do Estado do Paraná.

2- Dê-se ciência a sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(a) JOÃO OLIVIR GABARDO
Presidente.

Curitiba, 11 de setembro de 1987.
Excelentíssimo Senhor Governador:

Tendo em vista o deliberado em sessão Plenária, realizada em 10 de setembro do corrente, neste Tribunal de Contas, através da Resolução nº 8.377/87-TC, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para conhecimento, fotocópias da mencionada Resolução e demais documentos que integram o RECURSO DE REVISTA (Protocolo sob nº 18.507/87-TC), interposto pelo ilustre Procurador do Estado junto a este Tribunal de Contas, relativamente ao Mandado de Segurança de nº 122/87, de Curitiba, impetrado pelo Senhor CESAR LOYOLA FLENICK, Prefeito Municipal de Mallet- Pr, contra esta Corte de Contas.

Nesta oportunidade, reitero ao eminente Governador as expressões da mais alta estima e destacado apreço.

(a) OLIVIR GABARDO
Presidente

MENSAGEM Nº 105/87

Curitiba, 22 de outubro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao "caput" do artigo 1º,

da Lei nº 8.492, de 30 de junho de 1987.

A Lei nº 8.492/87 autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e da Indireta do Estado, de forma a atender despesas programadas em atividades e projetos constantes de orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991.

Pelo fato da mencionada autorização abranger tão somente despesas de capital, os recursos dela advindos terão campo de aplicação restrito a tal tipo de despesas. Isto não atende aos superiores interesses da Administração, visto que os orçamentos públicos consagram também programas e projetos suportáveis através de despesas correntes.

Assim sendo, o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis visa tão somente incluir no texto do "caput" do art. 1º da Lei nº 8.492/87, o vocábulo "correntes", com o que serão ensejadas condições no sentido da melhor e mais ampla aplicação dos recursos que vierem a ser obtidos em conformidade com a referida Lei.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- O "caput" do art. 1º, da Lei nº 8.492, de 30 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesa de capital e correntes programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 18 de novembro de 1987.

NOTA OFICIAL

A Presidência da Assembléia Legislati-

va do Paraná, com objetivo de esclarecer a opinião pública paranaense e em especial do Município de Mallet, informa:

1. Esta Presidência somente agora coloca em discussão a Mensagem Governamental propondo intervenção no Município de Mallet em virtude de a primeira Mensagem, a de nº 58/87, que propunha a referida intervenção, ter sido encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Governador com falhas do Tribunal de Contas. Ao verificar as falhas a Presidência não aceitou a Mensagem, uma vez que a Prefeitura Municipal de Mallet havia efetivamente feito a Prestação de Contas, tanto assim que o Tribunal de Contas do Paraná encaminhou a Prestação a esta Casa de Leis, estando a mesma em anexo à presente mensagem.

2. Nota-se por aí que o pedido de intervenção não poderia se fundamentar na falta de Prestação de contas da Prefeitura; conseqüentemente não poderia dessa forma ser apreciado pela Assembléia Legislativa do Paraná.

3. Esta é a verdade, e tanto assim, que em outubro o Excelentíssimo Senhor Governador encaminhou a Mensagem 98/87, em aditamento à anterior, com a Resolução correta, fundamentando o pedido de intervenção não por falta de Prestação de Contas, mas sim por não terem sido aprovadas as contas da prefeitura de Mallet. Vale dizer que esta Presidência estava com a razão ao não colocar a matéria em discussão.

4. Finalmente, deve esta Presidência esclarecer, ainda, que esta matéria está subjudice, com a Prefeitura aguardando liminar. Enquanto a Justiça não se pronuncia e vendo aproximar-se o término do Período Legislativo, no afã de não prejudicar os direitos da população de Mallet, a Presidência da Assembléia Legislativa coloca em discussão a Mensagem Governamental.

(a) Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI
Presidente.
Ao conhecimento da Casa.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que abaixo subscrevem, dentro de suas atribuições regimentais, REQUEREM a aprovação do Plenário para visitarem os acampamentos de Sem-terras do Paraná e, conseqüentemente, representarem esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
PEDRO TONELLI,
DOMINGOS SCARPELLINI
PAULINO JOSÉ DELAZERI
BÁSILIO ZANUSO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que a Bancada do P.D.T., nesta Assembleia Legislativa, indica o nome do Deputado que este subscreve, para compor a Comissão da Paz.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência, meus protestos de elevado apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

Líder do PDT.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 270/87, na forma do disposto pelo Art. 105 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para os Projetos de Lei ns. 335/87 que autoriza o Poder Executivo a instituir gratuidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná; 336/87, do Poder Executivo, objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1.980 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná); e 337/87 do Poder Executivo, que autoriza a instituição da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, em conformidade com o disposto no Art. 105 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, composta por 5 Deputados, para averiguação de responsabilidade no que respeita à Campanha desencadeada por órgãos vinculados à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, que, através de telegramas endereçados aos Parlamentares e atos com cunho intimidatório junto ao Plenário desta Casa, tentam dene-

grir a imagem do Poder Legislativo e dos Parlamentares que nele representam a vontade soberana do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(aa) Sabino Campos, Vera Agibert, Anibal Khury, Nilton Barbosa, Antônio Annibelli, Rafael Greca, líder do PDT, Ezequias Losso, líder do PL, Alexandre Ceranto, líder do PFL e David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, Preferência de Discussão e Votação, para os Projetos de Lei n. 252/87, Organismo Programa, para o exercício de 1988, e de Resolução n. 68/87, que aprova o balanço geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, relativas ao exercício de 1986, em conformidade com o disposto no Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 18.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Lei 326/87 (Mensagem n. 110/87) de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base regimental, o encerramento da 2ª Discussão do Projeto de Lei n. 252/87, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa de Discussão e Votação da Redação Final dos Projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação, de acordo com o disposto no § único do Art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, com base regimental, a inclusão do Projeto de

Lei n. 97/85, para apreciação em Redação Final na Ordem do Dia da próxima segunda-feira, dia 23 do corrente.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o prorrogamento da presente sessão, conforme o Regimento Interno, por duas horas.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Contrabando, dentro das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a prorrogação por mais 180 dias, a partir de 27 de novembro do corrente, do prazo para apresentação dos trabalhos conclusivos da referida Comissão.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(aa) Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, David Cheriegate e Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Mesa, o seguinte requerimento: REQUER, na forma regimental após ouvido o Plenário lhe seja fornecida cópia das notas taquigráficas, integrais, da presente sessão Ordinária de (18 de novembro de 1987).

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado, nas Atas dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento, ontem, nesta Capital do Senhor José Claudio Luz, funcionário aposentado deste Poder.

O extinto, filho do ex-Deputado Anísio Luz, por muitos anos, de maneira exemplar, prestou os seus serviços à Secretaria desta Casa, onde granjeou o respeito e a amizade de funcionários e Deputados que com ele tiveram a ventura de conviver.

REQUER, outrossim, que do presente requerimento, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo passamento da Senhora Rita Cabral, pessoa que deixa uma lacuna na sociedade curitibana, para a qual sempre se dedicou com esmero, através de um trabalho digno e profícuo na área assistencial.

Outrossim, REQUER, ainda que se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

SÚMULA: De inserção nos anais de voto de congratulações e texto anexo, a propósito da Campanha existente em Castro e Região, pela reabertura da Estrada do Cerne, com menção especial ao Jornal "O Bravo", de Castro, ao pesquisador e Jornalista Samuel Guimarães da Costa pelo Arquivo Fotográfico do Acervo Epaninondas (Xanda) Nocera, ao fotógrafo C.E.Kugler.

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado e líder do PDT que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente sessão do documento "Vamos reconstruir o Velho caminho: "Estrada do Cerne", conforme texto e pesquisa do ilustre jornalista "Samuel Guimarães da Costa", e mais o texto "Uma Região Esquecida", que está impresso no verso.

A idéia é apoiar as comunidades de Castro e Piraí, e mais, as de Curitiba e Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e região metropolitana, aliviando o eixo Curitiba-Ponta Grossa de excesso de tráfego.

A idéia também é recompor o antigo caminho, promovendo a revitalização das comunicações com a Capital, descongestionando a ligação Ponta Grossa-Castro-Piraí.

A idéia é também dar foros oficiais, de recomendação da Assembléia ao Secretário de Estado dos Transportes, e ao Governador, para incluir este anseio da população no Plano Rodoviário do atual Governo.

Pede-se, dê-se ciência do atual requerimento aos Secretários de Estado dos Transportes, de Cultura e da Indústria e Comércio, ao Governador, ao Jornal "O Bravo" e às pessoas mencionadas na epígrafe.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após, ouvido o Douto Plenário, seja consignado, em Ata desta sessão, voto de congratulações à Cooperativa de Crédito Rural Três Fronteiras Ltda., pelo 4º aniversário de fundação, ocorrido no último dia 17.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O cooperativismo de crédito rural merece ser incentivado, pois representa a independência futura do agricultor no que diz respeito a obtenção de crédito para a manutenção de sua lavoura, haja vista que os recursos oficiais, atualmente não cobrem os custos de produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, líder do PDT, submete à Egrégia Assembléia a proposição de inserção nos Anais de votos de apreço e congratulações a Senhora Maria Bernardete Demeterco Raad, escolhida Mulher Executiva de 1987, e homenageada pela comunidade em jantar, ontem, no Buffet, do Batel em Curitiba, por mais de 500 personalidades, a propósito de indicação do Conselho Permanente da Mulher, da Associação Comercial do Paraná, agora presidido pela Senhora Margot Bettega Canet.

Neta do velho dono de armazém Pedro Demeterco, e também da operária imigrante Josefina Bonvin - trabalhadora numa fábrica de fósforo local -, (hoje diretora do poderoso grupo empresarial Mercadorama Demeterco, com 1800 funcionários sob sua responsabilidade), a referida empresária alia sua simpatia, inteligência, e elegância, com uma prática profissional corajosa e atuante, conciliando o papel de mãe e esposa com o trabalho.

Aliás, sua identidade com o trabalho já estava no berço honrado, e não se corrompeu com as facilidades do sucesso empresarial da família, depois que o velho armazém de secos e molhados cresceu até o Supermercado, que desdobrou-se na rede que serve ao Paraná, com 9 grandes pontos de venda em Curitiba.

Este primeiro supermercado do sul do País é o seu espaço. A Cidade é parte da sua vida, e "ser curitibana" é sua identidade. Tanto assim que também se registre a divulgação que o Mercadorama faz de paisagem da Cidade nas suas sacolas de compras, fazendo imprimir em auto-contraste monumentos locais, do Patrimônio Histórico e Artístico, como a Catedral de N.Sra da Luz, o Portal do Passeio Público, o Paço da Liberdade - edifício da ex-prefeitura, hoje sede do Museu Paranaense, e outros.

Registre-se também sua solicitude com as obras de misericórdia e solidariedade,

e sua sensibilidade social e trabalhista: - "Para a empresária a questão social é a urgentíssima prioridade do País".

Assim fica claro que abastecer 9 lojas, controlar a entrada e saída de estoques, pesquisar preços e fornecedores, negociar pagamentos, e até prever o imprevisível (como quanto do embuste do Plano Cruzado), não embota um coração solidário, um espírito animado pela fé, irrigado pela compaixão.

Ao solicitarmos tal registro, pedimos se faça dele ciência aos familiares e à homenageada, ao seu esposo e irmãos, no endereço empresarial à Praça Tiradentes n. 321, 3º andar; e ao Conselho Permanente da Mulher Executiva, na pessoa gentil da senhora Margot Bettega Canet, à rua XV de Novembro, sede da Associação Comercial do Paraná, esquina com rua Presidente Faria.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção, na Ata da sessão de hoje, voto de louvor, pelo lançamento do livro "A Posse e o Uso da Terra: Modernização Agropecuária de Guarapuava", de autoria da ilustre Professora Alcioly Therezinha Gruber de Abreu.

Solicito que da decisão do Plenário seja dado ciência à autora do referido livro, Ilma. Sra. Professora Alcioly Therezinha Gruber; Ilmo. Sr. Professor Wilson Luiz Camargo, MD. Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, no seguinte endereço: Rua Presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, 875, Guarapuava/Paraná; Ilmo. Sr. Professor Brasil Pinheiro Machado, R. Carlos de Carvalho, 1663, CEP: 80430 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A autora do referido livro, Professora Alcioly Therezinha Gruber, desenvolveu pesquisas significativas não só para a reconstrução da história como também para a caracterização de uma área geográfica e humana, das mais representativas do Paraná - a região de Guarapuava.

A autora acompanha as continuidades e as descontinuidades do desenvolvimento da região desde a Conquista até o processo de integração de Guarapuava na modernidade brasileira.

A sua via de acesso ao fenômeno histórico, que constitui o alvo de suas meditações são as formas da posse e do uso da terra.

Realmente, a forma da propriedade, principalmente da propriedade rural, é o nível básico da história desenvolvida nesta obra. E é sobre esse nível que se desenvolveram as formas sociais, os tipos de relações sociais e os modos culturais da comunidade guarapuavana. Afinal, podemos dizer que é o estudo da terra como relação social, que dá unidade substancial ao estudo da Professora Alcioly.

Isso constitui uma constatação fundamental para a compreensão da história regional do Paraná. Em todas as regiões paranaenses a história se desenvolve como uma história da colonização isto é, a história da conquista da terra, das formas de sua mobilização econômica e do assentamento de suas formas institucionais.

O Paraná é formado de muitas regiões que foram estabelecidas não apenas por diversidades geográficas mas, principalmente, pela diversidade dos modos pelos quais foram historicamente colonizados. São mais regiões humanas que lhes deram o caráter.

A região de Guarapuava está na referida obra amplamente estudada pela Professora Alcioly Terezinha Gruber de Abreu.

Para o conhecimento da terra e da sociedade paranaense, nós esperamos que as outras regiões humanas do nosso Estado sejam estudadas com os mesmos critérios pelos quais nos é revelado o processo de modernização que caracteriza o Paraná contemporâneo.

A apresentação da obra, escrita pelo Prof. Brasil Pinheiro Machado, o qual com galhardia e brilhantismo expôs sua conclusão, merecendo nossas congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal, em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam inseridos, nos Anais desta Casa de Leis, votos de repúdio aos Constituintes integrantes da Comissão de Sistematização, que votaram pela aprovação injusta ampliando o tempo de serviço para aposentadoria dos professores e professoras, de 25 para 30 anos de serviço e 30 para 35 anos, causando com isso um retrocesso às conquistas de tão laboriosa classe de trabalhadores, a qual não vem recebendo o apoio merecido.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao presidente da A.P.P. e ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando a manutenção do funcionamento do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado, I.P.E., sobretudo com aperfeiçoamento dos serviços repassados e ampliação da capacidade atual de atendimento, tendo em vista que os recursos arrecadados traduzem vultosa soma e que justificam melhorias constantemente reivindicadas por parte dos beneficiários.

Outrossim, pedimos que, antes de consumada uma eventual unificação com a Previdência Social, os Senhores assegurados sejam consultados previamente, porquanto trata-se de um patrimônio valioso e que foi construído graças à participação do funcionalismo estadual.

Esta é uma preocupação da classe previdenciária do Estado, que clama através do nobre Edil Mário Toshio Yatsugafu e que encontra eco através deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de cumprimentos à Sra. Maria Bernardete Demeterco Saad, por ter sido homenageada com o troféu "Destaque Empresarial 87", pelo Conselho Permanente da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná, extensivo à Presidente, Sra. Margot Bettega Canet.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conforme o discurso da Sra. Margot Bettega Canet, Presidente do Conselho Permanente da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná, salientou o exemplo de mulher, sobre a escolha da Sra. Maria Bernardete Demeterco Saad, que exerce suas atividades dentro da modernidade que exige a atual sociedade, onde é necessário desmistificar o lucro legítimo que não se constitui em crime.

Ainda, a ênfase do pronunciamento da homenageada foi em torno do que representa a força da mulher no mercado de trabalho, que hoje corresponde a 52% dessa força ativa, principalmente num período difícil como enfrenta o País. Portanto, a participação da mulher no destino da Nação é cada vez mais importante.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando o desenvolvimento de estudos para a meliorial salarial dos policiais militares do Paraná, dentro das proporções ideais a garantir, pelo menos, a redução do índice de corrupção denunciado pela imprensa, bem assim que esses profissionais tenham uma vida familiar digna e honrada, sem tantas privações de ordem financeira, para que venham executar o delicado trabalho sem a preocupação de como arranjar meios para o sustento dos filhos, fatos que por si só implicam em desvios de conduta, conforme justificativa em cópia de documento anexo, do nobre edil Paulo Mantovani.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando estudos para a implantação de Telefonia Rural, no Município de Mandaguá.

É uma solicitação do nobre edil Eurípides Lopes da Silva, daquela Câmara Municipal, que atende aos reclamos da população rural do município.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Fernando Xavier Ferreira, DD. Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando estudo de viabilidade para implantação de P.S. (Posto de Serviço) telefônico, na localidade de Carazinho, Município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Carazinho fica a 8 km da sede do Município de Paulo Frontin-PR, cuja população é composta de pequenos agricultores, mais de 200 famílias que reivindicam, por nosso intermédio, a instalação de um Posto telefônico junto à Sociedade União Agrícola Instrutiva, propondo-se, inclusive, a doar a área de terreno necessária e atender gratuitamente o Posto de Serviço durante os 36 meses, que é de responsabilidade do município, con-

forme as normas de Convênio.

O Serviço Telefônico em Carazinho é de suma importância para facilitar a comunicação com os centros de comercialização de produtos agrícolas, indispensável para a sobrevivência das pequenas propriedades rurais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam oficiados o Sr. Presidente da República, o Ministro da Previdência Social, o Presidente do IAPAS, Dr. Félix Theiss, o Superintendente do IAPAS no Paraná, Dr. Wilson Chedid, o Sr. Governador do Estado, com cópia do teor para a Sra. Lourdes Salete Deggerone (R. Prof. Lindolfo da Rocha Pombo, 248, Curitiba-PR) e ao Sr. Reinoldo Bento dos Santos (R. Deputado Mário de Barros 826, ap.44 Curitiba-PR), integrantes da Comissão dos candidatos aprovados na primeira etapa, no Estado do Paraná, no concurso público para Fiscal de Contribuições Previdenciárias, solicitando a contratação dos Fiscais aprovados no concurso público realizado em 1985.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1985 foi realizado um concurso público para preenchimento de vagas de Fiscal de Contribuições Previdenciárias. Porém, passados mais de dois anos, existem no Paraná 146 vagas para serem preenchidas, sendo que 117 pessoas, aprovadas na primeira etapa do referido concurso, aguardam serem chamadas para treinamento.

Salientamos que estas contratações já estão previstas no "Plano de Metas do IAPAS" para este ano de 1987.

A agilização destas contratações é uma medida imperiosa quando se constata que o Paraná conta atualmente com 254 fiscais, o que não corresponde a um fiscal por município.

Isto, com toda certeza, propicia uma brutal evasão de renda, com reflexos na qualidade dos serviços prestados aos previdenciários, pois as melhorias concedidas são diretamente proporcionais a uma melhor arrecadação.

Atualmente, com a crescente industrialização verificada no Paraná, com o consequente incremento da atividade econômica, é fundamental que todos os órgãos arrecadores do Estado, estejam aparelhados para atender esta nova exigência. E o aumento do quadro de pessoal especializado, deve ser a primeira medida a ser tomada neste sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Sr. Álvaro Fernandes Dias, ofício de "Referendum" ao nome do MM. Juiz de Direito, Dr. Clotário de Macedo Portugal Neto, remanescente da lista triplíce para a nomeação ao Tribunal de Alçada do Poder Judiciário deste Estado.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) RAUL LOPES

Apoiamto: Eduardo Baggio, Acyr Mezzadri, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Vera Agibert, Djalma de Almeida César, Sabino Campos, Cândido Bastos, Anibal Khury e Paulo Furiatti.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa Executiva o encaminhamento de proposição ao Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a realização da recuperação e melhorias (urgentes) no trecho da estrada de acesso à localidade de Bairro Alto, no Município de Antonina.

Requer ainda, do mesmo Departamento, a realização de estudos para que se verifique da possibilidade de se asfaltar o referido trecho, a partir da Usina Parigot de Souza, numa extensão de aproximadamente 7,5 km.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia o encaminhamento de proposição ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para que se tomem as providências necessárias à colocação de placas indicativas no "Ponto Turístico do Rio do Nunes", no Município de Antonina.

O presente requerimento se justifica face a inexistência de placas indicativas naquele local, que por se tratar de um ponto turístico, vem sendo prejudicado pela omissão das autoridades responsáveis nesse particular.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro

Dias, Governador do Estado, solicitando sua interferência junto ao Ministério dos Transportes, com vistas à duplicação da BR-116, no trecho ligando Curitiba - São Paulo, ao mesmo tempo manifestamos nosso apoio à construção da Ferrovia da Produção ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Todos os dias nos deparamos com notícias dando conta dos inúmeros acidentes que ocorrem numa das rodovias mais movimentadas do País, a BR-116.

Portanto, nada mais justo do que somarmos esforços na busca da melhoria das condições de tráfego nesta estrada que diariamente tem vitimado muitos paranaenses.

Quanto à Ferrovia da Produção, julgamos importante manifestar nosso apoio à luta desenvolvida por Sua Excelência, visando a concretização da mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias e Secretário da Administração, Mário Pereira, solicitando o envio imediato de mensagem propondo o reajuste dos salários dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, levando em conta as perdas salariais ocorridas durante os Planos Cruzados I e II.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 20 dias solicitei, por requerimento, rejeitado pela bancada majoritária, sob o argumento de que a mensagem viria alguns dias após, com o aumento dos servidores, porém, até hoje nada se observou. E os servidores estão impacientes, e não suportam mais o arrocho imposto.

Diante do exposto, é que estou requerendo que se envie este pedido dramático, para que o Governador se sensibilize e mande imediatamente o reajuste do funcionalismo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, José Sarney, e Ministro das Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, solicitando que o Governo Brasileiro se pronuncie na Organização das Nações Unidas, quando da apresentação do relatório final de ano, contra a ditadura

de Pinochet e as seguidas violações aos direitos humanos cometidos no Chile.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Os Parlamentares da Assembléia Legislativa do Paraná não podem se omitir de condenar inexoravelmente a ditadura chilena e os instrumentos para manutenção desse regime, que se utiliza de todos os meios, desde a privação das liberdades individuais até a utilização de torturas, assassinatos, desaparecimentos, etc, tornando-se uma afronta aos básicos direitos que todo cidadão adquire ao nascer.

"No Chile todos os cidadãos são presos políticos. O povo chileno está destituído da cidadania". Essas palavras da advogada dos presos políticos chilenos, Juanita Cuadrado Katusich servem de testemunho do arbítrio instalado no Chile, desde o golpe militar que colocou no poder o ditador Pinochet. O povo chileno está consciente de que é preciso desde agora lutar contra a impunidade dos torturadores e assassinos de cidadãos chilenos. "O Governo de Pinochet decretou guerra a um povo indefeso e pacífico e se mantém pela força."

A solidariedade dos parlamentares paranaenses aos povos latino-americanos, especialmente com respeito ao povo chileno já tem registro nos Anais desta Casa.

Em dezembro de 1986, após recebermos nesta Casa de Leis duas mulheres representantes da Frente Ampla de Mulheres Chilenas, foi aprovada em plenário Moção de Apoio à luta do povo chileno, e em solidariedade aos presos políticos.

Em março deste ano, estive no Chile participando da manifestação do Dia Internacional da Mulher em repúdio à ditadura de Pinochet. Em abril deste ano aprovamos moção de Solidariedade à Comision Chilena de Derechos Humanos e ao Ministro do Interior do Chile, solicitando a libertação de todos os presos políticos e especificamente de Clodomiro Almeyda.

O Brasil também já viveu períodos de obscurantismo. Com o golpe militar de 64 e acrescido a isso o fato de ser o principal exportador de armas da América Latina, o Brasil contribuiu para a sustentação de ditaduras, e a política externa passou a ser de convivência com as violações dos direitos humanos. Com Tancredo Neves notou-se um sensível avanço quando o Governo Brasileiro se pronunciou condenando o regime de Pinochet.

Atualmente, porém, a postura da Nova República tem sido de se omitir em comentários que repudiam a ditadura pinochetista, se configurando da mesma forma que o governo militar ditatorial brasileiro. A Nova República, tão apregoada, deve repudiar tais infrações sob pena de se desmo-

ralizar perante não só o povo brasileiro, mas perante aos demais povos irmãos da América Latina.

No Chile, proliferam cada vez mais, brigadas paramilitares que atuam tranquilamente, à luz do dia, sem serem importunadas. Essas brigadas assassinam, massacram diariamente lideranças populares. A solidariedade internacional é um passo importante para o avanço da luta popular e para a queda de Pinochet.

Ressaltamos que este ato se constituirá no estímulo à luta que sempre travamos pela unidade dos povos latinoamericanos, pela unificação de todos os povos que lutam pela sua libertação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR, Sr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando a viabilidade de instalação de telefones públicos comunitários no Conjunto Habitacional Cidade Alta, em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois o Conjunto Habitacional Cidade Alta em Maringá possui 430 casas populares, com o número de moradores ultrapassando a cada dos dois mil habitantes.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando a urgente implantação de um Posto Pólo de Identificação no município de Laranjeiras do Sul, objetivando um melhor atendimento aos municípios de Guaraniaçu, Quedas do Iguaçu, Palmital, Cantagalo, Chopinzinho, São Jorge e São João.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Dr. Valmir Gomes da Rocha Loures, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Eleonor Álvaro Garbin, bem como a Ilustríssima Sra. Marli Salete Piasieski, MD. Identificadora naquele próspero município.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Para que se efetive a transformação de Posto de Identificação de Laranjeiras do Sul, em Posto Pólo, queremos apresentar

algumas considerações que julgamos de pre-cípua importância, a saber:

CONSIDERANDO que a distância que sepa-ra Laranjeiras do Sul da 14.^a Subdivisão Policial em Guarapuava é de 108 km, obri-gando a companheira Marli Salette Piaseski, identificadora daquele município a se des-locar semanalmente, levando consigo os processos para expedição de cédulas de identidade;

CONSIDERANDO que outros órgãos do Go-verno como a SUNAB, a Delegacia da Junta Militar e outros, já atendem os Municípios de Guaraniáçu, Quedas do Iguaçu, Palmital, Cantagalo, Chopinzinho, São Jorge e São João, além de Laranjeiras do Sul, natural-mente, com uma distância média de 30 a 70 km;

CONSIDERANDO que a demanda é eviden-ciada na centena de carteiras, que sema-nalmente e de forma freqüente é levado até Guarapuava;

CONSIDERANDO que as Lideranças Políti-cas da Região aspiram esta implantação há muito tempo, pois são alvo de incontáveis reclamações e críticas pela população, fruto da demora com que se processam os encaminhamentos;

CONSIDERANDO a rápida fluência e eco-nomia aprazível que trará aos cofres públicos, viemos a este augusto Plenário, anelando os valiosos apreços dos Srs. Par-lamentares na aprovação deste requerimen-to, transformando Laranjeiras do Sul em Posto Pólo de Identificação, podendo pres-tar atendimento, com maior eficiência aos vizinhos municípios, pela menor distância e a centralização na região.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-viado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando a instala-ção de balizamento no aeroporto de Toledo, com o objetivo de propiciar condições para sua operacionalização no período noturno.

Sala das Sessões em 18.11.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Ultimamente o aeroporto de Toledo vem apresentando expressivo aumento em seu mo-vimento, em função do grande crescimento econômico da região e também pelo fato deste aeroporto estar se consolidando como uma alternativa viável para pousos de emergência, quando o aeroporto de Cascavel não apresenta condições climáticas satis-fatórias, o que não é incomum.

Entretanto, o movimento do aeroporto, bem como a sua efetivação como alternativa

de pouso para vôos à região, encontra-se prejudicado pelo fato de não apresentar balizamento para funcionamento noturno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-minhado expediente às autoridades abaixo nominadas, atendendo requerimento do ve-reador Paulo Mantovani, do Município de Maringá, solicitando estudos para melhoria salarial da classe de policiais militares do Estado do Paraná:

1. Governador do Estado, Álvaro Dias,
2. Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira;
3. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Antônio Lopes de Noronha;
4. Comandante da Polícia Militar do Esta-do do Paraná, Wantuil Borges.

Sala das Sessões em 18.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofícios n. 1646/87 e 1642/87, da Câmara Municipal de Maringá, e requeri-mento n. 01609, aprovado em 03.11.87, de autoria do Vereador Paulo Mantovani, de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada cópia deste requerimento, com o ofício n. 09/87 em anexo, ao Sr. Ewaldo Podolan, MD. Dire-tor-Superintendente da FUNDEPAR, soli-citando providências para a construção de um "pátio assoalhado e coberto" para a Escola Estadual Nohêmia Lopes Galvão Neimann - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Segundo consta do Ofício n. 09/87, en-viado pela Diretora daquele educandário, dona Irene R. Pimenta de Lima, o prédio requer, urgentemente, providências no sen-tido de se fazer um pátio assoalhado e co-berto, em razão da situação do prédio ser em zona desprovida dos melhoramentos as-fálticos e de calçadas.

Pondera que, em dias chuvosos, forma-se muito barro, criando dificuldades para se manter o ambiente limpo e com as entra-das e saídas das salas de aula, a escola fica totalmente invadida pela sujeira e lama.

Sem dúvida alguma, com a construção do assoalho, mais a cobertura, esses proble-mas não mais existirão, principalmente em dias de mau tempo e chuvosos.

Cremos que a solicitação se encontra plenamente justificada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, vem respeitosamente solicitar ao Egrégio Plenário, propicie a mais de 1 mil e 300 famílias atualmente lançadas na intranquilidade e na desesperança, ocasião de serenidade, permitindo que o Senhor Deputado Mário Pereira, DD. Secretário de Estado da Administração, - Em caráter de urgência - explique a esta Assembléia os critérios adotados pela chamada Comissão de Acúmulo de Cargos para a exclusão de servidores do Estado do serviço público.

Pedimos que o Secretário responda:

1. Sobre a fundamentação que deu origem a esta Comissão.
2. Sobre qual o critério que está sendo adotado para verificação da existência do acúmulo de cargos.
3. Qual o verdadeiro espírito adotado para esta verificação, já que há o grave perigo da generalização e da polêmica que não condiz com a seriedade do trato com os direitos dos trabalhadores, quanto ao verdadeiro atendimento do artigo 99 da Constituição Federal em vigor?

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Não se trata de proteger as acumulações de cargos imorais ou ilegítimas. Como o jurista Castro Aguiar, cremos que "Em Geral, as acumulações são nocivas, inclusive porque cargos acumulados são mal desempenhados".

No entanto temos tido notícia de injustiças já cometidas pelo arbítrio dos membros da comissão, em generalizar a interpretação do art. 99 da Constituição Federal.

Por exemplo:

A professora aposentada Marisa Marilda Belon, que exerce a função através de contrato individual de trabalho, junto ao DER, de assistente administrativa junto à Diretoria de Construção, está sendo caracterizada como culpada de "Acúmulo ilegal de proventos com emprego público". Esta caracterização pusilânime não é correta. E há jurisprudência autorizada que comprova a nossa afirmação:

Uma pessoa INATIVA - que conquistou sua aposentadoria com longos anos de trabalho no magistério, e viu-se ainda com força de trabalho condenada a receber uma remuneração vexatória - pode - inclusive nos termos da atual Constituição - tornar a vender ao Estado sua "força de trabalho", não caracterizando acúmulo de cargos.

Ensina o professor Ely Lopes Meirel-

les, no seu "Direito Administrativo Brasileiro", às folhas 414, que "(...) pela mesma razão, entendemos que atualmente inexistem óbices constitucionais à acumulação de cargos, funções ou empregos do serviço público, desde que o servidor seja remunerado apenas pelo exercício de uma das atividades acumuladas. Trata-se todavia de uma exceção, e não de uma regra, que as administrações devem usar com cautela (...) Daí resulta que um Juiz, um Professor, um médico ou um ocupante de cargo técnico ou científico, aposentado poderá exercer legitimamente as acumulações previstas nos incisos do artigo 99.

As explicações do Deputado Mário Pereira a esta Assembléia, darão ao Estado do Paraná, representado pelo Governo e por esta Assembléia, neste episódio, a ocasião de evitar a injustiça por ignorância da lei. E pouparão a muitas famílias de humildes servidores os penosos caminhos em busca da justiça por mandados de segurança, que embora seguramente sejam acatados, representarão perda de tempo e de dinheiro para quem já está oprimido pela difícil situação do nosso Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, Líder do PDT, encarece à Egrégia Assembléia se digne a aprovar o pedido de envio de solicitação de esclarecimentos ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Ascêncio Garcia Lopes no sentido de que informe a esta Casa, consciência política do Paraná, se procedem denúncias recebidas de diversos colegiados de arquitetos e engenheiros, que produzem e contribuem neste Estado do Paraná, de que o projeto para execução do Hospital da Universidade de Londrina, num valor estimado de Cz\$ 12 milhões e com a metragem de 32 mil metros quadrados de área construída - estaria sendo entregue, sem concurso, e sem concorrência pública, à empresa Bross, dos Santos & Leitner, a praça de São Paulo.

O Paraná pergunta:

1. Porque o mercado profissional local, que já deu ao mundo nomes de expressão, é freqüentemente citado como modelo de expressão arquitetônica - vide recente reciclagem do Solar Leão de Macedo e construção do prédio anexo da sede da multinacional IBM aqui em Curitiba, vide a recente vitória de equipe de jovens arquitetos da Cidade liderados por Fernando Popp, para construção de sede-sul americana do templo de Fé Bahia, em Brasília; vide as sedes da Petrobrás e do BNDS, no Rio de Janeiro, também projetos paranaenses; vide a vitória do arquiteto Moacir Pacheco no recente concurso Brasilit de construção com tecnologia alternativa; vide a consul-

toria da equipe Jaime Lerner às Prefeituras de Porto Rico, Los Angeles, Rio de Janeiro, Shangai, Nova York, Natal, Caracas, Florença, Aracaju e ao Departamento de Arquitetura da mais famosa Universidade norte-americana, Bekerley, na Califórnia; e vide a fama póstuma do grande valor curitibano, glória da USP, titular do maior prêmio de Arquitetura Mundial dado ao Brasil, Prêmio Tschumi de Arquitetura, pela sede da FAU - no campus universitário paulista- Doutor João Batista Villanova Artigas, idealizador de prédios à época revolucionários, como a rodoviária - tombada de Londrina, ou o Hospital São Lucas da Capital; é preterido?

O governo assume a indisposição com todos os arquitetos do Paraná por este desprestigiamento?

2. O plano geral feito para o campus da universidade de Londrina pela firma Bross, Santos, Leitner, de SP, há 17 ou mais anos passados, já não estaria superado? Este seria o argumento principal para se contratar a mesma equipe?

3. Sabe o Governo que o projeto existente nesta firma para o Hospital Escola; que faz 150 mil atendimentos anuais segundo dados da própria Universidade enviados a este Deputado, já foi executado no Estado de São Paulo por duas vezes, e seria repetido pela terceira vez em Londrina? Considera o Governo lícito repetir um erro da Universidade Federal do Paraná, que, ao construir os edifícios D. Pedro I e D. Pedro II, no campus da Reitoria de Curitiba, transferiu para cá, uma Cidade regularmente fria, um projeto de escolas superiores para o Ceará, todos sabemos o que sucede com suas salas sombrias, plenas de "brise soleil", que aboliram o sol das classes universitárias.

4. Os avanços da Medicina e da Tecnologia o uso recente de UTIs, em 17 anos, não seriam suficientes para justificar um novo projeto?

5. Não marcaria a imagem de um Governo novo e declaradamente paranista a abertura de um concurso público reivindicado pela comunidade, pelo Instituto e pelo Sindicato dos Arquitetos do Paraná, e com certeza com o absoluto consenso dos profissionais da área?

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Este pedido de informações quer alertar ao Governo do Estado quanto à impropriedade, improcedência, e pressa que se sugere até como prática leviana, na implantação do necessário Hospital Escola.

Quer ainda, chamar para o Governo a atenção sobre a criatividade dos nossos profissionais, e sobre a necessidade de-

mocrática da abertura de oportunidades de mercado para todos.

Quer, ainda, evitar a consumação de um erro que terminará por agravar as relações da comunidade universitária com o Governo. E mais, que fatalmente deixará de atender digna e convenientemente às necessidades da população carente que usa os serviços médicos e de solidariedade humana daquele "campus" universitário.

A sua aprovação pela Bancada Majoritária do PMDB e sua pronta resposta pelo Secretário de Estado competente, darão à comunidade paranaense a real dimensão do compromisso do Governo com o Paranismo, que pelo menos no discurso e na iconografia tem sido propagado pelo governo Álvaro Dias, inclusive pelo uso da estátua do Semeador, de Tzak Paraná, na mídia oficial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e fundamentado no art. 20 da Constituição Estadual, REQUER à Mesa o encaminhamento, ao Senhor Secretário das Finanças, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

CONSIDERANDO que a imprensa do Paraná tem publicado, com freqüência e insistência, notícias dando conta de que o Governo do Estado vem recebendo verbas consideráveis provenientes de adoções de proprietários e de bancas do "jogo do bicho" (ver cópia de matéria publicada pela "Folha de Londrina" em 06/11/87, sob o título "Governo recebeu em seis meses Cz\$ 28 milhões do "jogo do bicho");

CONSIDERANDO que o diretor administrativo e financeiro da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, Cesar Benevides, confirmou à imprensa que a entidade recebe semanalmente Cz\$ 1 milhão e 200 mil cruzados da Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná;

CONSIDERANDO que compete aos representantes do povo, com assento na Assembléia Legislativa, o dever constitucional de fiscalizar a administração pública;

Solicita as seguintes informações:

1. Qual a arrecadação, mensal, obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná?

2. Em que conta é depositada esta verba? (número e banco)

3. Quais os fins a que se destina a mesma?

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

"GOVERNO RECEBEU EM SEIS MESES CZ\$ 28 MILHÕES DO JOGO DO BICHO"

Folha de Londrina, 06.11.87.

Curitiba, (Da Sucursal) - O Governo do Estado já recebeu cerca de Cz\$ 28 milhões, a título de doação dos agentes lotéricos do Paraná, desde a última semana de maio deste ano, quando os depósitos começaram a ser feitos em nome do Promopar, na agência Comendador Araújo do Banestado (Curitiba). A informação foi confirmada ontem pelo presidente da Associação Profissional dos Comissários e Consignatários do Paraná, Anésio de Barros Júnior, dono da Cifrao Loterias. Segundo Anésio, os depósitos são feitos semanalmente, no valor de Cz\$ 1 milhão e 200 mil.

Essas doações fazem parte do acordo sigiloso que o Governo fez em maio deste ano com o jogo do bicho - "vamos dizer que foi um acordo de cavalheiros", diz o dono da Cifrao. "Pode ser que dinheiro venha do jogo do bicho", admite Anésio, frisando que no Paraná o jogo não tem ligações com o crime organizado como em outros Estados. O presidente da Associação dos Lotéricos confirma também que os bicheiros não têm mais sido importunados pela polícia.

A Associação, que existe desde outubro de 85, reúne as contribuições das agências lotéricas e deposita na conta bancária que ainda está em nome do PROMOPAR. A quase totalidade das casas lotéricas no entanto é ligada ao jogo do bicho. "Acho que hoje não há um boteco ou casa lotérica que não tenha jogo do bicho. Conheço até uma borracharia que vende o jogo" - explica Anésio, destacando que essa prática não pode ser considerada como contravenção porque emprega milhares de pessoas.

Ao garantir que as doações não ocorriam no Governo anterior, Anésio de Barros Júnior explica que "não havia uma maneira mais ou menos legal de fazer as contribuições".

GOVERNADOR CONFIRMA

No Palácio Iguazu, o governador Álvaro Dias confirmou o recebimento das doações dos lotéricos, mas negou que haja acordo com o jogo do bicho, "embora haja jurisprudência que afirme que o bicho não é contravenção". O nosso entendimento é com a Associação dos Agentes Lotéricos" - insistiu. Essa é a primeira vez que Álvaro realmente admite a existência desse acordo.

Segundo o Governador, as contribuições vindas dos lotéricos estão sendo canalizadas pela FASPAR (sucessora do PROMOPAR) ao Projeto Gralha Azul, que atenua reivindicações das comunidades na área social. "Prestamos conta mensalmente aos lotéricos sobre a aplicação do dinheiro", garante Álvaro, visando que o governo não se constrange em receber doações, mesmo que de jogo, para obras sociais.

O presidente da Associação dos Lotéri-

cos, no entanto, sustenta que o Governo prestu contas uma única vez. Mas o próprio Anésio diz que isso não é relevante e que o gerenciamento dos recursos é um problema afeto somente ao Governo.

ACORDO EM MAIO

O acordo do Governo com o jogo do bicho, implícito nas contribuições depositadas pelos lotéricos, causou muita curiosidade em maio deste ano e algumas modificações que acabaram por diminuir o lucro dos bicheiros. Numa nota de 5 itens, os banqueiros do bicho da região metropolitana de Curitiba determinaram uma redução de 20% para 15% na comissão dos cambistas "e sem transporte de prejuízo", o que vale dizer que os eventuais estouros não poderiam mais ser cobertos, por outras bancas.

Nessa mesma época, os banqueiros passaram a aceitar apenas dinheiro nas apostas, suprimindo os cheques pré-datados. O acordo com os banqueiros, segundo se apurou então, teria sido conduzido pelo diretor de Loterias do Estado, Nassib Jabur, em nome do Governo".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, bem como a transcrição nos Anais da Casa, o inteiro teor do discurso proferido pelo eminente Senador José Richa, dia 15.11.87, no Plenário da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senador JOSÉ RICHÁ.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Raul Lopes, Sabino Campos, Pirajá Ferreira, Nilton Barbosa, Nelson Vasconcellos, Vera Agibert, Eduardo Baggio, Nereu Carlos Massignan, Tadeu Lúcio Machado, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri, Djalma de Almeida César.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 343/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o SEGURO RURAL para cobertura das seguintes modalidades:

- a) Seguro de Custeio Agrícola;
- b) Seguro Pecuário;
- c) Seguro de Bens, Benfeitorias e Produtos Agrícolas;

Art. 2º - As classes de risco cobertas pelo Seguro Rural compreendem: incêndios, secas, geadas, granizos, ventos, excesso

de chuvas, pestes, pragas, doenças, danos causados por sementes com baixo teor de germinação, danos advindos pelo uso de agrotóxicos ou adubos e todos os demais tipos de sinistros rurais ocasionados por fatores externos.

§ 1º - No caso de Seguro de Custeio Agrícola, o cálculo dos custos de produção para estipulação dos valores de risco a serem pagos pelo segurado deverá necessariamente refletir uma estimativa real que inclua a valorização de mão-de-obra familiar envolvida na atividade.

§ 2º - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos competentes, à fixação do cálculo do custo real dos itens do custo de produção das atividades agropecuárias, inclusive o custo de mão-de-obra familiar, respeitando as médias regionais de produtividade, valores das diárias indenizadas, preços de mercado efetivamente pagos ao produtor e outras características regionais.

Art. 3º - Compete à Companhia Estadual de Seguros, sob controle acionário do Estado, a promoção de ações necessárias de planejamento, regulamentação e implantação das operações do Seguro Rural, nos termos da presente lei e da legislação federal pertinente.

§ 1º - Será constituído, no âmbito da Companhia Estadual de Seguros, sob controle direto ou indireto do Estado, um Conselho Consultivo que proporá normas de atuação e cumprirá o papel de agente fiscalizados da Política Estadual de Seguro Agrícola.

§ 2º - A Composição do Conselho Consultivo deverá contemplar obrigatoriamente a participação de representantes de Órgãos Públicos ligados à atividade, como: ACARPA/EMATER, ITCF, SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (DEFIS E DSA) e de representantes de entidades dos órgãos produtores, como: Sindicatos, Associações de Produtores, etc.

Art. 4º - Em cada município será constituído um Conselho Municipal de Seguro Rural, composto por representantes da Prefeitura Municipal, STRs, Associações de Produtores e outras a serem definidas pelas entidades acima referidas, que terá como atribuição a arbitragem incorrigível, nos casos de disputa em relação à magnitude dos sinistros, o qual colaborará na divulgação, implantação e controle do Seguro Rural na respectiva região.

Art. 5º - O Seguro Rural, através da Companhia Estadual de Seguros, em conjunto com o Conselho Consultivo definirá o caráter da obrigatoriedade para algumas atividades de custeio agrícola e de bens, benfeitorias e produtos agropecuários e também o caráter facultativo para as restantes atividades incluindo todas aquelas re-

lacionadas ao Seguro de Custeio Pecuário.

Art. 6º - No prazo de 90 (noventa) dias, a Companhia Estadual de Seguros, deverá submeter à apreciação do Poder Executivo as "Normas Operacionais de Seguro Rural", ouvido o Conselho Consultivo e demais entidades interessadas.

§ Único - Todos os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado, poderão ser acionados para operacionalização do Seguro Rural, que entrará em vigor tão logo suas normas sejam aprovadas pelo Sistema Federal de Seguros.

Art. 7º - Fica criada a Companhia Estadual de Seguros, com controle acionário do Estado do Paraná, para planejar, regulamentar e implantar o Seguro Rural, nos termos da presente lei e da legislação federal pertinente.

Art. 8º - Fica criado o Fundo de Seguro Rural para obter a sustentação financeira do Seguro Rural, conforme os termos descritos neste artigo.

§ 1º - Os seguros de bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos e entidades estaduais da Administração Direta ou Indireta serão controlados pela Companhia Estadual de Seguros sob o controle acionário do Estado do Paraná.

§ 2º - O Sistema Financeiro Estadual, durante 5 anos, destinará uma percentagem a ser determinado pela Companhia Estadual de Seguros e pelo Conselho Consultivo dos depósitos a vista, para consolidar o fundo de Seguro Rural, partir da data de sua implantação e ser recolhida em conta especial, denominada "Fundo de Seguro Rural".

§ 3º - Nos contratos de seguros que se refere o § 1º, é proibida a interveniência, qualquer que seja a sua forma, de corretores, administradores de seguros e entidades outras, qualquer que seja seu tipo jurídico.

§ 4º - As importâncias correspondentes a todas as comissões de corretagem de seguros contratados na forma do parágrafo 1º, deste artigo, serão recolhidos em conta especial, denominada "Fundo de Seguro Rural", a ser mantido pelo sistema Financeiro Estadual, a que se destinará, especificamente, a garantir as despesas com planejamento, implantação e operação do Seguro Rural, financiando ou subvencionando os respectivos prêmios, prioritariamente em favor dos pequenos e médios produtores, cujo estabelecimento não exceda a 100 ha.

Art. 9º - O Poder Executivo Estadual promoverá ações necessárias para que outras instituições integrantes ao Sistema Nacional de Seguros Privados se integrem à política discutida nesta lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto que apresentamos é uma antiga reivindicação dos pequenos e médios produtores do Paraná, que através de suas entidades, variadas vezes, tentaram demonstrar ao Poder Público Estadual a importância desta iniciativa.

Vivemos um momento de extrema gravidade para os pequenos e médios produtores rurais do Estado, dada a dificuldade de se ter alternativas de recuperação da produção diversificada que esses agricultores fizeram.

O setor agrícola, principalmente aquele que é baseado em propriedades de até 100 ha. é o principal responsável pela sustentação econômica do Estado do Paraná e, por outro lado, é o menos protegido, e o que menos recursos têm do Poder Público para se manter.

É, pois, necessário que se criem medidas e mecanismos, que pela sua amplitude e alcance mantenham em crescimento a produção agrícola, e principalmente, façam com que os homens do campo, o agricultor, tenha estímulos para se manter na terra. Acreditamos que o Seguro Rural é uma medida que responde a estes desafios.

O Seguro Rural dará condições abrangentes na cobertura da produção agrícola, contra riscos de perda quase permanentes. Por outro lado, acabaria com o PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - que além de ser restrito, muitas vezes obedece mais a critérios políticos do que técnicos para ser concedido aos seus usuários. Com o Seguro Rural estaremos dando garantia ao homem do campo, e não apenas ao Agente Financeiro, como ocorre com o PROAGRO.

Todos sabemos que para desenvolver racionalmente as atividades agrícolas são necessárias: crédito rural, assistência técnica e o Seguro Agrícola. Infelizmente, o último é desconhecido do trabalhador rural do Paraná.

É importante colocar que já existem experiências de Seguro Rural bem sucedidas no País. O Estado de São Paulo, desde 1953, vem operando na área do seguro Rural. Além de São Paulo, temos experiências similares em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

É bom ressaltar que o agricultor ao fazer o Seguro Rural, deverá desenvolver uma prática de planificação de sua produção, o que significa uma melhor planificação da produção agrícola do Estado.

Por fim, a Constituição Estadual, no seu Título III, artigo 127, inciso VII, fala da necessidade do Seguro Rural, quando diz da necessidade de ter uma "instituição de seguro de baixo prêmio, contra

secas, geadas, granizo, pestes e pragas, etc".

PROJETO DE LEI N. 344/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - As orientações e ações da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB e das suas vinculadas têm como objetivo fundamental e permanente propiciar o desenvolvimento e a consolidação de uma estrutura agrária e uma produção agrícola de caráter democrático popular, que atenda as necessidades dos médios e pequenos produtores e trabalhadores básicos para toda a população paranaense.

Art. 2º - Fica estabelecido o módulo rural de 100 ha. com limite máximo para o desenvolvimento das ações e orientações da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. ACARPA/EMATER, ITCF, CAFE, CLASPAR, IAPAR, COPASA e CEASA.

§ 1º - O módulo rural a que se refere o "caput" deste artigo é auferido somando-se as áreas de todos os imóveis rurais de um mesmo proprietário, diretamente ou por interposta pessoa.

§ 2º - O critério de 100 ha. não se aplica nas ações de fiscalização e de controle epidemiológico tanto na área vegetal ou animal.

§ 3º - As ações e orientações a que se refere o artigo anterior compreende:

I - a formulação de políticas para a produção e infra-estrutura rural, para o desenvolvimento e pesquisa científica e tecnológica, assistência técnica e extensão rural, escoamento, armazenamento, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos agrícolas;

II - a elaboração de normas e regulamentos necessários à implantação, orientação, apoio e incentivo à produção agrícola, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei;

III - os benefícios econômicos e financeiros, via SEAB: crédito e financiamentos, preços mínimos, seguro agrícola, incentivos financeiros, créditos fiscais, etc.

Art. 4º - A SEAB e suas vinculadas devem perseguir permanentemente os seguintes objetivos:

I - Promover a melhoria das condições econômicas, sociais e culturais dos pequenos e médios produtores rurais, proprietários de até um módulo rural fixado nesta Lei;

II - aumentar a produção e a produtividade da agricultura através da reformulação do modelo tecnológico agrícola e do direcionamento da pesquisa para a pequena e média produção;

III - buscar a eliminação dos contras-

tes nos padrões de vida e nas condições de trabalho entre o campo e a cidade;

IV - assegurar o uso e o manejo adequado dos recursos naturais agrícolas, de modo a preservar e ampliar o seu potencial ambiental e produtivo no interesse de toda a sociedade.

Art. 5º - Visando atingir tais objetivos, as orientações e ações da SEAB e suas vinculadas, subordinar-se-ão às seguintes prioridades:

I - consolidação de uma estrutura agrária democratizada surgida a partir do processo de Reforma Agrária;

II - priorização do atendimento aos pequenos e médios produtores de até 100 ha.

III - direção de seus serviços, subsídios, e recursos, assistência e apoio somente aos agricultores cuja soma total de suas propriedades rurais não exceda o módulo aqui definido;

IV - produção de alimentos e matérias primas para o abastecimento interno.

V - recuperação e preservação dos recursos naturais;

VI - direcionamento da pesquisa sobre técnicas e produtos a serem cultivados em pequenos e médios estabelecimentos rurais;

VII - construção de armazéns adequados para atender aos pequenos e médios produtores;

VIII - fomento ao associativismo entre pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais, em suas várias formas particularmente na esfera da produção.

Art. 6º - A atuação do Governo Estadual, bem como de todos os seus órgãos, na área da agricultura, deverão priorizar seus investimentos e ações em consonância ao estabelecido neste Projeto Lei:

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um Estado essencialmente agrícola tendo, grande parte de sua população a agricultura como atividade principal. E, dentro desse universo, a maioria absoluta dos proprietários encontram-se na faixa entre 0 (zero) a 100 ha. De um universo de 467 mil 454 estabelecimentos rurais do Paraná, 91%, ou seja, 425 mil 383 estabelecimentos são menores de 100 ha. (censo agropecuário de 1985). Os estabelecimentos rurais maiores de 100 hectares não ultrapassam a marca dos 42.000, isto é, 9% dos estabelecimentos rurais paranaenses. Estas são, no nosso entendimento, razões mais do que suficientes para justificar a apresentação e a conseqüente aprovação deste Projeto.

Por outro lado, uma outra constatação

séria reforça esta proposta, qual seja, o Governo do Estado do Paraná, através de seus órgãos, sempre privilegiou a grande propriedade e a grande produção agropecuária, destinada, na maioria das vezes, para exportação.

A grande produção, realizada nas grandes propriedades e nas empresas rurais, tem absorvido quase a totalidade dos recursos, da assistência técnica, dos subsídios e do apoio por parte do estado. É hora, pois, de reverter esta situação e atender, prioritariamente, a maioria que não tem condições econômicas para produzir sem o apoio efetivo dos órgãos públicos, particularmente da SEAB e suas vinculadas.

Finalmente é bom lembrar que são os pequenos e médios produtores rurais brasileiros, responsáveis pela produção de 79% do feijão, 68% do ..., 88% da mandioca, 37% do arroz, 66% de algodão, 47% do soja.

Enfim, são os pequenos e médios proprietários, meeiros, posseiros e arrendatários, que trabalham em estabelecimento de até 100 ha os responsáveis por 80% da produção de alimentos.

O progresso econômico que se afirma existir no Brasil e no Paraná, não está atingindo o pequeno produtor. Todos os anos, milhares deles perdem suas terras e são obrigados a ingressar na categoria dos assalariados temporários (bóias-frias) que no Paraná já são 383 mil. Além disso, estimativas reais indicam que mais de 150 mil pequenos produtores deverão ser expulsos do campo na década de 1980 a 1990. Essas famílias que são expulsas do campo ou se transformaram em bóias-frias (engrossando as favelas nas cidades) ou engrossam a multidão de sem-terras. Essa é a parte da população que tem as piores condições de vida do Estado. Isto não se dá por incompetência do pequeno produtor, como querem fazer crer os grandes proprietários e muitos políticos e técnicos ligados aos grandes proprietários. Essa situação é o resultado do modelo econômico vigente que adota política agrária e agrícola que contribuem para o mesmo fim: concentrar a terra e os meios de produção cada vez mais.

As soluções técnicas que evitariam a continuidade dessa situação não são difíceis de serem encontradas pelo Governo. Há muito tempo os trabalhadores rurais têm indicado quais são. Está faltando é a decisão de fazer o que é preciso, de direcionar o crédito rural, o seguro agrícola, o financiamento de comercialização, a pesquisa, a assistência técnica e outros instrumentos de apoio à produção agrícola, às necessidades do pequeno produtor, responsável por 80% da produção de alimentos e que se constitui a grande maioria dos produtores rurais deste Estado.

Modestamente, este projeto quer encaminhar algumas propostas concretas que iriam ao encontro das necessidades dos pequenos produtores. A partir daí, como homens públicos devemos lutar para que o estado coloque seus instrumentos a serviço desta maioria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência quer esclarecer ao Plenário o seguinte. Esta Presidência somente agora coloca em discussão a mensagem governamental propondo a intervenção no Município de Mallet em virtude da primeira mensagem de nº 58/87, que propõe a referida intervenção, ter sido encaminhada, pelo Poder Executivo, com falhas do Tribunal de Contas.

Ao verificar as falhas, a Presidência não aceitou a mensagem, uma vez que a Prefeitura de Mallet havia efetivamente feito a prestação de contas, tanto assim que o Tribunal de Contas do Paraná encaminhou a prestação à esta Casa de Leis, estando a mesma em anexo às mensagens.

Nota-se aí que o pedido de informação não poderia se fundamentar na falta de prestação de contas da Prefeitura. Consequentemente, não poderia desta forma ser apreciada pela Assembleia Legislativa.

Em outubro do corrente ano, o excelentíssimo Senhor Governador encaminhou a mensagem n. 98/87 e aditamento anterior, com a resolução correta, fundamentando o pedido de intervenção, por falta de prestação de contas, mas sim por não terem sido aprovadas as referidas contas da Prefeitura de Mallet.

Vale dizer que esta Presidência estava com a razão em não colocar a matéria em discussão.

Finalmente, deve esta Presidência esclarecer ainda que esta matéria está "sub judice" e com a Prefeitura aguardando liminar. Enquanto a Justiça não se pronuncia, e vendo aproximar-se o término do período Legislativo, no afã de não prejudicar os direitos da população de Mallet, esta Presidência coloca democraticamente em discussão a mensagem da intervenção.

É a nota oficial da Presidência desta Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje para ler uma correspondência do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, enviada ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário da Administração. (Lê):

Senhor Secretário.

Pelo presente, encaminhamos a Vossa Excelência a pauta das reivindicações dos engenheiros e dos arquitetos funcionários da administração direta e autárquica do Estado do Paraná, elaborada com a participação de cerca de 20% do total dos profissionais dos vários quadros de pessoal, que compareceram às várias reuniões e assembleias promovidas pelos Sindicatos que esta subscrevem.

Nesta oportunidade, acreditamos indispensável ressaltar o que segue:

1º - Que os atuais salários ferem a dignidade da formação profissional dos funcionários e seus reajustes têm reiteradamente ficado muito aquém da realidade da inflação.

2º - Que incalculáveis prejuízos podem ser causados ao Estado do Paraná em razão dos baixos salários, pois estes tiram a tranqüilidade de que necessita para o desempenho cabal e atento de suas funções, fazendo-o preocupar-se com algo que deveria estar resolvido para um profissional de nível superior: a sua sobrevivência e a de sua família.

3º - Que os baixos salários podem provocar a evasão dos profissionais e o desmantelamento de equipes técnicas constituídas ao longo de vários anos e que tantos recursos custaram ao Estado para formar, inclusive com cursos no Brasil e no Exterior.

4º - Que muitos destes profissionais desempenham há vários anos funções de grande responsabilidade técnica como medições de serviços, elaboração de projetos, fiscalização de obras e serviços de valores altíssimos sem uma remuneração condizente com sua atividade.

5º - Que há uma evidente disparidade entre a remuneração de profissionais de nível superior de alguns setores e de outros, provocando esta situação injusta um desagradável clima de desestímulo e permanente descontentamento entre grandes parcelas dos profissionais da engenharia e da arquitetura.

6º - Que, por manusearem todos os dias as faturas e documentação das licitações de obras e serviços, têm estes profissionais o conhecimento de que têm sido muito maiores os reajustes de preços concedidos aos consultores privados e empreiteiros pelo Estado do que os reajustes dos salários de seus próprios funcionários, que executam todos os dias os mesmos serviços.

7º - Que, embora seja louvável a atitude do Senhor Governador em prometer não conceder anistia fiscal e divulgar os nomes dos sonegadores de impostos, que devem ao Estado quase 1,5 bilhão de cruzados, esta declaração de sua Excelência desauto-

riza por si só, qualquer comparação que se possa pretender fazer entre a folha de pagamento do funcionalismo e a arrecadação do ICM. Coíbe-se a sonegação e haverá dinheiro para pagar um salário digno aos funcionários. O empregado não pode ter seu salário diminuído se o patrão não cobrar convenientemente seus devedores.

8° - Que estes profissionais, para exercerem com dignidade suas funções, defrontam-se todos os dias, na fiscalização de empreiteiros, com a dura realidade: os engenheiros e arquitetos que são por eles fiscalizados chegam a receber salários 2 ou 3 vezes mais altos e geralmente possuem menos tempo de formados.

9° - Que o corpo técnico do Estado é um patrimônio da população e não pode ser desfeito por um Governo, que é passageiro.

10 - Que toda esta situação não pode continuar a conviver com propósito e ações moralizantes (que aliás elogiamos) pois é neste clima de insatisfação e indignidade salarial que podem ocorrer com mais frequências os casos da corrupção que todos queremos ajudar a combater.

Contando com a compreensão de Vossa Excelência já que por força de uma legislação autoritária estes profissionais nem mesmo têm direito a arguir na justiça trabalhista os seus direitos, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Arquiteto ITACI AMOÊDO CANTO

Dir. Pres. Sind. Arquitetos/PR

Engenheiro DANIEL LOPES DE MORAES

Dir. Pres. SENGE/PR.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulino José Delazeri:

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós estamos nessa tribuna, hoje, para repetir e tentar sensibilizar este Parlamento que é sensível a estes problemas, e ao Governo do Estado, mas principalmente renovar o que temos dito ao longo deste ano nesta tribuna e nesta Assembléia Legislativa, de que neste País, quando uma crise econômica se abate nesta Nação, os primeiros e mais profundamente sacrificados são os trabalhadores que não têm instrumentos para se defender tão imediatamente como outros setores.

Aqui hoje estão os engenheiros e arquitetos, funcionários do poder público do Estado do Paraná. Ontem estivemos no IPE - do Estado juntamente com o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, por delegação do Líder Caíto Quintana e lá nos deparávamos, Deputado Caíto, com a situação de médicos,

bioquímicos, odontólogos, que, trabalhando duas horas por dia, recebendo salários na maioria dos casos de Cz\$ 8 a 12 mil cruzados por mês. Os engenheiros, que, como eles mesmo reconhecem no documento enviado ao Senhor Secretário Mário Pereira, foram formados e forjados tecnicamente dentro da máquina Governamental e para servir ao povo, hoje tem que se submeter a políticas que não são as do Estado a outras para ter a sua sobrevivência e de sua família garantida. Mas como disse ontem aos médicos odontólogos e bioquímicos, digo aos engenheiros que aqui estão, aos arquitetos que aqui estão, que não tenhamos esperança de que a solução dos problemas deste País passarão pela solução dos problemas de uma ou outra categoria, porque o que nós vivemos neste País é um modelo de desenvolvimento voltado para fora da nação e para beneficiar os especuladores, os monopólios, os oligopólios e o latifúndio. Esta aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o modelo de desenvolvimento econômico para podermos manter a falsa moral de continuar pagando os juros da dívida externa, nós temos que comprimir a demanda interna e comprimir a demanda interna, significa achatar os salários dos trabalhadores dos arquitetos e dos engenheiros, dos médicos e dos trabalhadores em geral.

A verdade, também os engenheiros devem saber ou seja, neste momento, eles devem lutar para obter os benefícios imediatos a que têm direito, e que nos reconhecemos. Estamos com ele nesta luta, porque sabemos das injustiças que sofrem, mas, também convocamos esta categoria de alto grau de conhecimentos técnicos e científicos, para se engajar na luta por melhores dias a todos os trabalhadores desse País. Isso passa, sem dúvida nenhuma, pela mudança do modelo de desenvolvimento, que deve se voltar para dentro do País, para criarmos aqui um mercado interno de consumo para aí sim, satisfazer as necessidades dos brasileiros. Este modelo que está aí, é para vender os nossos produtos a preço de liquidação no exterior, para comprar os dólares e com esses dólares pagarmos os juros da dívida externa, covarde e corruptamente contraída pela ditadura militar instalada neste País em 1964. E os falsos moralistas ainda dizem que nós temos que honrar os compromissos brasileiros. Esse é o compromisso da elite entreguista, porque agora mesmo esse Governo covarde que se encontra no Palácio do Planalto acabou com a moratória e volta a se subjugar à política do FMI...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
(faz soar os tímpanos). - Vossa Excelência tem mais 30 segundos.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós nunca estivemos fora das lutas reivindicatórias e estaremos junto com estas que se abrem no plano imediato. Não tenho dúvida os engenheiros, os arquitetos os médicos, os trabalhadores. Mas não acreditem, devo dizer isso com sinceridade, que teremos a solução deste grave problema, que é o modelo de desenvolvimento, sem trocarmos os interventores de plantão no Palácio do Planalto, para aí sim elegermos um Presidente comprometido com um novo modelo de desenvolvimento que premia o trabalho e não a especulação, como acontece hoje neste País.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encontram-se nesta Assembléia Legislativa, no dia de hoje, engenheiros agrônomos, eletricitistas, mecânicos, civis, arquitetos, para reivindicar aquilo que lhes é devido em função de uma defasagem salarial que atinge a categoria de forma drástica e violenta. É claro, que esse achatamento salarial que é originado e que sentem os engenheiros, é um achatamento salarial sentido por todos os assalariados deste País.

Mas, sem dúvida nenhuma, os engenheiros que trabalham para o Estado trabalham para o povo e, portanto, fazem parte do patrimônio deste País, desta nação e deste Estado e têm responsabilidades enormes com este povo. É para que possam ter dignidade na sua função do dia-a-dia, é necessário, é fundamental que tenham um salário digno para que possam conduzir as suas atividades com dignidade.

Nós, neste instante, nos associamos a esta manifestação dos engenheiros, lembrando e nos associando às palavras do Deputado Paulino José Delazeri. No entanto, é necessário que no movimento haja uma reflexão de o porque acontece achatamento de uma categoria como esta.

Sem dúvida nenhuma, se este achatamento existe na classe média, ele também é violento, para os operários que hoje recebem salário mínimo, salário que não lhes dá dignidade de sobrevivência.

É isto tudo tem uma razão de ser, tem uma raiz, e tem um princípio, que é a extrema penúria em que vivemos, de um desgoverno e de uma falta efetiva de encontrarmos os caminhos verdadeiros, no sentido de deixar o privilégio do grande capital e do latifúndio e investir mais naquilo que é fundamental de todo cidadão, que é o assa-

lariado.

A contradição entre o trabalho e o capital nós temos nitidamente hoje diante dos nossos olhos e diante das nossas categorias que trabalham no Estado.

Há uma evidente disparidade salarial e há necessidade urgente do próprio Governo do Estado de imediatamente promover estudos concretos para preservar o patrimônio que está esvaindo-se lentamente, mas que, se efetivamente, se concretizar, dificilmente os próximos Governos terão condições de recompor as equipes que trabalham no Estado.

Li o manifesto do Sindicato dos Engenheiros e dos Arquitetos e entre os pontos levantados um traz a questão do interesse público ou seja de que estes profissionais, para exercerem com dignidade suas funções defrontam-se todos os dias com a fiscalização de empreiteiros, com a dura realidade, os engenheiros e arquitetos por eles fiscalizados chegam a receber 2 ou 3 vezes mais de remuneração, e geralmente com menos tempo de formação.

Os engenheiros agrônomos que fiscalizam os agrotóxicos no campo, e as multinacionais que fiscalizam empresas que comercializam por ano um bilhão de dólares em agrotóxicos e se defrontam com engenheiros de multinacionais recebendo 3, 4, 5 ou até 10 vezes mais do que um salário de um engenheiro agrônomo. É que ele tem que manter aquela fiscalização diária a todo momento, no sentido de preservar os interesses econômicos dos agricultores, mas sobretudo, os interesses da saúde do povo brasileiro.

É diante desse quadro que nós precisamos reagir para que possamos ter justiça junto aos trabalhadores do Estado e sobretudo, garantia de que a população estará bem representada por estes engenheiros no dia a dia do seu trabalho.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves, seguinte orador inscrito.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público presente, trabalhadores, visitantes.

Quero agradecer neste instante a presença de Dilso Funaro, suplente de vereador na nossa Cidade de Maringá.

Senhoras e Senhores, hoje vemos nossas galerias lotadas por trabalhadores, jovens que vêm nesta Casa de Leis acompanhar os trabalhos do Legislativo paranaense, para solicitar aos Deputados desta Casa de Leis, ou acompanhar a votação que venha a oferecer. Nós, como Deputados, que também somos trabalhadores, acompanhamos as elei-

ções passadas, quando a maioria dos Deputados Federais, dos Senadores e dos Governadores, que prometiam ao povo brasileiro, ao povo paranaense melhores salários, prometiam um País mais justo, mas até hoje, trabalhadores, nada disso aconteceu!

Vemos um Presidente da República perdido, vemos Deputados Federais numa Constituinte amarrada, vemos Ministros da Fazenda, como Funaro e Bresser, que vieram a Curitiba dizer de viva voz que não existe arrocho salarial, que não existe salário defasado, existe sim, na cabeça dos trabalhadores!

Ora, Senhores Deputados, Senhores trabalhadores, não foi isso que o PMDB prometeu em palanque, não. Não foi isso que os Deputados, que estão lá em Brasília, numa Constituinte amarrada, prometeram ao povo brasileiro, não!

Ainda fazendo a conta ali, agora em minha cadeira, quando o ex-Presidente Figueiredo deixou o Governo, o salário mínimo era de Cz\$ 600 cruzados, o litro de leite custava Cz\$ 2 cruzados. Então, um salário mínimo compraria 300 litros de leite. Agora, faça a conta. Hoje, quanto é um salário mínimo e quanto é que custa um litro de leite! É por isso, Senhores Deputados, Senhores visitantes que a cada minuto que passa morrem 3 crianças de fome, e se continuar assim, meu bom povo, nós teremos um País da maior mortalidade infantil, como temos hoje. Um País sondado pelo fome, um País medíocre, isso aqui vai virar uma verdadeira Etiópia se não tomarmos providências. Porque cada Presidente, cada Ministro, só pensa em si! Não usa a palavra solidariedade com o povo, com o povo trabalhador, com o povo brasileiro!

Então, a gente, como Deputado, sentado em nossa cadeira, começamos a pensar, que em campanha política todo mundo faz milagres, todo mundo promete, mas depois que está lá, como acontece com os Deputados Federais e Senadores, em Brasília, esquecem. E nós também, como trabalhadores, sentimos aí a fome rondando este país, a morte das crianças, porque o Brasil hoje é o País em que mais morrem crianças de fome. A cada 1.000 crianças que nascem neste País, Senhores Deputados, a cada 5 anos, morrem 490 de fome, desnutridas, por falta de leite, porque o leite sobe a cada dia que passa, o pão sobe a cada dia, e o salário se encontra defasado. E o Presidente da República, quando aumenta 10% dos salários, ele aumenta 100% na água e na luz.

Portanto, estamos aqui cobrando, e ao lado dos trabalhadores que tanto sofrem nesta terra, um Brasil querido, que não tem guerras, que não tem terremoto, mas faltam homens que cuidem do trabalhador, que cuidem do bom trabalhador, deste País, com mais amor, com mais carinho.

Portanto, a nossa revolta, de ver hoje um trabalhador ganhando Cz\$ 3 mil cruzados pagando Cz\$ 2 mil cruzados para morar num cômodo, pagando circular, pagando despesas, o que é que sobra? O que é que sobra para um chefe de família que tem 3 ou 4 filhos que tomam leite?

Portanto, a nossa revolta, e os Senhores têm que vir aqui cobrar, porque promessas foram feitas, e até hoje nada foi cumprido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem ouve o discurso do Deputado José Alves, até pode entender que falta ainda dar mais tempo aos homens que ele defendeu, com quem longo tempo ele conviveu para resolver as questões deste País.

O Deputado José Alves fez aqui um relato da fome, da miséria, da situação em que o País está vivendo, e pela colocação feita, ele pede claramente o retorno de Figueiredo, de Geisel, de Médici, de Costa e Silva e de Castelo Branco ao poder.

Eu quero dizer a Vossa Excelência, Senhor Deputado, que se hoje nós vivemos num País onde estamos vendo a fome, a miséria, se hoje nós estamos vivendo em um País em que estamos vendo a ferida e o tumor exposto, é porque algum avanço já se deu. Porque antes nós tínhamos a ferida, o tumor e a ditadura através do cerceamento da imprensa e das liberdades não permitia que se visse a ferida e o tumor. Se hoje nós temos um País de sem-terras, de sem-tetos, um País de sem-profissões, de sem-escola, de sem-saúde, um País de desdentados, de sem-cultura, de sem-saúde, é porque o regime autoritário instalado a partir de 1964 cavou aqui dentro um buraco tirando as nossas riquezas, cavando a nossa sepultura e deixando uma dívida de Us\$ 120 bilhões de dólares para o povo pagar.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Delfim Neto, que certamente é um dos grandes depositantes em contas secretas da Suíça, não está no dia a dia sendo visitado pelos sem-terra, pelos sem-teto, pelos sem-dente, pedindo providências para os seus problemas. Na época que ele era governo, estava lá a polícia do governo para bater em quem fosse reivindicar; estava lá a polícia do governo, para prender aqueles que se manifestavam a favor do povo. Assim como estava, lá em Maringá, o Senhor José Alves, que hoje é Deputado que está aqui para defender o governo autoritário de então, para defender o acordo

nuclear, para defender a Usina de Itaipu, a Ferrovia do Aço, para defender as mordomias e as falcatrúas que foram feitas e que hoje o povo paga.

Uns, vêm agora com a cara de pau na tribuna da Assembléia falar em leite para o filho do trabalhador, quando, no tempo do seu governo, deram chicote, deram terra no cemitério para o povo.

Senhor Deputado, faça uma retrospectiva do passado, veja que quando assumiu o governo, a ditadura em 1964, era US\$ 3 bilhões de dólares a dívida, com um estoque de café de 2 bilhões e quatrocentos àquela época, e vejo o tamanho do furo que deixaram aqui dentro. E não se tapa um furo desses com um remendo com essa conversa que Vossa Excelência vem aqui falar.

Portanto, hoje nós temos uma dimensão da ferida, e o bisturi que é a democracia, vai cortá-la. Existe a época e o momento oportuno. A democracia está se fazendo, está se consolidando apesar das UDR's, das TFPs e de tantas outras instituições que não querem o avanço democrático, e apesar de Deputados e de gente como Vossa Excelências, amanhã haverá de ser outro dia, neste País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A essência do Parlamento é a palavra, é o pensamento, é a ação política, jamais, a agressão!

Venho a tribuna, para ler o discurso pronunciado pelo Senador José Richa no dia 15 de novembro, na Comissão de Sistematização e atendendo a um apelo do Presidente da Casa que propõe, em Requerimento, a transcrição nos Anais, desse discurso que reputamos, histórico!

(Lê):

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHA - Senhor Presidente, Senhores Constituintes, agradeço a generosidade ao companheiro Jorge Hage, que abre mão do direito, neste instante histórico, de encaminhar sua emenda para deferir-me a oportunidade e a honra de fazê-lo.

Senhores Constituintes, a dimensão da grandeza de uma Nação é medida pela qualidade das decisões que suas lideranças são capazes de tomar nos momentos cruciais. Esta é uma Assembléia de líderes, este é um momento crucial. Está-se decidindo agora o futuro das instituições. Tenho plena certeza de que cada um dos eminentes líderes que aqui se encontram estão procurando produzir a melhor decisão para o País. Não

tenho dúvida disso. Entretanto, para que possamos adotar a melhor decisão neste momento grave da nacionalidade, é preciso que tenhamos uma nítida e competente interpretação do quadro político, econômico e social do País.

De minha parte, vejo com muita angústia o quadro político e econômico e, em consequência disso, as agruras por que passa o povo brasileiro.

Entendo que a transição vem-se fazendo de forma bastante turbulenta desde o seu início. Começou com a fatalidade da perda para todos nós da grande figura de Tancredo Neves.

A partir daí, instaurou-se no País uma crise política que vem se agudizando cada vez com maior intensidade e intervalos menores.

Por muito menos do que o quadro político que aí estamos observando, e para o qual o povo espera uma grande decisão nossa, (palmas) já se produziram, no passado, muitos golpes de Estado. E tudo isso em decorrência de um erro de avaliação do Presidente da República, que deferiu a todos nós, Constituintes, um direito que, na sua opinião, seria o de não ser discriminado, quando já votamos, no Capítulo das Disposições Permanentes, o mandato de cinco anos para todos os presidentes. Quer Sua Excelência que votemos para ele os mesmos cinco anos.

Ora, aí está o primeiro e grave erro de interpretação de Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney. Já tomamos a decisão de cinco anos de mandato permanente para os Presidentes da República, mas o atual Presidente deve compreender que é apenas o chefe da transição. (palmas).

Foi precisamente a falta desta clareza de interpretação que acabou fazendo com que a Aliança Democrática implodisse antes mesmo de ser concluída a transição. Todos sabemos que só seria possível uma aliança desse tipo para fazer a transição e não para fazer o governo, principalmente no sistema presidencialista. A Aliança Democrática poderia até dar certo, e sei que daria se o sistema fosse parlamentarista, que é muito mais representativo da sociedade como um todo. Apenas o Sistema parlamentarista é capaz, pela sua flexibilidade, de construir um governo que represente todas as variações ideológicas da sociedade. No sistema presidencialista isso não é possível. Portanto, a aliança que poderia dar certo na transição não persistiu pelo erro da avaliação do Presidente, que quis transformá-la numa aliança de governo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência, em homenagem ao grande discurso do Senador José Richa, dará o tempo que Vossa Excelência quiser pa-

ra concluir a leitura do discurso do Senador José Richa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem)
 Senhor Presidente, Vossa Excelência é o Presidente da Casa, não é Deputado do PMDB no desempenho das funções, Vossa Excelência não pode extrapolar o regimento Interno da Casa. Ainda há pouco o nobre Deputado José Alves, do meu Partido, PTB, foi covardemente agredido por um cidadão que não aceita os postulados da democracia, por um cidadão que tem, na sua passagem por esta Casa, participado dos mais escabrosos incidentes aqui ocorridos, vem, com o velho chavão de ser contra a ditadura, mas não aceita a democracia, vem, com o velho chavão surrado, para impressionar, hoje o Plenário que está nesta Casa e nós não vimos, de Vossa Excelência, nenhuma atitude coercitiva contra o abuso do Regimento Interno cometido por esse cidadão que tem dado espetáculos deprimentes dentro deste Poder Legislativo. E Vossa Excelência não pode extrapolar, embora o respeito que nos mereça o Senador José Richa, ex-Governador do Paraná, que fez um grande Governo neste Estado mas Vossa Excelência não pode ao seu bel-prazer e por vontade própria, extrapolar o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
 Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, eu quero dizer que enquanto eu falava na tribuna enquanto eu estava usando da palavra, o Deputado José Alves, do PTB, fazia gestos, inclusive obscenos, para com a minha pessoa. Quero dizer ao Líder do PTB nesta Casa, o Deputado Erondy Silvério, que eu nunca faltei com o respeito com quem quer que seja, que eu nunca fiz gestos obscenos para com quem quer que seja, e quero dizer a Vossa Excelência, Senhor Deputado, que eu não agredi ninguém pelas costas, eu estava usando da palavra na tribuna, quando o Deputado José Alves fazia gestos e eu quero dizer Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu não sou permissionário do serviço público, não tenho rede de taxi, não sou explorador de motorista, como é Vossa-Excelência, Senhor Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Questão de Ordem)
 Senhor Presidente, o Deputado Nereu Carlos Massignan, que usa à tribuna, fará uso do horário da Liderança do PMDB para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência suspende a sessão por

10 minutos.

(Está suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta reaberta a Sessão e esta Presidência solicita aos Senhores Deputados e aos funcionários que se encontram no corredor, que os funcionários se retirem do Plenário e os Deputados tomem assento para o bom andamento desta sessão.

Está encerrado o Pequeno Expediente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente apenas para agradecer a deferência de Vossa Excelência em me conceder o tempo. Eu voltarei para terminar a leitura do discurso do Senador José Richa no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência daria a Vossa Excelência os 30 segundos prorrogados e mais 30 como sempre se tem dado a todos os Deputados que se encontram na tribuna, mas agradece a fineza de Vossa Excelência.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu agradeço a gentileza de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Grande Expediente consulto o Deputado José Rogério Carvalho se fará uso do seu tempo.

Vossa Excelência tem 30 minutos para proferir sua oração.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente nós temos tido uma atitude acima de tudo ética nesta Casa com relação aos Parlamentares, mas como membro da Comissão Executiva gostaria de ressaltar o meu desagrado e lamentar que fatos como este ainda ocorram num Poder Legislativo, num Poder que vem para defender acima de tudo os interesses do nosso Estado. Conheço o Deputado José Alves, sei da sua seriedade da sua vontade de servir este Poder e conheço também o Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência diz ao nosso querido 2º Secretário da Assembléia que para o bom andamento da sessão, que tenhamos até vergonha do ocorrido e esqueçamos o assunto para que ouçamos o orador que vai falar sobre um assunto de grande relevância. Não cabe a questão de Ordem a Vossa Excelên-

cia, porque não tem nada no presente que o desabone.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Perfeito Excelência, apenas para registrar o meu desagrado como Parlamentar de Maringá.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós também queremos colocar a nossa posição de lamentar o ocorrido nesta Casa na tarde de hoje e pedir a Vossa Excelência que invoque o Regimento Interno porque afinal de contas comprovou-se nesta Casa, hoje, a falta do decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Anibelli)
Vossa Excelência tem a palavra Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Lê):
"Cada geração anuncia uma nova aurora. Arranca-a da sombra, acende-a com seu anelar inquieto. Se olhar para o alto e para longe, é força criadora. Ainda que lhe seja negado colher os frutos daquilo que semeou, terá segura recompensa na sanção da posteridade. O facho luminoso jamais se apaga. Troca de mãos. Cada geração distende as asas onde a anterior fechou-se, para voar mais longe. E sempre mais."

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Foi de um momento histórico pleno de angústia e incertezas populares, que o MDB, em 1966, na esteira do sepultamento de todas as siglas partidárias existentes no limiar da revolução militar, assomou ao cenário político da nação.

Ao curso de toda a sua trajetória, o Partido marcou profunda a sua posição, coerente com as aspirações sociais, transfusas às bases e fundamentos do seu ideário programático.

Dessa forma, intransigentes com os compromissos que assumimos, nos constituímos, ao longo do Governo Militar instalado, no repositório das esperanças de um Governo democrático no sentido mais amplo, apenas comprometidos com os anseios da liberdade e dignidade de vida, que o povo, em uníssono, reclamava. Eram ideais que a Nação, relegada à sanha dos interesses espúrios e inconfessáveis, alheios à realidade social, acreditou ser possível quando fôssemos Governo.

Vamos 15 anos de autoritarismo, combatendo a subserviência política; a cor-

rupção desenfreada, os milagres que, à exceção dos milagreiros, ninguém jamais aproveitou; as negociatas, a irresponsabilidade da contração da dívida externa; a submissão ao monitoramento do FMI; megalomanismo das obras públicas.

Durante 15 anos, denunciamos o crescente aviltamento dos salários; os entraves à realização da Reforma Agrária; e, os índices de todas as espécies que, mais e mais, tornavam flagrante a carestia, a miséria, o empobrecimento quase absoluto da Nação.

Foi este o discurso que pregamos. Foi este o ideal que nos uniu, que nos valeu cassações de mandatos, o exílio; que nos condenou aos cárceres da repressão; que desencadeou um rastro de perseguições, torturas e mortes, que a história, cúmplice dos autores e de todas as covardias que perpetraram, jamais revelará o número, nem o nome de todas as suas vítimas. Mas, fundamentalmente, foi este ideal que incendiou o povo na chama da esperança; que acalentou a sua longa noite de inverno; que mitigou a sua fome, enquanto lhe exportavam pão e o sangue; que o confortou das suas agruras; que o velou na sua solidão e no seu desamparo; que fê-lo o nosso aliado inseparável, o nosso amigo, e por transferência de sentimentos, o nosso irmão.

Coesos no ideal que nos impelia à ocupação dos espaços que o regime de ditadura nos permitia, percorremos, passo a passo, todos os caminhos, espinhosos e tortos, que os inimigos da Nação, acastelados no Palácio do Planalto e nos porões do SNI, nos impuseram.

Em 1979, porém, a pretexto de que a democracia não poderia mais sustentar-se, exclusivamente, sobre apenas duas agremiações partidárias - MDB e ARENA, por um ato de requintado casuísmo o Governo nos impingiu, através da sua maioria Congressional, a Lei n. 6767/79, que extinguiu os Partidos de então, e prescrevia normas para a criação de novos Partidos Políticos. Agora, obrigatoriamente, as siglas deviam ser precedidas da letra P, na dedução, quem sabe, que modificando-nos a sigla, nos modificaria a história.

Para cumprir a Lei, meramente acrescentamos o P, e mantivemo-nos unidos, nas mesmas idéias, com o mesmo destemor, somando conquistas sobre conquistas, para vencer o regime.

Foi a partir de 1982, entretanto, quando o povo, absolutamente seguro da nossa franqueza, preparava-se para arrancar da goela o seu grito contido de libertação, e sonhava com o PMDB a arrancada para uma vida nova, sob o argumento de que o Partido não poderia prescindir do apoio de ninguém, para minar as últimas

resistências do moribundo Poder instalado, pouco a pouco, imperceptível e ingenuamente, o PMDB foi abrigando em seu regaço, pústulas e lírios, mais pústulas do que lírios, e toda a caterva da Revolução Militar, mestres em servir o Poder pelas conveniências que o Poder oferece, na linha direta dos seus interesses: do ex-Presidente, do ex-Maior Partido do Ocidente, ao mais ínfimo servidor da estrutura oficial, à exceção, apenas, dos seus ex-cúmplices desafetos.

A dependência externa e as desigualdades internas, em 1984, atingiram um limite insuportável com a crise econômica e o agravamento da recessão. O desemprego, a fome e os acordos financeiros internacionais eram, nessa quadra, os sinais mais evidentes do evidente e malsinado infortúnio nacional.

Era preciso, definitivamente, mudar.

O PMDB, atento ao novo momento histórico, encarnou a campanha das "Diretas": desde 14 de janeiro de 1984, do Norte ao Sul do Brasil, o povo saiu às ruas, aglomerou-se em multidões, para ouvir a mensagem do seu Partido, o PMDB, e sacramentar a inamação definitiva do Regime Militar.

Inauguramos, a partir daí, um novo tempo. O momento, asseguravam os nossos próceres partidários, ensejava que a transição de Governo transcorresse sem traumas, pela arregimentação, primeiro, de todas as forças políticas.

Nesse contexto, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República, pelo mesmo espúrio Colégio Eleitoral que sempre abominamos, porque foi sempre, a pia batismal de todos os ungidos gerais do plantão, de imorredoura e triste memória.

O compromisso de realizar a transição democrática sem traumas, através de um Governo aberto e participativo, como fundamental ao resgate dos compromissos populares assumidos, que o novo mandatário tivesse, no Congresso Nacional, sólido apoio político.

Sob a égide dessa conjuntura, o PMDB e o PFL selaram, o pacto da "Aliança Democrática", inspirada e norteadas para a solução dos "compromissos impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira".

Tancredo Neves, pela convicção que emprestava aos seus propósitos, pouco a pouco infundiu no povo a certeza de que cumpriria todos esses compromissos, resgataria a ingente dívida social que o Estado contraiu com a sociedade nacional.

Mas, no cume da escalada, depois de vencidas todas as vicissitudes, sintam só o escárnio da ironia do destino, às vésperas da transmissão do Poder, quando Tancredo Neves principiava o seu Gólgota, foi às mãos do Sr. José Ribamar Sarney Costa

que tivemos de confiar, mais do que a nossa história, mais do que o destino do nosso Partido, todo o majestoso caudal de esperanças do povo, acumuladas, vintenariamente, no silêncio impositivo dos fuzis e das baionetas.

Há pouco mais de um mês deste Governo morreu Tancredo. E na sua morte, morremos todos um pouco, nas esperanças que depositamos em Tancredo.

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA

A história, pelos esforços de superação cívica do mundo, nos recomenda duas lições: a paz, pela crença pura e simples no Direito, é utopia; a integração política nacional, pelas alianças, é barganha de solução limitada.

Tais lições, nos induzem a defender que a estabilidade da existência de um povo, só pode ser alcançada pela submissão da dinâmica política à força institucional do Poder. Parece-nos, daí, que as convicções ideológicas sustentadas pelas correntes políticas nos programas dos respectivos Partidos, são o alicerce do Estado de Direito para a sustentação do progresso e a promoção do desenvolvimento.

Sem Partidos Políticos definidos pelas linhas de atuação e de conduta que os identifique, ideologicamente, na lide do processo histórico perante o povo, a existência nacional fica sem fatos jurídicos que embasem o Regime e a Ordem Institucional cede lugar às pressões dos interesses privados, permanentemente em conflito. É por isso que, há pessoas como o finado Senador Milton Campos, que concluem ser a democracia "uma administração de conflitos". No que, enganado, engana a opinião geral, porque enquanto a liberdade nos for oferecida como "produto de conchavos", nome técnico dos "conflitos administrados", estaremos alimentando a vocação totalitária, com todos os seus vícios desmandos.

E que prova mais atual que a chamada "Aliança Democrática", constituída pelos hábeis "costureiros oligárquicos", para impedir que o povo assumisse o Poder, no momento em que, conduzido pelo PMDB, reunia todas as condições, internas e externas, para isso?

Quando a "República dos conchavos" estava prestes a ser varrida pela força dos ideais democráticos, em decisões de cúpulas, fundiram-se, autor e réu do processo revolucionário militar, numa "Carta de Princípios", no dia 08 de agosto de 1984, na qual, ambos os lados, negando as respectivas convicções partidárias, estabeleceram ao futuro político do País, as diretrizes oligárquicas que há 98 anos infelicitam esta Nação.

A justificativa é a mesma desde a

"Proclamação da República", que vem desculpando os "golpes de Estado e as "depósitos de governo, sem dar ao País, as condições institucionais para a consolidação da vida democrática, baseada na submissão do Poder à Lei. Mas, a cada "conciliação" absorve, pelo cultivo do arbítrio de Governo, sustentado na distribuição de benesses, os progressos democráticos que o povo logra alcançar.

Por oito vezes a "República foi proclamada", e por oito vezes, a "Aliança Democrática", se repetiu sempre embalando o povo nas mesmas surradas promessas, com novos enunciados, para manter o País à sacna exploratória da ideologia imperialista que exerce sobre nós, ora em forma de empresas multinacionais, ora por empréstimos ao Sistema Financeiro Internacional, e agora, somando mais a ênfase pela potencialização bélica do País, anunciada pelo Senhor Ministro do Exército no dia 21 de agosto, mesmo que isso implique na continuidade do genocídio de 45 crianças/hora, assassinadas pela fome; de 36 milhões de outras crianças, relegadas à marginalidade social; de 42 milhões de analfabetos; de 23 milhões de doentes e inválidos; de 16 milhões de trabalhadores sem-terra.

Urgia, pois, que a "Aliança Democrática" firmada e exercida por partes ilegítimas, à revelia da Nação, fosse desfeita, pois ela estava servindo, apenas, para colorir a discriminabilidade do Governo, nas intervenções sob todos os títulos absurdos, na economia do País e de todos os brasileiros: mascaramento de índices para a espoliação de mutuários poupadores, decretação de compulsórios, majoração alucinante de alíquotas tributárias, tudo com o intuito de arrecadar mais impostos ao custo mais aviltante, que é o custo do genocídio para a construção da Ferrovia Norte-Sul, a implantação do trem bala, a aquisição e fabricação do AMX, em aberrante continuidade de faraonismo iniciado em 1964, que até hoje, não encontra sustentação na realidade humana do Brasil.

Além dessa finalidade, a que serviu a "Aliança Democrática"?

São veementes as denúncias de Ministros que não puderam servir ao País por causa desse "conchavo oligárquico", que não se exerce por vocação patriótica e nem por interesse nacional, mas sim, com o empenho único de loteamento dos serviços de governo entre o maior número possível de agentes. E, aí estão milhares de novos empregos públicos, criados pela "Aliança Democrática" em apenas dois anos e meio de Governo, ao encargo de uma economia nacional deficitária, e de um País em manifesta decadência de trabalho.

E não se diga, aqui que a "Aliança Democrática" exauriu os seus compromissos, e

nesse exaurimento exauriu o seu ciclo. O pouco que realizou, fê-lo pela metade. Enganosamente propala o que não teve competência nem discernimento político para realizar. Até por isso, hoje, a Aliança é sinônimo de traição que se perpetrou contra todos os brasileiros. O seu rompimento, ensaiado pelo PFL, é metafísico, é celenita.

O governo surte-se nos mesmos dois partidos que o constituíram, no mesmo voraz e apeteite de cargos.

A imprensa nacional, então, tem sido ainda mais eloquente, pelos testemunhos que traz do infeliz momento pátrio a que fomos submetidos:

"Os donos do Brasil se embalam numa falsa segurança. Pois se há um País sem dono, é este. Se há um País desenganado, envergonhado de si mesmo, vencido, faminto, nu, doente, analfabeto, é este".

(Raquel de Queiroz, escritora - Folha de São Paulo, em 23.07.87).

A pérola do cinismo, é do Presidente José Sarney:

- "Eu optei pelos pobres".

(Folha de São Paulo, 14.05.87).

- Da cantora e compositora Nara Leão:

- Eu poderia até fazer canções de protesto de novo... Sucede que eu não saberia protestar contra uma bagunça dessas".

(O Estado de São Paulo, em 22.07.87).

Como não poderia deixar de ser, o Presidente José Sarney discorda:

- "O Brasil, agora, é uma nau que tem rumo certo".

(O Estado de São Paulo, em 22.07.87).

A expressão maior do patriotismo, entretanto, revela-se nestas manchetes.

- "Redistribuição de cargos entre PMDB e PFL é a única saída para a crise".

(Gazeta Mercantil, 8/10-08.87).

- "Rachado em duas bancadas, PMDB vai voltando à Oposição". "PFL aproveita racha e quer mais cargos".

(Folha de São Paulo, em 24.05.87).

- "Se dependesse da distribuição de favores e cargos, a ditadura não tinha acabado".

(Dante de Oliveira, Folha de São Paulo, em 24.05.87).

Apesar disso ...

- "Encontrei o Presidente sorridente e descontraído".

(Deputado José Elias Murad - PTB/MG, na Folha de São Paulo, em 20.06.87).

É triste, muito triste reconhecer que o sonho que alimentamos, no real, é a imagem triste e mal-cheirosa deste Governo, permissivo, irresponsável e incompetente, que se dá à ousadia, até mesmo, de ditar o prazo de duração do seu mandato.

O MANDATO PRESIDENCIAL.

O preâmbulo do discurso do Senador Mário Covas, na recente Convenção Nacional do PMDB, em Brasília, mais do que efeito de retórica, é a lembrança de um compromisso histórico:

"Não aceito nem mais, nem menos de quatro anos. Só conheço a democracia, com quatro anos. Uma transição só é possível com quatro anos - menos, é impossível; mais, é autoritarismo".

(Tancredo Neves, em 17 de janeiro de 1985)

- "Embora a duração do mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana da Assembléia Nacional Constituinte, manifesto, desde logo, a minha posição no sentido de que esse mandato deva ser de quatro anos".

(José Ribamar Sarney Costa, quando assinava mensagem encaminhando ao Congresso Nacional a Reforma Eleitoral).

Apesar disso, em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia 18 de maio de 1987, o Ilustre Presidente maranhense, num incompreensível e afrontoso gesto de desrespeito às instituições e à sociedade nacional, esclarecia que, a despeito de competir-lhe 6 anos de mandato, abdicaria de 1 ano reduzindo-o para 5. Depois, realizaria eleições diretas para Presidente da República, em 1989, Ponto final. E que jamais se voltasse a questioná-lo sobre o assunto.

Colocada como foi, a sentença, mais que uma ordem, soou como um repto.

A Assembléia Nacional Constituinte, concebida para ser livre e soberana, que nunca foi livre, naquela noite, deixou de ser soberana.

Não recorro de nenhum Governo democrático, ou "singelamente populista como tem-se caracterizado este Governo, não sacramentado pelo batismo das urnas, sem qualquer legitimidade popular, que tivesse tamanha arrogância. Não fosse patético, seria risível. Perplexo e confuso, confesso que até hoje não sei como classificar o gesto do literato-Presidente. Desculpem-me a divagação. A insólita realidade, porém, é mais grave e mais plangente do que a nossa vã filosofia pode alcançar.

A nação, reconhecidamente, debate-se em crises. No sopé de todas as crises, não há como negar, está a crise de confiança, intransponível, senão por um Governo nascido da legitimidade do voto popular. O nome, é questão secundária. O discernimento popular é que o indicará, o fiscalizará para o efetivo cumprimento dos seus compromissos eleitorais. Esta, ao menos, é a minha concepção de governo transitório. Se o PMDB não deve, não tem pelo que temer. Para um mandato de quatro anos, preconizamos desta tribuna, a realização de eleições livres até o nonagésimo dia após a promulgação da nova Constituição, como

forma de oferecer ao País, atrelado à sua nova Carta, um Governo efetivamente legítimo e representativo da vontade do povo.

O NOSSO COMPROMISSO

Senhoras e Senhores Deputados:

Emergi para a vida pública estipulado pelo ideal de servir, com denodo e desprendimento, para tornar factível todos os anos da geração da minha época, e tornar menos árdua a passagem das gerações que nos sucederem. Não persigo o reconhecimento público para o culto do meu personalismo, e sim, para nortear o elenco de todos os meus atos, na criação produtiva de estímulos materiais que tornem a nossa sociedade mais humana, mais justa, e mais próxima das aspirações que anseia, para a efetiva consecução da sua felicidade e do seu bem estar.

Fora deste prisma, eu jamais realizarei o meu ideal político, o efetivo cumprimento do meu dever, o resgate dos compromissos que assumi, ao lado do meu partido, e que jurei perseguir, na ocasião da investidura do mandato que exerço.

Sob a égide destes postulados, impõe-me a consciência, que o meu lugar é ao lado dos que me confiaram o seu voto, sensível aos seus anseios e aos seus reclamos.

A opção pelo MDB, e depois pelo PMDB, neste contexto, não foi e não é obra do acaso.

A identidade dos propósitos formou um vínculo inquebrável, mais forte e resistente que as contingências deste momento, porque plantaram raízes fundas na minha alma, até aonde o fisiologismo não alcança e a aridez dessas idéias não lhe empana o viço, nem a pujança.

Não campeio posições de Governo, não me acumplicio, não barganho princípios, não me prostro à inércia, não desculpo os corruptos, não transijo aos inoperantes e aos aventureiros. Se abomino o Governo do Presidente José Sarney e a condescendência do legendário companheiro Ulisses Guimarães, é porque, da minha visão, são coniventes do anti-Governo que dever-se-ia ter instalado, sem pleonismo, com o nome de Nova-Velha República, sem embargos ao manancial e à largueza dos gestos de desprendimento do Presidente Nacional do PMDB, inegavelmente o maior vulto da história política moderna do Brasil.

Se abomino o comportamento ético-político de um grupo de companheiros, irremediavelmente afastados da história dos nossos compromissos partidários, é porque assim agindo, estão frustrando o acervo das expectativas de mudanças sociais que a Nação nos confiou, e urge ver implantadas.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado José Rogério Carvalho, estou acompanhando o seu pronunciamento e devo dizer que ele vem, sem dúvida nenhuma, com uma verdadeira coerência de sua própria atividade política.

Vossa Excelência que é um companheiro histórico do MDB, faz uma reflexão sobre a questão histórica do nosso partido e também da Aliança Democrática. Vossa Excelência faz colocações importantes, que objetivam, acima de tudo, colocar como já disse, uma reflexão sobre este momento difícil pelo qual passamos, na redemocratização do nosso País, recém saído de uma ditadura militar.

Entendo que suas colocações são importantes, num discurso que reflete seriedade, compromisso e preocupação com o momento político pelo qual nós vivemos e entendo realmente que, assim, como foi constatado na Comissão de Sistematização que deve terminar o período de transição do Governo José Sarney, com eleições em 1988, onde o nobre Deputado cita palavras do companheiro Senador Mário Covas, com 8 milhões de votos em São Paulo e na verdade, deve-se encerrar o período de transição e através do processo de eleições para Presidente em 1988, nós iniciarmos uma nova fase nesse nosso País.

Está de parabéns pelo seu pronunciamento.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Na sequência.

Se à história, porém, é fadado o julgamento de nossas ações, se me mantivesse omissa, fatalmente me reservaria o mesmo julgamento.

O doloroso dos dias que estamos vivendo é que nunca foi tão difícil adivinhar o futuro, embora nunca tenha sido tão fácil compreender o nosso dever no presente.

A hora, por excelência, invoca sensibilidade e ação. É hora de arregaçar as mangas, é, de novo, hora de travar a luta.

Concedo aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - É para felicitá-lo,

Deputado José Rogério Carvalho pela sua intervenção oportuna no que diz respeito a se fazer o PMDB esquecer o papel que tem desempenhado até hoje, da mulher de Ló, aquela infeliz figura das Sagradas Escrituras, que tendo deixado o incêndio de Sodoma e Gomorra para trás, ou seja, a

Sodoma e a Gomorra do PDS queimando com os militares, a grosseria do Presidente João Figueiredo, as falcatrúas que tantas vezes se nos atribuem, quando somos inocentes, e eu mesmo reafirmo aqui, perante a Assembleia, os meus 7 anos de idade ao tempo da Revolução de 1964. No entanto, o PMDB do Senhor José Sarney, do Ministro Bresser Pereira e do Governador Álvaro Dias, que envelhece a cada dia que apoia a sua continuidade no poder e retarda as eleições, envelhece inclusive o rosto jovem que nós esperávamos para o seu Governo, porque seria bom para o Paraná. Esse PMDB se comporta como a mulher de Ló, aquela que virou-se para trás, ficou contemplando a desgraça - desculpe se lhe dou as costas, mas é para melhor materializar a passagem bíblica - e veio a chuva, e veio a ira de Deus, e ela, transformada em estátua de sal, derreteu na chuva e escorreu pela terra e pelas sarjetas, porque não soube avançar, não soube avançar no carro da História:

Desculpe-me esta citação tão bíblica. É da nossa cultura, mas eu poderia ficar também, usando por exemplo, a cultura hinduística ou a cultura taoísta; a idéia de avançar é muito forte. Há no hinduísmo um deus destruidor da vida que sucede na história o deus conservador da vida e o deus criador da vida. É o terrível Shiva que vomitando fogo, esmaga com a roda do seu avatar todos aqueles que não avançam. Pelo avanço democrático que têm as suas palavras, em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, em nome do meu colega, do engenheiro Leonel de Moura Brizola, eu tenho certeza, ele me daria procuração para tal, eu o felicito pela coragem de, a poucos metros do Palácio Iguazu que começa a envelhecer, embora tenha lá o sopro eterno de Leonardo da Vinci, com o seu espírito permanentemente inquiridor e renovador.

Vossa Excelência pronuncia discurso tão arrojado e tão importante. Claro, todos os partidos, precisamos de eleições, porque o Brasil precisa de eleições, porque ficar procurando culpados nos levará com certeza para muito antes de Pedro Álvares Cabral, quem sabe para os visitantes do Santo Ofício em Portugal, ou mais do que isso, ainda quem sabe até para Pôncio Pilatos, porque promoveu a fatídica eleição da história, onde o povo entre Jesus e Barrabás, porque corrompido, como corrompido foi o Plano Cruzado, mandou que se crucificasse o justo, e escolheu o ladrão e o assassino.

Era isso.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Eu agradeço a intervenção do nobre Deputado Rafael Greca, com a sua cultura e afirmaria que

nós somos Ló, estamos avançando, todo o grupo comprometido com a democracia, com os interesses do povo, as obrigações populares, são Ló, a mulher de Ló ficou, a mulher de Ló é a ditadura.

Nós continuamos, Senhor Presidente, não descreio dos processos das transformações sociais, que se operam por força do crescimento vegetativo, nacional, na nossa expansão democrática que, deslanchando em clima de liberdade plena, por certo absorverá as deficiências do processo político. Não venho, pois, lançar dissidência. Apenas, mostro o espaço da democracia que o PMDB vem construindo ao longo destas sofridas décadas de ditadura, e alertar os peemedebistas dos desvios que vêm sendo praticados, em controvérsia aberrante aos princípios programáticos e à conduta ética que firmamos no conceito da Nação.

Há de entender esta Casa que estamos em tempo de construção constitucional da democracia, com isenção, responsabilidade e desassanho. Proclamamos, pois, a coesão política da Nação, porque enquanto o PMDB for a unidade programática do espaço ideológico do País, o povo brasileiro terá garantia parlamentar para a pesquisa da sua vocação de liberdade e a ação pela consolidação da sua soberania. Em 1988 há de representar, estamos seguros, um novo marco histórico. Como no Paraná, desejamos que o Brasil, a única aliança seja a feita com o povo, o único verdadeiro patrão de todas as nossas instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Grande Expediente, esta Presidência registra com satisfação a presença, na galeria de honra desta Casa, da Comissão de Emancipação do município de Nova Tebas, na pessoa dos Vereadores Donato Esser, Heraldo Bonfim, Emair dos Santos. Registra, também, uma comunicação da Presidência, em vista de que a PROMOPAR está encaminhando para esta Casa os doentes com alta nos hospitais, para serem providos de meios de locomoção, para as suas cidades de origem, alegando que agora só a Assembléia pode emitir passagens e outros meios. É uma mentira, que esta Presidência não aceita em nome dos Senhores Deputados.

No Horário das Lideranças, consulto.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - É bom também esclarecer Excelência, que a maioria dos Senhores Deputados já faz o trabalho de atendimento a doentes, a carentes de internamentos, há muito tempo, pela falta de atendimento através da própria PROMOPAR.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Es-

sa Presidência agradece a intervenção de Vossa Excelência.

Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, é para dar testemunho do que me informa a Irmã Alice Ferreira, nobre Superintendente do Albergue Casa dos Pobres São João Batista, que funciona nesta cidade à rua Piquiri, esquina com Brasília Itiberê, do lado da Secretaria de Saúde, mais especificamente do posto que abastece de gasolina os carros da frota oficial, me informa a referida irmã que tem sido retiradas do albergue as Assistentes Sociais, que lá serviam, e eu estranho esta atitude, porque a PROMOPAR, cujo novo nome agora é FASPAR, tinha se comprometido através do nosso colega, o nobre Deputado Rubens Bueno, dar a digna e conveniente assistência as pessoas para lá encaminhadas por todas as Prefeituras dos 315 Municípios do Estado, uma vez, que à exceção de Maringá, de Londrina, e talvez de Cascavel, me corrigam se estiver errado, nenhum outro Município sede tem condições de tratar doentes terminais. Então, as irmãs de caridade, filhas de São Vicente de Paulo, que foram consideradas de utilidade pública até pelo terror da Revolução Francesa, ao tempo que Robespierre queimava os conventos. Elas se ressentem desse serviço da Fundação de Ação Social do Paraná a qual, o "Jornal do Brasil", em recente reportagem e mais a Revista "Veja", mais o Jornal "Folha de Londrina", atribuem uma polpuda destinação de verbas de um chamado projeto Gralha Azul, que canalizaria dinheiro do que o Governador reconheceu como contribuição de agentes lotéricos e do que a imprensa chama de dinheiro do jogo do bicho para uso nos projetos de assistência social.

De maneira, Senhor Presidente, que acho que não cabe essa insurreição da FASPAR contra a nossa Assembléia.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli) - A Presidência agradece a Vossa Excelência, e concede a palavra ao Senhor Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Realmente o caso é preocupante porque já recebemos também em nosso gabinete, a visita de algumas pessoas que vieram se internar em Curitiba, que precisam retornar ao interior e que deveriam receber o tratamento e a assistência por parte desta Secretaria de Estado. E no entanto, a Secretaria está sendo usada para se passar telegramas de protestos contra os Deputados. Eu recebi aqui 15 telegramas fonados

passados pela Secretaria de Estado. O número do telefone que passou estes telegramas é: 242.1144.

No total de telegramas que custa para cada Deputado, em torno de 14, 16 cruzados multiplicado por 54 Deputados vai à mais de 600 telegramas. O correio nos informou que cada telegrama desses gira em torno de Cz\$ 150,00. Portanto, a FASPAR e a Secretaria do Trabalho gastaram, para fazer telegramas de repúdio aos Deputados, para dizer que Deputado só vive de injustiça, de mordomia e de corrupção, mais de Cz\$ 200 mil cruzados.

Eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, assim como a maioria dos Parlamentares que aqui estão quando abrimos os gabinetes e não encontramos outra coisa a não ser, não sendo redundância ao que eu falei, mas, é sem-terra, sem-teto, sem-pé, sem olho, é o que acontece e que vem nos procurar na Assembléia. É uma verdadeira romaria de pessoas que vêm nos procurar pedindo assistência, querendo apoio, e ajuda dos Senhores Deputados. E não é um órgão de governo como este que pertence inclusive, a um outro poder, ao Poder Executivo, que pode vir a denegrir a nossa imagem nos chamando de assistencialistas, de corruptos e que vivemos apenas de mordomias.

Eu não tenho outra mordomia a não ser a de entrar na Assembléia às 8:00 horas da manhã e sair daqui em torno das 20:00 horas da noite, trabalhando diuturnamente para melhorar a qualidade de vida da população.

Eu repudio isso, e confirmo a sua manifestação de preocupação, que eu acho que o Governo tem que tomar uma providência contra esses telegramas que foram dirigidos, de um telefone só para todos os Senhores Deputados em nome de entidades assistenciais que o próprio Estado mantém, cuja reforma administrativa passou e foi votada e aprovada por esta Assembléia Legislativa do Paraná e, que estes mesmos, agora, estão a repudiar.

Portanto, fica agora aqui a nossa preocupação com relação a isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra, pela Ordem ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Mais uma vez nós nos sentimos felizes em ter dado apoio a sua emenda que passa a Governadoria do Estado, a condição de cada Parlamentar poder atender às entidades de serviços sociais.

O Deputado que na maioria das vezes,

Deputados que são um de cada região, 2 ou 3 da mesma região, que já vem há muito trabalhando pelo atendimento da população. O que Senhor Presidente, me estranha é a reação dos funcionários da FASPAR, que até entendemos, não terem eles culpa do que estão fazendo. Estão orientados por uma diretoria daquela empresa, ao meu ver, até incompetente porque a sua emenda devia ser mais ampla, não só de Cz\$ 81 milhões para a governadoria, mas todos os recursos da FASPAR e passar para a governadoria, para que a Assembléia tenha condições realmente de atender a todos os que nos procuram, não com as ameaças de incompetentes, que lá estão, sem saber o que estão fazendo.

O nosso repúdio, porque esta classe que representa o Paraná, que vem há muito atendendo a sua região não pode, hoje, ser malhada, ser massacrada por incompetentes que fazem parte da Diretoria da FASPAR.

Tenho um profundo respeito pelos funcionários; tenho um profundo respeito pelas irmãs de caridade que fazem o serviço de assistência. O Nobre Deputado Rafael Greca, do Albergue, aqui que tem atendido a todos os Deputados, e é isso que nós precisamos, é o atendimento, por aqueles que nos procuram, os carentes que nos procuram, não podem fazer parte de jogada política, porque o que nós estamos aprovando é Orçamento para o ano de 1988 não é o de 1987, e essa pressão por parte da FASPAR, mandando doentes, não cabe. Não se brinca com aqueles que vêm do interior buscar atendimento. Vamos atendê-lo, Senhor Presidente. O meu gabinete, como o Gabinete de todos os Parlamentares, está à disposição, para atender os doentes que a FASPAR se nega a atender, a partir de hoje.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Nós também gostaríamos de frisar, de nossa parte, que estamos mais uma vez, com Vossa Excelência, porque, veja bem, é bom que se note tal detalhe, faz-se uma pressão, contra os Deputados desta Casa, porque eles realmente têm procurado atender àqueles que batem à sua porta. Disse bem o Deputado Domingos Scarpellini e o Deputado Nilton Barbosa, quando atendem os sem-pernas, os sem-olhos, os sem-dentes. Essa não é a nossa missão, Senhor Presidente, nós viemos a esta Casa, realmente para trabalhar como Parlamentares, mas o sistema nos impõe isso, e isso que Vossa Excelência, apresentou, realmente vai diminuir um pouco o sofrimento daqueles que nos procuram. Por outro lado, Senhor Presidente, gostaria de sugerir à Mesa, que enviasse um telegrama ou um Ofício a Sua Excelência, o Governador do Estado, mandando debitar to-

das as despesas dos telegramas, na conta do Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, na conta particular dele, porque ele não pode usar o dinheiro do povo para fazer ameaças contra os representantes do povo!

E, ainda mais, Senhor Presidente, o pessoal que compareceu ontem aqui, mal informado sobre a Ordem do Dia, perdeu o dia de trabalho, em detrimento daqueles que eles têm que atender. O Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social tem que entender que ele também é Deputado e por isso, Senhor Presidente, ele não pode, hoje, sozinho, usar toda a verba da Assistência Social, da sua Secretaria, para fazer a sua promoção pessoal, política, pois todos têm a sua responsabilidade.

Esta Casa tem uma responsabilidade imensa. Além disso, a título de sugestão, ele também poderia usar o dinheiro de encargos de gabinete que ele recebe, desta Casa, Cz\$ 151.000 cruzados por mês, de encargos de gabinete, para atender este pessoal carente que ele tanto defende, e cujo atendimento tanto prega:

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. SABINO CAMPOS - Pela Ordem- Senhor Presidente, eu gostaria de colocar algumas coisas, aumentando aquilo que disse o Deputado Domingos Scarpellini, em relação aos valores gastos com telegrama. O valor total foi em torno de Cz\$ 200 mil cruzados.

Eu queria ler o telegrama de uma Associação, que não foi ela que mandou, mas foi usado o seu nome.

"Unidade Social Joana Richa, da FASPAR.

Atendendo 24 menores infratores e 32 trabalhadores, repudia veementemente a Emenda nº 786, do Deputado Antônio Annibelli, que propõe o fechamento da Unidade Social, em benefício da corrupção, de mordomias, de clientelismo, na Assembléia.

Professora Conceição Gomes, da Unidade Social Joana Richa.

Eu quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que estes Cz\$ 200 mil cruzados, gastos em telegramas, pelos recursos que a FASPAR passa às Associações, pela alimentação de menores, daria para manter estas Associações, por 10 meses, porque é em torno de Cz\$ 426,00 que ela repassa por menor, ao mês. Somando os menores e os trabalhadores da FASPAR, daria para mantê-los por 10 meses com o dinheiro gasto nestes telegramas.

E eu queria dizer a esta professora ou ao imbecil que passou esse telegrama, que prove alguma corrupção da minha parte, já que está me chamando de corrupto. Que prove alguma desonestidade de minha parte, que indique alguma mordomia da minha par-

te, que diga que eu recebi dinheiro de grupos econômicos, de empreiteiras para fazer a minha campanha.

Eu acho que nós temos que ter muito cuidado com o que fazemos. Somos contra o atendimento aqui na Assembléia, nós sempre defendemos e lutamos para que tenhamos o atendimento global à população, para que tenhamos saúde, trabalho, educação para toda a população. É esta a nossa luta!

Não podemos ser acusados por um imbecil, que não sabe o que está fazendo. E eu tenho a certeza que o grande Secretário Rubens Bueno, companheiro nosso desta Assembléia, não é responsável por este ato. Mas que sim, o funcionário da sua Secretaria que fez isso deverá pagar esta irresponsabilidade. Sabemos da competência de Rubens Bueno frente àquela Secretaria, assim como sabemos que o Governador Álvaro Dias, no momento em que tomar conhecimento disso, tomará as devidas providências, porque sabemos da sua ligação com o Legislativo, porque foi legislador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador neste Estado, e tem muito respeito por este Legislativo.

Agora, este imbecil que articulou tudo isso, esse não merece o respeito de ninguém e de nenhum Deputado. E portanto, Sr. Presidente, continuo votando e quero que conste nos Anais desta Casa pela Emenda n. 786, e que se o Governador Álvaro Dias, porventura vier a vetá-la, quem sabe até votemos contra a derrubada do veto.

Porque não podemos aceitar por parte do Executivo que venha a se imiscuir nesse poder independente, que é a Assembléia Legislativa. E sabem, o Sr. Governador e o Sr. Secretário, que estamos aqui para juntos, trabalharmos pelo Paraná. Mas não podemos admitir que funcionários imbecis venham fazer o que fizeram ontem e estão fazendo ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a manifestação dos Srs. Deputados em prol desta Casa e com muito rigor encaminhará um ofício ao Sr. Governador, aproveitando a opinião de cada um dos Srs. Deputados, dizendo do nosso repúdio à ação destes telegramas, cobrando a conta e exigindo do Sr. Governador uma resposta a esta Casa.

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados.

Retomarei, para concluir, a leitura do discurso proferido pelo Senador José Richa, discurso proferido na Comissão de Sistematização, a 15 de novembro de 1987, leitura esta já iniciada por ocasião do Pequeno Expediente, no Plenário desta Casa. (Lê):

"Além deste quadro político, vejo, com muita angústia - e acredito que posso compartilhar essa mesma angústia com todos os companheiros - lá fora o povo passar necessidades, numa hora em que o salário mínimo está no seu mais baixo patamar de toda a história brasileira, no momento em que se frustraram muitos Planos Econômicos. Mas, por quê? Por falta de uma sólida base político-parlamentar que pudesse sustentá-los. E aí está o resultado: a inflação numa tendência galopante que vai tornar o País inadministrável.

Ou vemos esse quadro com clareza para interpretá-lo e dar a nossa decisão dentro de instantes, ou então estaremos correndo o risco de, por incompetência, por medo ou qualquer outra razão, colocar a Nação numa crise político-institucional.

Por isto, companheiros, a minha decisão sobre o tempo de duração do mandato do atual Presidente está condicionada à implantação do sistema parlamentarista; só ele é capaz de gerar um pacto político que dê condições de se formar um Governo forte, com autoridade, para, com austeridade, tirar o País dessas dificuldades.

Procuramos o entendimento com o Presidente da República nesse sentido. Eu mesmo - e toda a Casa é testemunha - fui um apóstolo incansável do entendimento. Entretanto, foram infrutíferas todas as nossas tentativas. Cheguei, arriscando e comprometendo a minha imagem de homem público, a propor, não apenas cinco anos, mas seis anos para o atual Presidente, desde que Sua Excelência concordasse conosco na implantação, mesmo que gradual, do parlamentarismo no Brasil. Não foi possível.

Vejam, meus caros companheiros, a grande frustração de que sou possuído, e com razão: nesta Casa fomos capazes, com todas as nossas diferenças ideológicas, com todas as nossas diferenças partidárias e até mesmo com algumas diferenças pessoais, de produzir entendimentos em cima de 8 títulos e 33 capítulos. Entretanto, não fomos capazes de entrar em acordo no que dizia respeito ao mandato do Presidente da República.

Ora, senhores, pudemos superar divergências e diferenças quase intransponíveis, para dar à Nação a Carta Constitucional que, tenho certeza, há de ser o grande instrumento do agrado e as aspirações do povo brasileiro, mas não estamos sendo capazes de nos entender com o Presi-

dente."

E aqui arremata o Senador e aí está a dimensão histórica do seu discurso, quando, numa advertência séria ao Presidente José Sarney, quase encerrando o seu discurso, assim se pronuncia:

"Ora, prevejo como única saída para este quadro político, econômico e social profundamente grave, o entendimento". E aqui está a frase histórica que mudou votos, na Comissão de Sistematização, votos que eram de cinco anos; José Richa arrematou, dizendo:

"Pois se o Presidente não quer entendimento conosco, mudemos o Presidente para beneficiar a Nação Brasileira!

Por isso, meus companheiros, voto a favor da Emenda Jorge Hage. Quero quatro anos de mandato. Quero que esta Nação ache um rumo de entendimento antes que mergulhemos numa crise institucional!"

Este discurso, a decisão da Constituinte, colocou nas ruas a bandeira das eleições diretas, cujo compromisso assumido pelo PMDB já tem história consagrada nesta Nação!

Preparemo-nos todos para, nessa caminhada, ganhe quem ganhar, vença quem vencer, será bom para o Brasil, será melhor para todos nós, e o povo assumirá, comprometido com o eleito, a grande responsabilidade de conduzir este Brasil no seu destino histórico, de justo, democrático e, acima de tudo, um Brasil irmanado e co-responsabilizado que a eleição, só ela, é capaz de fazer!

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência consulta a Liderança do Partido da Frente liberal, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permita-me, Senhor Presidente, que eu fale, no horário das Lideranças, desta tribuna em que me encontro e não, da tribuna onde normalmente as Oposições levantam as suas vozes, isto em função de talvez o microfone não permitir que eu ali fale, dada a dificuldade da qual minhas cordas vocais se ressentem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A presença da Comissão Executiva do PMDB, tendo à sua frente o Deputado Maurício Fruet e o seu Presidente Regional, no Palácio Iguazu, anteontem, não só serviu para esclarecer os integrantes e os dirigentes do PMDB do Paraná mas todos nós políticos deste Estado. Porque certamente preocupa o PMDB do Paraná o fortalecimento do Partido Trabalhista Brasileiro, orien-

tado, animado, estimulado pelo Senhor Governador Álvaro Dias. E na saída do Palácio, a imprensa obteve uma declaração sucinta do Senhor Governador, que deixa bem claro o propósito de Sua Excelência e na participação do Governo nas eleições que se seguirão em 1988. Diz o Senhor Governador, publica a Gazeta do Povo de ontem "Quero deixar bem claro que só apoiarei candidatos do PTB no caso específico de coligação com o PMDB".

Fica claro assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que aqueles que optando pelo PMDB, certamente objetivando ficar à sombra das benesses do Palácio Iguaçu e certamente dos discursos dos palanques do Senhor Governador, que as coisas não são bem assim. Preparam-se, portanto, os integrantes do glorioso e tradicional, do histórico, Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná, para disputar as eleições nos Municípios, no outro palanque como seu adversário PMDB e juntamente, no palanque do PMDB, o seu Governador, embora tenha ele estimulado a organização do PTB, constantemente no Paraná, inclusive ainda de dois Parlamentares, recentemente, um do PFL, outro do PDT para a Bancada do PTB.

Ainda o Correio de Notícias, publica sobre o assunto, dizendo que Álvaro Dias afirmou que dará apoio aos petebistas apenas no caso de coligação com o PMDB. E isso vale segundo revelou Maurício Fruet, para todos os Municípios do Estado, seja Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranaguá etc.,. Para Maurício Fruet essa posição de Álvaro Dias tranqüiliza os peemedebistas que, insistentemente, estão ligando para a sede do Diretório e até mesmo para o seu gabinete em Brasília pedindo esclarecimentos sobre este suposto apoio de Álvaro Dias, como afirmam os petebistas. Nós ainda há pouco e recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais 5 minutos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - ...Continuando Senhor Presidente, ontem ainda, na reunião de Álvaro Dias com a Comissão Executiva do PMDB no Palácio Iguaçu, ficou decidido que, a partir da próxima semana, haverá um encontro seguido de almoço no Palácio Iguaçu, todas as segundas-feiras, para discutir questões ligadas ao Partido e principalmente às eleições do Município em 1988. Assim, Senhor Presidente, nobres Deputados, fica nesta Casa o registro de que a ida de alguns fisiologistas, pretendendo aproximação do Palácio Iguaçu, e particularmente, objetivando as eleições municipais, para estarem no mesmo palanque. PMDB e PTB, ou no caso do PMDB ter um candidato e o PTB outro, ficou claro que o Senhor Governador vai ao palanque do seu

partido, do PMDB. Só para o registro Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência informa ao nobre Deputado Basílio Zanusso que mandará verificar o microfone, porém nas cordas vocais esta Presidência não tem o poder de verificá-las.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores colegas Parlamentares, demais visitantes que estão abrihantando esta sessão, de importância fundamental neste final de ano Legislativo.

O Jornal Correio de Notícias de hoje traz a seguinte manchete: "As Greves do Dia" e dá um relato completo das categorias que estão paradas ou em vias de parar exigindo reposição salarial. O Governo do Estado anuncia que vai despejar 1.500 famílias de sem-terras em áreas ocupadas. A maioria dos jornais de hoje traz como um outro destaque as retaliações do Presidente da República àqueles que votaram contra a manutenção dos cinco anos de mandato.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O País está sem governo, a Aliança Democrática acabou, o PMDB enganou e arrochou ainda mais os salários dos trabalhadores. Os trabalhadores partem, então, eles próprios para a solução de seus problemas. Diante do maior arrocho salarial da história brasileira, promovida pelo Ministro Bresser Pereira do PMDB, só há uma saída: a greve, não para exigir um salário maior, mas exigir simplesmente a reposição de alguns dos mais altos índices de perdas pelos trabalhadores.

Diante de uma Reforma Agrária negada, depois de convincentemente prometida, só há uma saída, as ocupações das áreas desocupadas, que só o Governo que governa não consegue localizar.

O Partido dos Trabalhadores demonstrou, mais uma vez, que tinha toda razão em não ir ao Colégio eleitoral. A cria do Colégio eleitoral promovido pelo PMDB está aí para ser apreciada por todos: maior crise que o País já teve em 487 anos de sua história. O arrocho salarial é uma verdadeira afronta ao País e especialmente aos trabalhadores que são os suportadores dessa crise política e dessa nefasta situação política.

Segundo o IPARDES, Instituto Paranaense e Desenvolvimento Econômico e Social, o custo de vida em Curitiba neste ano vai ser 453%. Esta informação está em letras garrafais no Jornal "Indústria e Comércio"

do dia de hoje e indica também o quanto subiu o salário mínimo da União e que é base para o cálculo dos aumentos de salários da maioria dos trabalhadores do país, 80% deles em 30%. Portanto, os trabalhadores do Paraná tiveram uma perda de 90% de seus salários. Isto só em 1987. E tudo isto promovido pelos Ministros da Fazenda do PMDB, o Senhor Bresser Pereira e o Senhor Dilson Funaro. O salário mínimo, que é hoje de Cz\$ 2.260,00, corresponde a Us\$ 38 dólares, quando no começo do ano era de Us\$ 51 dólares. O piso nacional de salários, que é hoje de Cz\$ 3 mil cruzados, corresponde aquilo que era no começo do ano o salário de 51 dólares. E contra esta política que os trabalhadores estão fazendo greve por todos os cantos do país e do Estado. É a construção civil em Medianeira, que é uma novidade a construção civil fazer greve. Quinhentos trabalhadores parados. Também os médicos do Estado do Paraná, que enfrentaram ontem a democrática tropa de choque da Polícia Militar, no episódio que só é comparado aos episódios da Velha República. São os técnicos do Teatro Guaíra, que também estão em greve. O pessoal da Rede Ferroviária Federal, são as Universidades.

Os trabalhadores não suportam mais tamanho arrocho salarial. Temos hoje aqui os engenheiros, os arquitetos da administração direta e autarquias, que tem também 100% de salários desfalcados nos últimos tempos. Enfim, está para todo mundo uma situação caótica, inacreditável, desesperada e por isso queremos levar a nossa solidariedade, em nome desta casa de leis, e especialmente do Partido dos Trabalhadores desta Casa, que estão se organizando cada vez mais na conquista de seus direitos. Por isso também é que somos a favor das eleições gerais e diretas no ano de 1988, no ano que vem, pois não se acabará com José Sarney e a Nova República sem também suportarmos as mentiras do maior partido de hoje, o PMDB, que mentiu no Plano Cruzado, mentiu na Reforma Agrária e agora está com medo de se submeter ao pleito perante a opinião pública brasileira. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós estamos solidários com todos os trabalhadores que têm a honridade e que têm a coragem de vir até aqui nesta Casa e mostrar a sua situação e protestar contra as maiores injustiças que são cometidas neste país: perseguir os trabalhadores para privilegiar milhões de vagabundos. Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do PTB se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado

Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Eu quero pedir escusas ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan por ter interrompido, embora inevitavelmente, o seu pronunciamento. Pode parecer, à primeira vista, que nós seríamos até contra a leitura do discurso do Senador José Richa. Ao contrário, eu sou um paranaense admirador do ex-Governador, pelas suas maneiras corretas, pela alta sensibilidade humana com que ele enfrentou os piores problemas de nossa história em que houve uma enchente de desemprego. Nós vimos um Governo com o coração aberto. Sua atuação na Comissão de Sistematização foi a mais conciliatória possível até o instante, como ele mesmo diz, que ele teria que escolher entre a esmagadora vontade da maioria do povo brasileiro e a vontade do Presidente. Ele ficou, evidentemente com o povo. As minhas escusas ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan e também a minha advertência ao Presidente da Casa, Deputado Antônio Annibelli, para o movimento orquestrado que está se fazendo contra o Poder Legislativo do Paraná.

Eu subscreveria cem vezes a Emenda do nobre Deputado Antônio Annibelli e não justifica-se que de segmentos do Governo do Paraná, que têm apoiado uma ampla maioria nesta Casa, surja um movimento de desmoralização contra o Poder Legislativo.

Mas se nós recuarmos um pouquinho no tempo, nós vamos verificar que cabe ao próprio Poder Legislativo parcela de culpa por esse movimento de descrédito e de desmoralização do único Poder que efetivamente representa todos os segmentos da população do Paraná.

Nós vimos dois Deputados nesta Casa jogar na lama o bom nome do Poder Legislativo por questões salariais e por questões de dinheiro. Foi um péssimo exemplo que esses dois Parlamentares deram, principalmente às novas gerações que estão se formando na política do Paraná.

E eu obtive do Senhor 1º Secretário a informação de que esses dois Deputados; um do Partido dos Trabalhadores e outro do Partido da maioria nesta Casa, PMDB, têm comparecido religiosamente aos guichês da Tesouraria do Poder e têm recebido o seu dinheiro. Então, a postura de vestais é uma postura hipócrita e não se venha dizer que um distribui o dinheiro para Associação de Velhinhos aposentados, porque se me afigura hipocrisia maior, porque é um investimento político que ele está fazendo com o dinheiro do povo, com o dinheiro que ele repudia para efeito de consumo público, mete gostosamente no bolso a cada 30 dias.

Da mesma forma, o Deputado do PT nesta Casa diz que distribui o dinheiro entre a sua assessoria, mas não deixa de ser investimento público, eleitoral, do seu Partido com o dinheiro da população. Tudo bem. É um direito que assiste a cada um fazer com o seu dinheiro o que bem lhe aprouver. O que não pode é exibir essa postura de vestal, de falsa vestal, de hipocrisia, que tem denegrido o Poder Legislativo nesta Casa.

Atrás e na esteira do pronunciamento infeliz desses dois Deputados vem os movimentos de segmentos da sociedade.

O que nós vimos nesta Casa foi um espetáculo ridículo.

Agora ainda uma entidade pública com dinheiros dos contribuintes paranaenses está usando telegramas para desmoralizar o Poder Legislativo. Por quê? Porque o Presidente da Casa, em boa hora, resolveu retirar de uma secretaria de Estado, que estava, promovendo politicamente o seu titular, verbas que são necessárias e que serão alocadas no seu verdadeiro objetivo que é a assistência ao homem sofrido, que não tem recursos e que efetivamente precisa do amparo público.

Está de parabéns o Presidente da Casa. Agora deve agir com o máximo rigor na apuração desses fatos que tentam denegrir o Poder Legislativo.

E o meu repúdio pessoal, a solidariedade PTB ao Presidente da Casa, e o meu repúdio pessoal a esses dois nobres Deputados que são hipócritas, pois que recebem o seu dinheiro. O Deputado quando acha que está recebendo indevidamente deve consignar em favor da Fazenda Pública o dinheiro que ele julga que está sendo pago indevidamente. Agora, receber e vir aqui dizer: mas eu encaminhei o dinheiro para uma Associação de Velhinhos. Isto é uma hipocrisia que nós não podemos aceitar, porque se me afigura, se configura num investimento eleitoral, e depois ele vai buscar voto com os membros componentes dessas associações.

O Partido dos Trabalhadores está montando uma estrutura de invasão de propriedades, de agitação, de convulsão social com o dinheiro que o seu representante recebe nesta Casa, recebe gostosamente e distribui hipocritamente aos membros do seu partido.

Então a responsabilidade, Senhor Presidente e nobres senhores Deputados, com este movimento orquestrado de desmoralização no poder tem o seu nascedouro na própria Casa, com duas vestais que querem se exibir.

O Sr. Nilton Barbosa - Concede-me um aparte?

(Assentimento).

Eu quero parabenizá-lo com a sua colocação porque, na verdade, alguns Deputados que Vossa Excelência está citando, procuram até mesmo a conquista de espaço nas primeiras páginas de jornais dizendo dessa forma...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E nas televisões.

O Sr. Nilton Barbosa - ...e nas televisões. Para a nossa tristeza, ontem, quando da discussão, foram observar que o Deputado do PT, Pedro Tonelli, tem um saldo de Cz\$ 280 mil cruzados verba esta da assistência social ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E no Gabinete dele, ele não dá um pão para ninguém. Usa para alimentar subversão ...

O Sr. Nilton Barbosa - Exatamente, meu nobre Deputado.

E, o mesmo Deputado, na sessão anterior, dizia dos sem-terras que estão alojados em Cantagalo.

Quem sabe ele pegaria esses Cz\$ 280 mil cruzados, compraria arroz, feijão, medicamentos e mandasse para os sem-terra para lá, e não fizesse essa hipocrisia de que Vossa Excelência fala de aproveitar-se da imprensa escrita e falada e denegrir a imagem desta Casa.

Agora, ele, para ser correto deveria dispensar as benesses, as mordomias que tem e ser Líder do Governo, e ter dois gabinetes: um da Liderança, e um gabinete Parlamentar de Deputado com muito mais condições, com muito mais estrutura do que nós temos. Eu concordo plenamente com o que relata Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço Vossa Excelência. E para terminar, Senhor Presidente, nós temos também verificado aqui incidentes, como os que ocorreram hoje, por questões ideológicas.

Disse bem o nobre Deputado Rafael Greca: que os homens de bem da ex-ARENA e do extinto PDS repudiaram e repudiaram muitas vezes a postura de alguns homens da revolução embora reconheçamos os inestimáveis serviços prestados ao País, principalmente na construção de uma infra-estrutura que está aí, nos levando a ser classificado como uma 8.^a economia do mundo. Mas, nós não vamos nos ater a todas as realizações do movimento revolucionário. Agora, nós não podemos aceitar, Senhor Presidente, que diariamente, se cometam essas agressões a ex-integrantes da ARENA e do PDS.

Há que haver um respeito neste Parlamento pelos seus componentes. Mesmo porque, e aí não vai efetivamente nenhuma agressão aos homens de bem do PDS, pois

esse discurso como foi feito pelo nobre Deputado Domingos Scarpellini e outros, já está gasto.

Agora, a Nação sabe que a Nova República tem dois anos e meio de Governo, recebendo uma caixa de US\$ 11 bilhões de dólares e US\$ 13 bilhões de saldo na Balança Comercial, recebeu uma dívida externa de US\$ 90 bilhões, e a mesma elevou-a para US\$ 130 bilhões, decretou a moratória, que já dura 9 meses, e não tem reserva em caixa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência democraticamente lhe concede mais 2 minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Excelência, talvez por um lapso, quando falava o representante do PMDB, o relógio estava parado.

Então eu agradeço, pois Vossa Excelência está usando um peso e uma medida. Agradeço.

Então, nós não podemos nos esquecer de que a Nova República, do PMDB, dos homens maus do PMDB, não daqueles que lutaram anos e anos pela redemocratização do País, arrasaram com as finanças públicas.

E nós não podemos aceitar essas agressões de quem não tem efetivamente a moral para agredir-nos. Eu não venho aqui trazer fatos escabrosos da vida desses Deputados que nos agredem. Porque esse não é o palco para essas denúncias, mas nós repudiamos as ilações que tentam fazer aos homens do PDS e da ex-ARENA, com aquele que de uma forma ou de outra usaram do dinheiro público para enriquecimento ilícito. Nós queremos fazer um apelo a esses nobres Senhores Deputados que não entendem o discurso. Porque o povo não é mais bobó; o povo foi bobó no ano passado porque acreditou no congelamento, no confisco dos bois feito na fazenda do colega do Ministro Dilson Funaro e que depois recebeu generosamente em dólares.

Foi a grande fraude eleitoral do Plano Cruzado. Seis dias após as eleições, ainda não abertas todas as urnas, veio a punhalada nas costas do povo brasileiro.

Que moral esta gente tem, para vir aqui atacar o passado? Que moral?

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Qual o artigo que Vossa Excelência cita pela ordem?

O SR. PEDRO TONELLI - Quero o mesmo tratamento que tem os outros Deputados, quando não é lhes exigido o artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Se Vossa Excelência não citar, esta Presidência não lhe concederá a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência teve o Horário do PT e não fez uso do mesmo.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, artigo 182.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não confere com a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - O que diz o artigo 182, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência mandará o Regimento Interno para Vossa Excelência consultar.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito a leitura do artigo. Vossa Excelência não sabe o que vou pronunciar.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
O artigo 182 foi revogado.

Vossa Excelência tem a palavra, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente parece que avança a roda da história neste momento em que o Brasil inteiro se enche de greves contra a política salarial detestável e contra o sorrisinho irônico do Ministro do PMDB, o Senhor Bresser Pereira, que pagou e pagou mal, o almoço que lhe concedeu o Governador Álvaro Dias no Palácio Iguaçu, dele saindo a dizer que o arrocho salarial era só invenção da cabeça dos trabalhadores.

Eis aí a greve na rede ferroviária federal para os trens e os telégrafos. A greve dos médicos enfrenta a polícia do Governo. Eis aí a greve do Teatro Guaíra, dos maquinistas e dos engenheiros do Teatro Guaíra daí à nobre empresária Verinha Valflor o grave prejuízo de arcar sozinha com os ônus da não apresentação do ballet Momix, que seria certamente um dos grandes momentos artísticos da temporada nesta

cidade de poucas atrações e neste País de palcos vazios.

Eis aí os números do orçamento do Estado: 100 mil segundos de rádio, 100 mil segundos de televisão, garantidos ao Senhor Governador para o ano que vem. E o Secretário de Trabalho e Ação Social, contestando uma única emenda da Assembléia, contra a qual podemos até nos insurgir, mas cujo direito, o direito do Deputado de propor a emenda, jamais podemos contestar. E contestando, através de uma milionária campanha de telegrafia que custaria, Senhor Presidente, se está certo o Deputado que a mencionou 200 mil cruzados, o preço exato de 57 cadeiras de rodas ou de pelo menos três ou quatro aparelhos de surdez.

Pois é. Inflação de 13%. O achatamento dos salários dos engenheiros. Vinte anos de casa e ganha-se ainda o piso mínimo recomendado pelo Sindicato que é de oito e meio salários. Aliás, o engenheiro Leonel Brizola falará através da televisão, na sexta-feira, dando a sua idéia da construção do País. Quem sucederá Ana Maria Juhl, já que a missão do FMI bate às nossas portas? Irá o Senador Richa aos coquetéis desta nova missão econômica, que certamente será recebida, e bem recebida, por esta Brasília genuflecta, dos homens que falam dos crimes da revolução e os repetem e os multiplicam ao superlativo. Virá esta Senhora com o mesmo rosto charmoso da chilena de antanho? Não sabemos se terá o mesmo rosto, mas certamente virá com as mesmas garras para promover a rapinagem da riqueza nacional.

Nós pedimos a imediata auditoria interna da dívida externa do País e a contestação da internacionalização.

O Governador Álvaro Dias envelhece ao apoiar José Sarney e parece que ele o apoiou para rolar a dívida do Estado, porque a proposta de Lei de Meios, do Orçamento que está em votação nesta Casa, fala em incremento de 240,3% da dívida flutuante do Estado e em incremento de 79,3% da dívida fundada do Estado.

O Governo deve fazer habitação, realizar saneamento básico, garantir saúde e assegurar os direitos trabalhistas. No entanto, nós vemos 60 mil casas da COHAB feitas pelo ex-Prefeito Jaime Lerner merecerem agora a resposta do nada, porque o Dr. Sérgio Ritzmann, desesperado Presidente da COHAB de Curitiba, vai a uma reunião nacional, dizer que não existe financiamento para quem ganhe menos do que 4 ou cinco salários mínimos.

Aliás, os que podem pagar, é quem interessam as grandes empreiteiras. Aliás, as grandes empreiteiras, devedoras do ICM, cuja lista o Governador Álvaro Dias prometeu publicar, e até hoje nada vimos.

O Prefeito de Piraquara derruba as

obras já implantadas no tempo do PDS, na Rua Francisco Leal, e não coloca nada no lugar. O Prefeito de Paranaguá, deixa de pagar o PIS e o PASEP dos funcionários da Prefeitura e o Delegado do Trabalho me responde que a sua Delegacia não se pode insurgir contra autoridade constituída e, agora, anuncia o Instituto dos Arquitetos do Brasil, com repercussão no CREA o Secretário Ascêncio Garcia Lopes, voltado para desenvolvimento das Universidades e Faculdades Estaduais, vem de contratar por Cz\$ 12 milhões de cruzados o projeto da firma Bross dos Santos e Leitner, da praça de São Paulo, para executar o hospital-escola da Universidade de Londrina, pela quantia de Cz\$ 12 milhões de cruzados, ao mesmo tempo em que a comunicação social do Palácio usa a estátua do Semeador de Tzak Paraná para dizer que o Governo é paranista.

Pois é. Será paranismo ou terá sido paranismo o dr. Lírio Bertolli, do Governo anterior, conforme declarou o Sr. Saru, ontem, aqui na CPI do Banco Del Paraná, retirar Us\$ 25 mil dólares, 9 milhões 999 mil, 999 guaranis, para uso "del mismo" como diz o relatório, isso em portunhol, para uso de si mesmo? Terá sido paranismo, o seu filho no dia seguinte, depositar na Agência de Naranjal, uma cidadezinha do Paraguai, a mesma quantia na sua própria conta? É paranismo o compadrio com o General Chefe das Forças Armadas do Paraguai, o General Fretes Savallo? É paranismo ser o Senhor Bertolli afilhado do Senhor Garanhão, esse sim um protetor dos paranaenses de Rondônia, valha-nos Deus? Terá sido paranismo transferir-se, em maio deste ano, Us\$ 55 mil dólares para o exterior, via BANESTADO e Banco Del Paraná, para a família Rafaim de Foz do Iguaçu, como contou à Assembléia o Senhor Mário Dionísio de Almeida em seu depoimento na mesma C.P.I.. Ou, supra-sumo do paranismo, terá sido o BANESTADO comprar as ações dos brinquedos Hering Cz\$ 4,50 num dia e vender para a Trol do ex-Ministro Dilson Funaro, por Cz\$ 0,80 no dia seguinte?

Hoje, para informação do Deputado Paulino José Delazeri que tanto me criticou na última vez que vim a esta tribuna, essas ações valem miseráveis Cz\$ 1,10, e não pagam o preço de qualquer sauna ou de qualquer piscina desta cidade.

Aliás, de repente, Senhor Presidente, Senhores Deputados impõem-se que a classe política se questione, não pelas armas pela desmoralização de um contra outro - porque esta é a triste briga do bugio - mas pelo exercício renovador de buscar as idéias, as palavras, a sementeira do futuro, para fazer todos iguais perante à lei, inclusive o Deputado Pedro Tonelli, de quem algumas vezes eu discordo e a quem

agora eu concedo um aparte.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede. Certamente, não queria atrapalhar o seu belo pronunciamento, mas na próxima eleição da Mesa, eu vou propor que o Deputado Rafael Greca seja o presidente, porque está demonstrando a sua imparcialidade, ao contrário do que nós estamos percebendo da atual Presidência quanto à condução dos trabalhos desta Casa.

Só queria fazer dois registros, para o que foi dito aqui não passe por verdade. No pronunciamento do Líder do PTB, no que ele se refere ao Deputado do Partido dos Trabalhadores queria registrar.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para contradizer o Deputado Pedro Tonelli, democraticamente, concedo-lhe mais 2 minutos, para que possa dizer a verdade quanto à esta Presidência.

O Sr. Pedro Tonelli - Muito obrigado. Eu queria registrar o que foi lido pelo Líder do PTB, não passa de inverdades. Ele deve conhecer o procedimento dele e deve pensar que se registrasse que é a maior hipocrisia o que nós constatamos na vida pública desse Estado, pois nós, Parlamentares, admitimos um aumento salarial de 400% quando não queremos 90% de aumento para os trabalhadores que produzem a alegria do nosso Estado. Essa é a maior hipocrisia que queríamos constatar e registrar. Muito obrigado por essa oportunidade, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu penso diferente Deputado Pedro Tonelli, de Vossa Excelência, no sentido de que nós não precisamos jogar o povo uns contra os outros. Nós precisamos é tentar ter a população junto de nós. O fato de Vossa Excelência denunciar a hipocrisia na casa, exige de todos os que somos Deputados, um trabalho redobrado. Não tenho na minha trajetória neste Parlamento nenhuma dúvida de que tenho dado o melhor de mim para melhor representar a população, também a propósito das notícias, veiculadas pelo seu Gabinete, quanto aos nossos salários, eu consultei à Contabilidade do meu Gabinete, porque efetivamente o que Vossa Excelência diz e diz em manchete, Cz\$ 450 mil cruzados, eu não percebo. Assim que perceba quanto recebo contarei, e contarei em Plenário.

Acho o seguinte, também: nós não precisamos ter medo do diálogo. Devemos, isto sim, conversarmos uns com os outros, mesmo porque meu caro Deputado Pedro Tonelli, convivência não é convivência. E eu posso até estar com Presidente José Sarney em

Palácio e não concordar com ele. Convivência e convivência tem muita diferença.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência, antes de encerrar o Expediente, lembra os nobres Pares que na ocasião da eleição desta Mesa, em que me honro de ter o Deputado Anibal Khury como 1º Secretário, o Deputado Lindolfo Júnior como 2º Secretário, e na companhia os demais membros desta Mesa, não obteve, graças a Deus, o voto do Deputado Pedro Tonelli, que covardemente, obedecendo ordens dos seus superiores se absteve de votar. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira, Pedro Tonelli, e demais Senhores Deputados, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão participar da Comissão de visita aos acampamentos do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo senhor Deputado Rafael Greca na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que irá compor a Comissão de Paz.

O SR. RAFAEL GRECA - É só para explicar Senhor, que a Senhora Deputada Ironi Pugliesi, pediu à Liderança do PDT, que indicasse um representante, para compor a chamada Comissão de Paz, uma idéia que ela trouxe da sua recente visita a União das Repúblicas Socialistas. Não acho esta uma má idéia, porém, esta Comissão, ao invés de se estender só ao âmbito das armas nucleares, deveria atuar dentro do Plenário também.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Ao Departamento Legislativo para anotar.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 97/85, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que cria o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de

Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECERES DA C.C.J., C.T.I.P. e C.T.I.C., FAVORÁVEIS ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Pela Ordem - Para encaminhar.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem - Eu gostaria de registrar o meu voto favorável à criação do Município de Nova Tebas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não procede a colocação de Vossa Excelência.

A matéria está aprovada.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nº 252/87 e de Resolução nº 68/87. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 326/87. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 252/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 94/87, encaminhando Orçamento-Programa para o Exercício de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO com a adoção de um substitutivo geral. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir)-

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela Ordem - Senhor Presidente, agradeço a questão de ordem que Vossa Excelência, me concedeu democraticamente, e também para ser grato aos companheiros Deputados, pela aprovação da criação do novo Município de Nova Tebas, citando na oportunidade a presença de 3 companheiros daquele distrito, Luiz Carlos Petreche, João Porfírio dos Santos, Lorival Doesser, que na ocasião em que Vossa Excelência citou os demais companheiros de Nova Tebas que aqui estão presentes, evidentemente não foi informado que nós tínhamos outros companheiros acompanhando a votação dos Senhores Deputados e tanto eles, como os outros, agradecendo a atuação brilhante dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e registra com satisfação a presença dos companheiros de Nova Tebas

e os felicita pela aprovação, em 1.^a Discussão, do Projeto que cria o mais novo município no Paraná.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Pela Ordem - Infelizmente, nós pedimos para encaminhar a votação desse projeto e não foi possível pois, Vossa Excelência diante da quantidade de matéria para hoje, deu andamento rapidamente aos trabalhos e nós passamos despercebidos.

Mas, eu gostaria, neste momento em que se encontram presentes os moradores de Nova Tebas, que vieram aqui ansiosos para ouvir a nossa manifestação e de toda esta Casa de Leis, para aprovação em 3.^a Discussão do Projeto de Lei de criação do seu Município; nós queremos deixar registrado aqui que, infelizmente não podemos, mas voltaremos a falar sobre este projeto na Redação Final e que recebemos com satisfação o povo de Nova Tebas em nosso Gabinete. E temos lá, como recebemos a toda aquela população politicamente, também procuramos retribuir aos companheiros, ainda na sessão de ontem, pedindo a reinclusão na ordem do dia como foi aprovado por unanimidade nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Presidência antes de conceder a palavra ao Deputado Algaci Túlio, registra com satisfação em nossa Tribuna de Honra, a presença do ex-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Senhor Veron Scherer.

Pela Ordem, através do artigo 97, de que Vossa Excelência não deve ter conhecimento, eu lhe concedo a palavra, democraticamente, também.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar o meu voto favorável à Emancipação de Nova Tebas, que agora, em 3.^a Discussão, já passou e lamento que houve trâmites que atrapalharam porque já devia ter-se emancipado, pelo menos Nova Tebas, onde houve o plebiscito e tinha correspondido ao preenchimento de todas as normas legais exigidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, para discutir o Projeto de Lei nº 252/87, do Orçamento de 1988.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Espero não criar, durante a minha fala, em momento algum, situação de conturbação, apenas quero, democraticamente também, tecer as minhas considerações a respeito do Orçamento que estamos votando ho-

je, em 2.^a Discussão, e evidentemente exercendo o direito que tenho também de usar a tribuna e colocar a minha posição a seu respeito.

Talvez, e certamente, o documento mais importante que sai desta Casa, seja este que estamos hoje votando em 2.^a Discussão. Mas, apesar da importância deste Projeto, que depende da nossa aprovação, nenhuma interferência, no sentido de aprimorar esta Lei, pode sair deste Legislativo.

Vejam bem, Senhores Deputados, falando de Orçamento, não podemos deixar de pensar na aguda crise que vive o Brasil de hoje. São tempos difíceis os que vivemos, e por isso, apesar de sabermos que nada podemos fazer para modificar esta lei pesada e até desumana, porque foi feita por técnicos e não por aqueles que falam pelo povo, apesar de tudo, precisamos discutir o processo e deixar aqui registrada a nossa posição, pois que seria imperdoável que aqueles que têm um mínimo de responsabilidade para com a coisa pública, se omitissem de tudo.

Este Brasil, vive, de há muito tempo, as dores de um verdadeiro parto, parto longo, penoso, difícil, e que cumpre a todos nós, que temos um compromisso legítimo com o povo, tentar, pelo menos, suavizar.

E, uma das principais dificuldades deste parto, sem dúvida, está exatamente aqui, neste documento que temos em mãos: o Orçamento. A proposta orçamentária reflete bem o que é o Brasil de hoje, porque reflete o que de mais injusto existe, e que é exatamente o sistema tributário brasileiro.

E, antes mesmo da Revolução de 1964, já era clara a tendência centralizadora do presidencialismo, que impunha um quase total monopólio das receitas públicas pela União. A revolução se foi, veio a Nova República e a Reforma Tributária foi promessa que muito auxiliou a chegada ao Poder, dos novos republicanos, e lamentavelmente, não vimos nada se modificar.

O que importa, realmente, é que o monopólio foi consagrado, e tudo, toda a receita pública, foi concentrada na União.

Pouca coisa, quase nada, é deixado para os Estados e este pouco ainda serve para que o Presidente manipule os mesmos. Não podemos esquecer os tristes e lamentáveis fatos e cenas até que, acabamos de assistir a novela, que ainda não terminou, dos 4 ou 5 anos. Quando vimos o triste servilismo dos nossos Governadores, as exigências do Palácio, e entre estes, inclusive o nosso Governador, que de chapéu na mão se colocou na fila dos Governadores a espera das benesses do todo-poderoso Presidente, que exatamente, por ter em suas mãos toda a Receita da União, tripudiava em cima dos Estados.

Que fique bem claro, isto aqui não é crítica quanto a postura do Governador Álvaro Dias, longe disso, apenas lamentamos seja o mesmo obrigado a esmolar no Planalto o que de direito pertence ao seu Estado, ao nosso Estado.

Triste situação dos Estados! É o que dizer então dos Municípios? Migalhas, migalhas apenas são deixadas para suas administrações. E esta situação de verdadeiros párias, de mendigos a que se relegou Estados e Municípios, sabemos todos nós, é responsável pelo quadro triste e desalentador com que nos defrontamos no dia de hoje.

O impasse que se assiste é terrível. Dívidas já contraídas, dívidas a contrair para pagar as primeiras. É um verdadeiro círculo vicioso que aumenta a espiral inflacionária, a dívida interna e externa da Nação e nos joga nos braços de urso do FMI, do nosso amigo de longa data, que procuramos evitar mas sempre acabamos indo parar nos seus braços, o famigerado FMI.

E vejam, que esse impasse não é apenas financeiro. As consequências, o centralismo da União, os super-Ministros, os projetos de impacto como a triste ferrovia Norte-Sul. Entretanto em meio a tudo isto, nós não podemos esquecer o leite para todas as crianças brasileiras; se tivesse leite, minha gente, não teríamos 7 crianças morrendo a cada minuto neste País e não teríamos mais de 400 mil crianças mortas de fome, anualmente.

Também as obras faraônicas, sem anuidade do Poder Legislativo. Vejam a Itaipu e outros empreendimentos sem propósitos, tudo fruto da incompetência, da imprevidência, da falta de austeridade, de patriotismo, de civismo, mas resultado também dos sonhos gerados pela vaidade pessoal.

Fico 5 anos, fico 6 anos, abro mão de um ano para o bem do Brasil ou coisa parecida, diz José Sarney, e nunca se pergunta: Será que o povo precisa? Será que o povo quer que fique realmente 5 ou 6 ou 10 anos, ou nenhum dia mais? Esta pergunta não se faz.

O Orçamento-Programa que ora discutimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, representa, em última análise o resultado da desfaçatez, da irresponsabilidade no trato da coisa pública, sob o respaldo da impunidade que é sustentada pelo autoritarismo reinante neste País, autoritarismo que abriga desgraçadamente aqueles que administram a Nação Brasileira e que estão impedindo que as coisas mudem.

Que mudem para melhor, como será possível e o esperado com a nova Carta Magna, pois que o digam os entendidos no que se pretende mudar a sistemática tributária brasileira.

As coisas são difíceis para os que es-

tão na Situação; imaginem os Senhores, para nós que estamos do outro lado, é bem mais difícil. A todo custo tentam tirar os nossos instrumentos de luta. Mas, os desafios nos impelem para a frente. As dificuldades nos fortalecem, porque temos a consciência do dever cumprido e dos compromissos que assumimos com aqueles que em nós confiaram, e mais, temos ao nosso lado a presença de Deus, que nos dá a certeza de que vale a pena lutar para ser a voz dos mais fracos, dos injustiçados, dos explorados e dos espoliados.

Com tristeza Senhores Deputados, vemos os Estados e os Municípios mergulharem em irrecuperáveis insolvências; vemos as suas populações sem perspectivas para o futuro; vemos o nosso povo ser lançado a níveis nunca imaginados de empobrecimento, e vemos com tristeza, enquanto isso, a rendição da economia nacional aos interesses e a ganância dos banqueiros internacionais; vemos a indústria brasileira se desnaturalizando; vemos os grupos econômicos se fortalecendo, enquanto o pequeno empresário cai na desgraça.

Por que a importância tão grande desse Projeto? Porque a fonte de todo o poder econômico está, justamente, na área econômica. O Poder Central tenta a qualquer custo transferir toda a massa de recursos gerados pelo trabalho nacional dentro dos Estados e Municípios para si, e por sua vez, o Estado não age de forma diversa, copia, ou segue as regras do pai. A todo custo, tentam subordinar quaisquer planos administrativos, que poderiam até provocar o surgimento de novas Lideranças políticas, tentam, é evidente, subordinar tudo aos interesses dos que detêm o Poder Executivo nas mãos. Vale aqui lembrar o alerta que fizemos quando da Reforma Administrativa do Estado no início do nosso mandato, alertamos para o gigantismo em que se tornou a governadoria, e nessa Proposta Orçamentária está o que nós naquela época prevíamos.

Vejam, Senhores Deputados, as verbas de publicidade, as destinadas para a Governadoria, o resultado da falta da tão prometida e falada Reforma Tributária, aí está refletida, na situação de falência das unidades da Federação e dos seus Municípios como está também, no enfraquecimento de suas economias e no empobrecimento, na quase miserabilidade do nosso povo.

Senhores Deputados, vamos à análise da Proposta Orçamentária, antes porém, eu queria dizer que, coincidentemente, ontem, folheando o Jornal "A FOLHA DE SÃO PAULO", eu recortava também uma matéria muito importante, que é escrita por Marcos Mendonça, 42 anos, Vereador do PMDB de São Paulo, 1º Suplente do Senador Mário Covas e foi Presidente da Câmara Municipal de São

Paulo em 1985/86, quando se refere exatamente ao assunto Orçamento. "Orçamento e a Cidadania é um artigo muito interessante onde ele aborda, no começo, que, neste momento os Legislativos de todos os Países em todas as esferas Federal, Estadual e Municipal, estão discutindo os respectivos orçamentos.

E ele diz que toda essa discussão do Legislativo dá em nada, porque não aumentam as suas prerrogativas foram praticamente tomadas pelo Executivo, e de que não se pode fazer emendas, não se pode trocar uma vírgula sequer desse Orçamento, com a obrigatoriedade de se votar e aprovar ou não aprovar da maneira como está!

Mas mesmo assim, cabe a nós, Parlamentares da oposição, fazer um trabalho de vigilância, discutir alguns termos, o que está proposto dentro desse Orçamento e fazer depois, na sequência, a cobrança daquilo que está aqui colocado no papel, no "preto e branco". E é isto que nós nos propomos a fazer.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Algaci Túlio, é a propósito da sua observação, sobre o resgate do papel dos Parlamentares, no que diz respeito à definição das prioridades orçamentárias. O nosso Governador diz que Parlamentarismo é "golpe". O nosso Partido defende um modelo Presidencialista por excelência para o País, mas, com o resgate das prerrogativas congressuais das Assembleias e do Congresso Nacional, coisa que até agora não se viu. Nós imaginamos que o ordenamento institucional do País, se é que a Constituinte sobreviverá, sobreviverá inclusive aos sucessivos entreveros cardiovasculares do seu presidente, nós imaginamos, se Deus quiser, esta será a última discussão orçamentária onde a Assembleia simplesmente confirma o que o Palácio manda propor.

A propósito da dívida do Estado do Paraná, é importante dizer que no final de 1986, ela irá de Cz\$ 14 bilhões, 4 milhões e 213 mil cruzados e que houve crescimento global de 92% em relação a dezembro de 1985. O implemento da dívida flutuante em 1986 foi de 240,3%, dívida que se entende como: INPS, fundo de Garantia por tempo de Serviço e resta pagar a obrigação social do implemento da dívida fundada. Será que esta dívida resistirá à análise política séria? Não essa análise política superficial, que fazem quando falam, por exemplo, do Prefeito Jaime Lerner, que endividou Curitiba, porque fez a Cidade Industrial com os seus 75 mil novos empregos; não esta crítica miserável que se fala, quando, por exemplo, se questiona, um empreendi-

mento como da conectora 5, esta avenida que leva o nome de Heitor Alencar Furtado e de Pedro Parigot de Souza e de Padre Agostinho em alguns dos seus trechos e que foi conseguido com dinheiro a fundo perdido do Banco Mundial, em contraposição aos 14 terminais de transporte que esta cidade recebeu do Prefeito Jaime Lerner. E ficamos aí, a esperar que o prefeito Roberto Requião, tão antigo, tão mussoliniano, faça e devolva à cidade, aquele prédio que é mais ou menos de acordo com o tipo da sua administração, isso é próprio dos anos 40 e 50, da Rodoviária Velha, lá na praça do "negro Torres", na frente da Igreja de Guadalupe. Não que eu seja contra o terminal interestadual, mas acho que aquela reciclagem é burra, porque podia se fazer um terminal interestadual decente, uma área da rede Ferroviária Federal, que tem agora Presidente paranaense, atrás do museu ferroviário, no grande patio da estação ferroviária, aliás, coisa que nós usamos quando da visita do Santo Padre, o Papa, em 1980, e uma infinidade de ônibus ali estacionaram e tudo funcionou muito bem. Pois é, Deputado Algaci Túlio, será que as dívidas do Paraná aguentam uma análise política séria? Eu fico duvidando, e duvido também enquanto nesse País prevalecerem práticas, como por exemplo, a do Presidente José Sarney, a retirar do Deputado Fernando Bezerra Coelho, do PMDB, uma rádio FM que lhe havia assegurado no Município de Petrolina, porque ao se inflar de civismo, ele votou pelos 4 anos e perdeu de pressa a rádio para um outro Deputado, também um coelho de toca diferente, chamado Oswaldo.

Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Bem meus Senhores Parlamentares, o orçamento é realmente um documento complexo, e que só pode ser analisado com o auxílio de técnicos, quando nós estamos aí há algumas semanas, horas do dia, da noite, da madrugada, tentando compreender todo esse calhamaço de anotações, de informações, que se trata realmente do orçamento. Vejam bem, que diz o artigo 35 da nossa Constituição: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram crédito, fixem investimentos e vantagens dos servidores públicos, não cedam subvenção, auxílio ou de qualquer modo autorize que não aumentem a despesa pública! No parágrafo 1º diz: "Não será objeto de deliberação, a emenda que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, que visa modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo".

Quando da fase de emenda desse projeto estudamos, eu e minha assessoria, se vale-

ria a pena apresentar alguma emenda e entendemos que de nada valeria perder tempo com a sua apresentação, porque sabíamos nós que não seriam aprovadas, seriam derubadas em Plenário. O Poder está na mão do Executivo; o Legislativo nesta questão, só pode dizer amém e esperar, e é o que nós estamos fazendo desta tribuna. Agora, vejam bem, o Orçamento realmente é complexo e estudar detidamente o seu todo não é nada fácil, minha gente, é muito difícil, mas nós tentamos pelo menos numa análise rápida, superficial, dentro daqueles setores mais especificamente a que nós estamos ligados, área da justiça, da segurança, tentando tirar alguns detalhes, informações, questionamentos para que pudéssemos também apresentar em discussão neste Plenário. E vejam bem Senhores Deputados, o Deputado Rafael Greca já na 1.ª Discussão, apresentou seus dados, os números que levantou a respeito do Orçamento.

Para divulgar a imagem do Governador a Secretaria de Comunicação Social, vai ter a verba de Cz\$ 760 milhões e 317 mil cruzados, por mês, esta Secretaria vai ter a verba de Cz\$ 63 milhões e alguns quebrados, e por dia ela vai ter Cz\$ 2 milhões, 111 mil cruzados. Se colocarmos no papel - aliás, bem a propósito do que faz o Prefeito Roberto Requião quando quer dizer que em gestões passadas gastava-se dinheiro para isso e para aquilo e que se não fosse gasto naquilo, - seria possível dar de comer e emprego para não sei quantos trabalhadores - dentro do raciocínio do Prefeito Roberto Requião se colocarmos, se aplicássemos esta verba da Comunicação Social para fazer a imagem do Governador, nós teríamos um salário mensal de 800 trabalhadores. Oitocentos trabalhadores poderiam ser pagos com esta verba da Comunicação Social.

Vejam que, para a implantação e manutenção de programas sociais, a Secretaria do Trabalho e da Ação Social, que foi motivo de muitos comentários hoje neste Plenário, ela vai ter Cz\$ 60 milhões 564 mil cruzados, doze vezes, são estes pontos que nós questionamos, doze vezes menos do que o destinado à Comunicação Social. Vejam que são dados realmente importantes.

Uma Secretaria que terá que prestar muito trabalho, serviço, vai ter doze vezes menos do que o destinado à Comunicação Social. A Secretaria de Segurança Pública, que é realmente uma pedra no sapato de qualquer Governador, porque é a Secretaria mais exigida, mais criticada e que muitas vezes lamentavelmente é usada mais para trampolim político, vejam o que acontece, o Gabinete do Secretário terá a verba de Cz\$ 70 milhões e 294 mil cruzados. A Escola de Polícia, que é para formar os poli-

ciais para que não tenhamos policiais corruptos, e despreparados, a Escola de Polícia vai receber Cz\$ 19 milhões e 673 mil cruzados. Quer dizer, 3,5 vezes menor do que o Gabinete do Secretário; quer dizer, é mais importante dar verba ao Gabinete do Secretário do que dar à Escola que vai formar os policiais. É o questionamento que eu faço. Por exemplo, o Corpo de Bombeiros, recebe Cz\$ 574 milhões, 782 mil cruzados. São 185 milhões a menos também do que aquilo que foi destinado à Comunicação Social. E mais importante, repito mais uma vez, ter a verba para fazer a divulgação do Palácio do que equipar o Corpo de Bombeiros que tem apenas uma escada "magirus", que tem poucas viaturas, tem poucos homens. O efetivo do Corpo de Bombeiros, hoje, é de 2.294 componentes e o efetivo previsto é de 3.432. Existem 1.138 vagas a serem preenchidas no Corpo de Bombeiros. Vejam bem, o Corpo de Bombeiros não cobre nem 10% e este é um detalhe importante para o que eu chamo a atenção dos Senhores Parlamentares. O Corpo de Bombeiros não cobre nem 10% dos municípios do Paraná. Dos 315 Municípios, apenas 26 contam com serviços do Corpo de Bombeiros, alguns até em precaríssimas condições. Hoje, existe cinco agrupamentos. Em Curitiba, servindo também a região Metropolitana; o segundo de Ponta Grossa, que serve a região de Campos Gerais; o terceiro, Londrina que serve os Municípios vizinhos; Cascavel e Maringá. Então, o Corpo de Bombeiros terá Cz\$ 185 milhões a menos do que a Comunicação Social do Palácio Iguazu. Ainda na área de Segurança, a qual me ative mais dentro deste Projeto, o policiamento ostensivo da região metropolitana de Curitiba, terá destinado para si a verba de Cz\$ 682 milhões, 820 mil cruzados, neste setor. No entanto, minha gente, Senhores Parlamentares, para o apoio à produção animal da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Cz\$ 511 milhões e 688 mil cruzados. Evidentemente, não se pode deixar de dar apoio a tão importante Secretaria, como é o caso da Secretaria da Agricultura. Mas, será que haveria necessidade de tanta verba para o apoio animal, quando se sabe que se necessita de mais verba para área da Segurança...

O SR. PAULO FURIATTI - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - ...vejam Senhores Parlamentares dentro daquilo que eu analisei.

Concederei aparte em seguida, Deputado Paulo Furiatti.

A Chefia do Poder Executivo e já disse ontem o Deputado Rafael Greca, mas eu tenho também alguns comparativos, a Chefia

do Poder Executivo, o Serviço de Transporte Aéreo terá Cz\$ 156 milhões e 909 mil cruzados. A Reforma Agrária, no entanto, o apoio aos assentamentos rurais e supervisão dos programas setoriais, Cz\$ 93 milhões, 594 mil cruzados. Quer dizer, 40% a menos do destinado às viagens aéreas do Governador e de sua comitiva. Para o setor de irrigação e drenagem Cz\$ 913 milhões e 12 mil cruzados e para drenar a marginalidade da região metropolitana de Curitiba, apenas Cz\$ 682 milhões, quer dizer, 25% a menos. Policiamento ostensivo da região metropolitana. Como é que poderemos ter uma segurança maior a todos nós, o povo que vive sendo roubado, assaltado, agredido, espancado, ameaçado, com as verbas que são destinadas a Secretaria de Segurança Pública. Será inviável! Então, vejam Senhores Parlamentares, antes que entre na análise ainda em continuação da Secretaria de Segurança e também da Secretaria de Justiça concedo aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Algaci Túlio.

Vossa Excelência faz um questionamento, mas que é importante esclarecer que quando Vossa Excelência questiona, não faz uma análise, porque certamente não está afeito também ao tema do que quer dizer a defesa da produção animal. A defesa da produção animal, na verdade, não é um programa único, não é uma coisa retirada no tempo e no espaço. É todo um projeto de apoio à pesquisa do Instituto Agrônomo do Paraná, à extensão rural da ACARPA, à defesa dos rebanhos através de vacinações, a todo um processo de fiscalização que existe na agricultura. Da mesma forma, a irrigação. A irrigação é um programa que visa atingir e produzir por hectare. Isto tem um custo por unidade de todo um sistema de irrigação.

Agora, quando Vossa Excelência faz também uma crítica com relação à questão da Reforma Agrária, deve entender que este recurso estabelecido para os assentamentos, na verdade não é um recurso para se estabelecer a Reforma Agrária. Para este recurso não estão implícitos as estradas que devem ser feitas, as construções, a produção animal, que deve ser feita em cada um desses assentamentos, as irrigações, os investimentos.

Então Vossa Excelência peca, na minha opinião, quando não faz uma análise do que representa cada programa desse. Porque se não, se nós formos analisar apenas o sentido de produção animal, de irrigação, de assentamento pode nos parecer que estaria se dando prioridade para um setor e não ao outro.

Para tudo isto existe todo um projeto

de Governo, que não é deste Governo, mas de outros, uma estrutura, uma equipe, funcionários, técnicos, vacinas, sistema de produção, animais com distribuições para comunidades, quando então, haveria a disseminação das novas matrizes e tudo o mais.

Apenas um esclarecimento, para que não fique parecendo que houve aí uma prioridade sem um estudo e um parecer.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Paulo Furiatti, mesmo assim, entendendo que uma das prioridades em qualquer Governo é a área da segurança, porque ela envolve todos os setores. De nada adianta se investir na irrigação, na drenagem, no programa animal se não dermos também a segurança para que nessas áreas também seja feito um investimento.

Mas, vejam bem, Senhores Deputados, ainda na área da segurança pública estava eu a observar de que existe todo um detalhamento aqui, que nós já vimos em outros orçamentos, como da Câmara de Vereadores, com relação à Prefeitura e que vemos aqui na Assembléia Legislativa. É evidente que estamos aqui no primeiro ano e não podemos também dizer de que tenha havido algumas falhas com relação ao Orçamento aprovado em 1986 para o período de 1987, que aqui não estávamos e não podemos fazer cobranças. Mas, vejam bem, tudo aqui é colocado: melhoria de praças e vazios urbanos, instalar sinalização nos muitos municípios do interior, implantar elos administrativos e operacionais, aplicar normas para indicação do sistema de compra, de bens e serviços, promoção de debates, concursos internos e desenvolvimento de atividades culturais, ainda dentro da área de segurança pública.

Vejam bem, ainda aqui também diz, no que diz respeito à segurança pública, desenvolver trabalho junto aos usuários dos serviços do DETRAN, administração e planejamento, manutenção das atividades de unidades sociais, oficiais e promoções de três mil crianças e adolescentes e setenta mil adultos carentes, através também de um atendimento pela Secretaria de Ação Social. Nós vemos tudo isto aqui colocado no papel. O que lamentavelmente não se vê na prática, no decorrer do ano. E é por esta razão que estamos questionando, porque faremos, através desta tribuna, um intenso trabalho de fiscalização com relação àquilo que esta Casa está aprovando.

Está previsto vejam bem, estão previstos ainda para execução de projeto dentro do sistema penitenciário, aqui já na área da Secretaria de Justiça, Cz\$ 443 milhões e 793 mil cruzados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Há muitos anos que

acompanhamos a promessa de execução de projetos que nunca foram cumpridos. Prometeram, por exemplo, a construção de 10 minipresídios. Na proposta orçamentária constam apenas 2. E isto tem sido dito pelos quatro cantos pelo Secretário da Justiça, quando lá estivemos numa visita, em certa ocasião, e nos falava ele da construção dos minipresídios. E no entanto, aparecem apenas 2.

Para a manutenção do Sistema Penitenciário e suas atividades, se gastará Cz\$ 37 milhões e 556 mil cruzados; para a manutenção do Gabinete do Secretário, quase a metade desse montante, 15 milhões e 70 mil cruzados; no Gabinete do Secretário se gastará a quarta parte de todo o orçamento da Secretaria de Justiça. Cz\$ 63 milhões, 731 mil cruzados é o que cabe à Secretaria de Justiça. É praticamente a quarta parte do Orçamento do Gabinete do Secretário.

E ainda vejam bem, Senhores, ainda diz aqui: visando o treinamento de 500 funcionários, desenvolver ações de gerência dos recursos humanos, materiais e financeiros do órgão colocando em prática rígidos princípios de austeridade e parcimônia no uso dos recursos dos setores, aplicando novas tecnologias administrativas.

Já temos visto isso em notícias da imprensa, mas na prática não se comprova nada disso.

Vejam bem aqui: construir 2 minipresídios no interior do Estado, construir e equipar um pavilhão para isolamento de portadores de doenças infecto-contagiosas, um laboratório de análises clínicas, construir e equipar um pavilhão para portadores de doenças não infecciosas; construir uma creche; implantar vários canteiros nas áreas de floricultura, de bovinocultura, ovinocultura e avicultura. Todas essas construções deverão ser realizadas com os recursos do Governo do Estado e do fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

Supervisão do complexo penitenciário; manutenção da Unidade Penal, regime semiaberto, feminino; manutenção do centro de observações de triagem do complexo penitenciário. E outros detalhes de que nós ainda procuramos nos inteirar.

O Fundo Penitenciário, Senhores Deputados, é bastante questionado nos últimos dias, através da imprensa, que tem cobrado sistematicamente onde é que foram parar os recursos do Fundo Penitenciário.

E nós ontem, graças a Deus, tivemos aprovado nesta Casa, os três pedidos de informações que encaminhamos, para que seja esclarecido onde é que foram parar as verbas para esse Fundo Penitenciário. Porque ele nada mais faz do que administrar os recursos provenientes das taxas das

custas oficiais, comercialização da produção dos canteiros de trabalho e da taxa adicional sobre os atos sujeitos à contribuição da Carteira de Previdência Complementar a fim de adquirir 62 veículos e em matérias-primas diversas, estruturar as Unidades Penais de forma a favorecer o incremento de produção dos canteiros de trabalho, inclusive, revertendo receitas para o Fundo Penitenciário.

É isto o que nós vamos cobrar na sequência, porque está aqui no papel. E faremos um trabalho de fiscalização porque chega de, entra ano, sai ano e muda tudo. Muda governo, secretário e nós vemos sempre os mesmos problemas nesta área, na qual nós atuamos mais diretamente - que é a área da segurança e da justiça.

Manutenção da Penitenciária Central do Estado, da Prisão Provisória de Curitiba, com curso profissionalizante, da Colônia Penal Agrícola, também, do Hospital Penitenciário, salvo qualquer engano meu. E, me parece que nós ainda não temos um Hospital Penitenciário no Paraná. No entanto, no Orçamento consta aqui, manutenção do Hospital Penitenciário. O que temos, e não pode ser confundido, é o Manicômio Judiciário e ele faz parte aqui de outro setor. Manicômio Judiciário é uma coisa. Hospital Penitenciário não temos. Entretanto, no orçamento se prevê aqui uma verba de Cz\$ 15 milhões de cruzados para a manutenção do hospital penitenciário. Eu não sei, pelo que conheço, posso até estar enganado, penitencio-me se estou enganado, mas não temos ainda o Hospital Penitenciário. Temos o Manicômio Judiciário. A prova disto é que toda a rebelião que há nas penitenciárias, qualquer entrevero que acontece lá dentro, os presos feridos são encaminhados para o Pronto Socorro do Caju, para o Pronto Socorro do Evangélico, para os hospitais que temos em Curitiba e não para o Hospital Penitenciário, que não temos ainda.

Aliás, é uma falha dos governos passados e que sempre critiquei, porque não podemos de repente, conviver num hospital, presos dentro de uma enfermaria com outras pessoas, em vista do risco que correm realmente as pessoas em função da presença dos marginais.

Mais adiante a assistência comunitária...

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado José Felinto. Espero que Vossa Excelência tenha estudado também o Orçamento e espero que venha contribuir na minha discussão e não use o aparte apenas para uma questão política. Então, gostaria que

aguardasse com a paciência que os outros Parlamentares estão tendo, para me ouvir no Plenário. Vossa Excelência, que vez ou outra comparece aqui, também tenha a devida paciência de me deixar colocar meu ponto de vista. Na sequência, com muito prazer, darei aparte.

O Sr. José Felinto - Acho que todos nós estamos tendo bastante paciência...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência continua com a palavra mantida por esta Presidência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Senhor Presidente. Esperava até nem usar uma hora, apenas queria colocar meu ponto de vista, estes meus questionamentos, mas em consequência dos apartes, vou exigir um tempo maior dos companheiros que têm a paciência de me acompanhar através desta tribuna.

Vejam bem, Senhores Parlamentares, são alguns questionamentos que fazemos a respeito do Orçamento.

Um outro dado aqui, por exemplo, a CODEC, alguns dos Senhores Parlamentares é capaz de dizer e garantir que bons serviços tem prestado a CODEC até agora à população? Somente na época do Plano Cruzado, quando o povo todo foi colocado, foi nomeado como fiscal de José Sarney, onde qualquer pessoa do povo podia chegar em qualquer estabelecimento e exigir a prisão em flagrante do dono do supermercado, da farmácia, da pequena bodega, e que depois nada disso resolveu, nada disso teve qualquer significação. E a CODEC será que este órgão, como tantos outros, dá estrutura administrativa ao Estado? Será que este órgão é realmente necessário? É um questionamento que faço à Casa. Será que não são órgãos que se tornam verdadeiros fardos, que emperram até o andamento da máquina administrativa? Só para a CODEC estão destinados Cz\$ 11 milhões de 202 mil cruzados.

Vejam os Senhores, para quê? Para quando chegar o Plano cruzado fazer aqueles processos que depois não dão em nada? Gasta-se até o papel. Gasta-se o material de expediente em troca de absolutamente nada. Então é de se questionar até, dentro deste trabalho, quando o próprio Governador do Estado pede ao Presidente da República a desativação de alguns órgãos federais, será que não era hora desta Casa repensar até e quando vem agora a Constituinte Estadual, repensar até em eliminar órgãos que às vezes servem mais para "cá-bide de emprego" e para trazer mais despesas para o Estado?

Esta é a contribuição que também trago

à Casa, no meu modesto entendimento, também, para a defesa dos economicamente necessitados: Cz\$ 76 milhões, 845 mil cruzados.

É o que é esta sigla "Defesa dos Economicamente Necessitados"?

É a assistência judiciária gratuita. É um dos serviços de maior necessidade, mas pelo que temos acompanhado, e os Senhores mesmo são testemunhas disso, da falta de estrutura, de agilização desse departamento. Há uma carência total nesta área. Aqueles que trabalham na assistência judiciária, gratuita, ganham miseravelmente ou alguns até nem ganham, como por exemplo, os juizes, os advogados que trabalham nos Tribunais de Pequenas Causas. Não ganham nada a maioria deles não ganham praticamente nada. Fazem aquilo porque gostam de fazer e não querem ficar parados e querem prestar uma ajuda para o Estado.

Então, é de se questionar para onde vão Cz\$ 76 milhões de cruzados para a defesa dos economicamente necessitados? Será que vai pagar melhor essa gente ou será que vai pagar algumas dessas pessoas que trabalham gratuitamente?

Hoje, um advogado ganha cerca de Cz\$ 5 mil cruzados e um estagiário que, na maioria trabalha gratuitamente, quando ganha, não ganha mais de 2 mil e 500 cruzados. Então, vejam os Senhores, questiono aqui uma verba tão grande para um setor que lamentavelmente não funciona e se não fosse assim, vejam bem Senhores Deputados, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti não teria entrado com um projeto nesta Casa, pedindo nas Delegacias - e é também uma luta muito antiga minha - pedindo psicólogas, assistentes sociais e advogados nas Delegacias. Porque exatamente este departamento infelizmente não funciona.

São poucas as pessoas que trabalham e para uma carente precisar de um advogado nesse setor, ele vai ter que ir lá fazer a inscrição e somente daqui a um mês, um mês e meio, dois meses é que possivelmente um desses advogados que trabalham gratuitamente vai atendê-lo.

São fatos que merecem o questionamento. Vejam ainda na Secretaria da Justiça: com a verba do gabinete do Secretário, deverão ser mantidos, ou melhor, deverá ser mantido o Conselho Estadual de Entorpecentes, órgão da maior importância, mas que até agora, por falta de verba, está totalmente omissa. Nada foi feito na área de prevenção das drogas ou na recuperação do drogado.

O que vemos aí, constantemente, são campanhas para se criar esta ou aquela casa de recuperação. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que eu venho aqui fazer esses questionamentos, para deixar gravado nos Anais desta Casa, que

nós, durante o ano de 1988 façamos uma fiscalização em cima daquilo que estamos aprovando.

Como vimos, muitas são as limitações impostas pelas verbas do orçamento anual e isto porque já dissemos, o projeto é feito de modo discricionário, quando até não arbitrariamente pelas autoridades.

Pelo que se viu, essas autoridades técnicas do Estado, não levaram em consideração a necessidade de restrições financeiras pelo comprometimento de verbas orçamentárias futuras no pagamento de juros e encargos mil, com a Dívida Pública do Estado o Paraná.

Nada mudou, na verdade, em relação aos orçamentos anteriores, com o orçamento que ora estamos discutindo.

Concedo aparte ao Deputado José Felinto que teve paciência, e eu lhe agradeço por isso, de esperar que eu concluísse o meu posicionamento.

O Sr. José Felinto - Não só eu mas todos os Parlamentares que aqui estão, estão com muita paciência de ouvir Vossa Excelência.

Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência fala com relação à questão da segurança, investimento na segurança, mas Vossa Excelência só se preocupa com a repressão na área da segurança. Eu não vejo Vossa Excelência lembrar que investimento na área de saúde, na área de educação, na agricultura, conforme criticou Vossa Excelência, também é um investimento para a segurança, porque a questão de marginalidade que Vossa Excelência tão bem conhece, porque vive no meio, trabalha nesse meio Vossa Excelência trabalha como repórter policial, sabe que a questão da violência social e o investimento na área de saúde, na área de educação, na área de agricultura, para gerar mais alimentos, está contribuindo também para a segurança. Eu gostaria que Vossa Excelência lembrasse dessa colocação, e quero parabenizar a Dra. Isabel, que tem escrito e auxiliado Vossa Excelência e pude ver hoje, durante toda a manhã, na Câmara dos Vereadores, ela ligando para o Corpo de Bombeiros, para a área de segurança colhendo esses dados que Vossa Excelência está mencionando. Eu quero parabenizá-lo por isso.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado José Felinto. Não precisa fazer este agradecimento, porque na verdade isso é fruto de um trabalho de equipe, Vossa Excelência, com as benesses do Plenário, agarrada ao pescoço do Governador como pagão de pirata, Vossa Excelência não precisa de assessoria, porque nem sequer

se deu o trabalho de pegar esse orçamento nas mãos. Vossa Excelência me parece, e segundo previsão de companheiros de sua própria Bancada, está aqui por acaso e que Vossa Excelência se agarrou ao paletó do Senhor Governador. Vossa Excelência, segundo a imprensa diz, até quando a primeira dama do Estado deu a luz, Vossa Excelência queria proibir a imprensa de fotografar a criança, parece que virou babá na última hora também.

O Sr. José Felinto - Babá é a mãe de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência solicita ao Deputado José Felinto que se atenha ao regimento e essa Presidência não aceita as ofensas aos Deputados que se encontram nesse Plenário. Continua com a palavra Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio. (vozes paralelas)

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado. Como eu havia falado no início...

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência conforme o Artigo 97, tem a palavra.

O Sr. Ezequias Losso - Eu quero dizer a Casa, que me honro muito de fazer parte do grupo de homens como Algaci Túlio e de estar ao seu lado, homem sério, íntegro, e de moral intocável, porque pelo que me consta, Algaci Túlio, homem público em nenhum momento ele usou a função de radialista para estuprar jovens e menores. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência tem a palavra, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente que esse Plenário não vai levar em consideração o que disse o cidadão José Felinto, porque na verdade, nos seus 3 anos de Câmara Municipal, pouco ou quase nada fez, e não me preocupa, se subir a tribuna e me agredir, porque é próprio da sua pessoa. E, acabou de ver agora todo esse Plenário que ele me cuspiu na cara. Esse é o homem que está nesse Parlamento, que não se dá o trabalho de estudar, de passar horas e madrugadas estudando orçamento, Senhor Presidente, este é o homem que se agarra ao Governador Álvaro Dias, pessoa íntegra, que eu respeito muito. Mas eu tenho certeza que nem o próprio Governador se sente bem quando tem um homem desses ao seu lado, Senhor Presidente, e nem a própria

Bancada do PMDB, pois alguns já disseram que não se sentem bem com esse nome ao seu lado. Esse é o homem que vem cuspir no Parlamentar que foi trazido a essa Casa pelo voto do povo, Senhor Presidente e que veio aqui com dignidade, discutir um projeto que veio aqui trazer questionamentos para esta Casa, que tem uma assessoria competente que até o Palácio Iguazu quis contratar Vossa Excelência foi um dos intermediários e não teve condições de conseguir isso e que vem aqui cuspir na minha cara, isso que Vossa Excelência fez agora não fez para mim, mas fez para os eleitores desta cidade, fez para os membros da sua igreja, que votaram na minha pessoa também, por não acreditar na sua pregação religiosa. Não vou me estender, Senhor Presidente, porque eu vim aqui para discutir orçamentos, e disse bem claro no começo que não poderia fazer da minha discussão um debate nesta casa, seria um debate democrático para se analisar um processo, se isso que me propus a fazer, diante dos estudos, diante da competência da assessoria que eu tenho e que eu tenho certeza faz inveja a um cidadão que não tem nem sequer assessoria no seu gabinete, porque muito pouco comparece às sessões nesta Casa, levo para fora deste Plenário, Senhor Presidente, essa escarrada na cara, mas não perco a dignidade e não preciso me agarrar ao poder para vencer na política e na minha vida.

Muito Obrigado.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Apenas, Deputado Algaci Túlio, para lembrar o que foi comentado durante o almoço de Liderança Cristã. Hoje há muitos que lamentavelmente não têm colocado a palavra do alto, a palavra inspirada em primeiro plano. Foi isso que foi debatido no almoço de hoje, no qual Vossa Excelência estava presente juntamente com outros dignos Deputados.

Realmente eu acho que o que está faltando, nobre Deputado, é um pouco mais de busca da inspiração que transcende as nossas limitações humanas, para que haja a devida compreensão. Que os assuntos do povo, efetivamente sejam tratados com a maior seriedade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Ezequias Losso.

No início do meu pronunciamento a respeito do orçamento eu coloquei até a palavra de Deus no meu pronunciamento. Baseado no almoço que tivemos, na palavra de Deus

que ouvimos do Deputado José Rogério, do Deputado Ezequias Losso, do Deputado Valderi Mendes Vilela, do Deputado Alexandre Cerreto, em todas as quartas-feiras. E é bom até lembrar ao Parlamentar, que se diz tão religioso, para que compareça nos almoços para ouvir de vez em quando a palavra de Deus para ver que aquilo que ele acabou de fazer a este parlamento ele não fez a mim, ele fez ao povo da cidade que me deu 33 mil votos. Ele cuspiu na cara de todos os Senhores Parlamentares; ele cuspiu na cara da dignidade deste Parlamento que pode aceitar isso.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu quero manifestar a minha indignação. O Deputado José Felinto faz parte da minha Bancada, do PMDB. Eu não poderia me omitir em prestar a minha solidariedade a um Deputado da Oposição que disse várias coisas em relação ao Governo ao qual pertença, com as quais eu em absoluto não concordo. Mas eu devo também confessar que tenho que respeitar os meus companheiros e nesta Casa, hoje, Senhor Presidente, nós vimos desgraçadamente episódios os mais lamentáveis.

Eu dizia hoje, no Comitê de Imprensa, que estes fatos, diante de uma pergunta dos jornalistas, isso denegria o Legislativo.

Eu discordava e dizia, "eu acho que esta questão é uma questão de se definir a responsabilidade e a ética individual de cada Parlamentar". Porque nós não temos o poder de fiscalizar a má educação de algum Parlamentar e não podemos aceitar que generalize de colocar o Parlamento como um todo desmoralizando e deteriorado. É hora de se definir as responsabilidades individuais.

Eu fico indignado com um gesto desses, quando se usa a saliva como resposta a um debate desses. Aonde nós estamos, meus companheiros? Que comportamento é este? Será que nem a palavra cristã invocada pelo Deputado Ezequias Losso faz com que raciocinemos como seres humanos?

Como dizia o Deputado Rafael Greca: convivência não é conivência. E a convivência também elimina pela própria, essência da palavra, a estupidez e a indignidade.

Eu, me perdoo Deputado José Felinto, companheiro de Bancada, eu não podia me calar ante este episódio, que eu considero um episódio que denigre o comportamento de um Parlamentar, de prestar a minha solidariedade.

O meu desagrado a esta agressão que eu acho uma agressão de baixo nível.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Nereu Massignan.

Concedo aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado Algaci Túlio, receba da nossa Bancada, não o cuspe na cara, pela sua atuação como Parlamentar nesta Casa, receba, especialmente deste Parlamentar, que veio a esta casa com o objetivo de ajudar o Paraná, a solidariedade comum, daquilo que nós não vimos hoje na nossa Reunião.

Eu me dirigi, rapidamente ao gabinete para entregar alguns documentos, uma vez que nós temos que estar lá e cá sempre, porque este é o nosso trabalho também e ouvi a sua discussão quando chegava aqui, acabava de ocorrer o episódio lamentável, também. Quero me solidarizar com Vossa Excelência e dizer que conte com o nosso apoio, sempre que subir à Tribuna, para defender os interesses do Paraná e da nossa população. Porque, Deputado Algaci Túlio Vossa Excelência questionou, e houve o aparte brilhante que o Deputado Paulo Furiatti defendendo uma maior aplicação de recursos na Secretaria de Estado da Agricultura, com a qual eu também, como homem do interior, onde Agricultura é fundamental, concordei com o Deputado Paulo Furiatti, quando disse que a Agricultura precisava de bastante recursos. É assim que se faz diálogo.

Está de parabéns também o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, quando se scandalizou pelo que ocorreu aqui hoje. Nós temos, nesta Casa, não um palco para intrigas pessoais, mas um palco para discutir e analisar todas as ações deste Parlamento que o envolveu e também ao Executivo e suas vinculadas.

Por isso, nobre Deputado, mais uma vez, eu me solidarizo com Vossa Excelência. Continue firme no seu propósito de servir ao Paraná; 33 mil votos foram cuspidos hoje, 33 mil eleitores do Paraná.

Receba, de nossa parte, solidariedade, compreensão e carinho.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência concede mais três minutos para Vossa Excelência concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, obrigado pela compreensão. Eu queria dizer, Senhor Presidente, que eu acho que no Parlamento é permitido que todas as posições sejam colocadas, e eu invoco o testemunho de Deputado Caíto Quintana, pessoa elegante, pessoa educada, por quem nós te-

mos uma admiração profunda, como de quase a maioria da Bancada do PMDB, se em algum momento da discussão eu ofendi a pessoa do Governador Álvaro Dias, em momento algum eu ofendi apenas fiz um questionamento, como homem de Oposição e respeitando e dizendo que, faria uma fiscalização com relação ao Orçamento. Não vi motivos para que o Deputado José Felinto viesse com esta agressão.

Só para finalizar, concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Algaci Túlio, parece que o Deputado José Felinto, na sua costumeira confusão das coisas, confundiu o que disse, certa vez, com muita graça, com sua graça de velha raposa política, o Deputado Ulisses Guimarães, que a saliva é o combustível dos políticos. Mas dizia o Presidente da Constituinte que a saliva é combustível no sentido de que lubrifica o aparelho fonador e possibilita às pessoas que prossigam o seu discurso e levem adiante a palavra, sobretudo a palavra da conciliação e do entendimento.

Em nome da Bancada do PDT, dos 4 Deputados que somos nós, mas tenho certeza, que em nome da mais profunda consciência cívica do Paraná, nós precisamos, ao agradecermos as manifestações que vieram da Bancada da Situação, também, eu não estava em Plenário, porque providenciava uma ambulância da Liderança do PDT, para levar uma senhora, funcionária da FASPAR, que vinha fazer piquete aqui, nessas galerias, e que se sentiu mal para ir até um serviço médico adequado de Curitiba, naturalmente, jamais da FASPAR. Um serviço médico, por exemplo, como da Santa Casa de Misericórdia, que é uma irmandade anterior a todas as gestões, uma irmandade, de mais de 100 anos de tradição. Mas, eu dizia que não vi o episódio, mas dolorosamente o lamento, com base no testemunho que me prestaram outros Senhores Deputados, porque hoje, este Plenário se transformou em objeto de escárnio de toda a população do Paraná. Não nos serve o consolo da bem-aventurança - "Bem-Aventurados sereis quando vos perseguirem e vos caluniarem por causa da justiça". Também não nos serve o consolo do companheirismo, porque já não nos serve nem mesmo o fato de haveremos sido votados para representar a população. Porque já não é o Plenário um palanque, como diz o Jornal "Folha de Londrina". Álvaro Dias teme que o Plenário se transforme em palanque".

O Plenário agora é a triste arena em que se manifesta o ser menor, parecido com esse "Exú do Lodo", que fala quem entende de quimbanda, que é a ala mais "esquerdeira" de todos os ritos afro-brasileiros.

De repente, se faz o escárnio dos Parlamentares, além das denúncias, como por exemplo no informe da "Folha de Londrina", de que é lei, e de que nós nos aumentamos em causa própria. Além das denúncias que nos destroem, Deputado Algaci Túlio, hoje, esta Casa viveu um momento de escárnio. É preciso muito trabalho, muita luz, muita boa vontade para recuperar isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu agradeço ao Deputado Rafael Greca e para finalizar ...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Estou com o meu horário esgotado, nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas agradeço a sua tentativa de participação e sei que também me traria a solidariedade.

Quero dizer apenas Senhor Presidente, que não usaremos a força física, mas sempre estaremos nesta tribuna defendendo a nossa posição, de posição responsável e coerente. Aqui subiremos todas as vezes quantas forem necessárias para discutir os projetos, os orçamentos, as leis. E não procuraremos, na falta de argumentos, apelar para a ignorância.

Muito obrigado,

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, invocando o capítulo II, das Discussões das Matérias, a partir do artigo 143, eu solicito à Mesa, e entendo o momento quando o Deputado Algaci Túlio estava na Tribuna, que pelo incidente ter ocorrido naquele instante, às manifestações alheias à matéria se fizessem. Para nós evitarmos que a Assembléia passe agora, no encaminhamento, a falar sobre o fato que eu espero superado e que lamento, eu pediria que a mesa fosse rigorosa em manter aqueles que encaminharem a votação, exclusivamente, discernindo sobre a matéria, que está sendo votada. E aqueles que quisessem se referir ao episódio, que se inscrevam em Explicações Pessoais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência fará cumprir sua solicitação. Agradece a lembrança de Vossa Excelência e fará cumprir o Regimento Interno.

Sobre a Mesa há um requerimento do Deputado Caíto Quintana que solicita o encerramento da discussão do Projeto 252,

constante da Ordem do Dia.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, (Questão de Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Logo após a votação, esta Presidência concederá a palavra a Vossa Excelência.

Em votação o requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Este requerimento independe de encaminhamento.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. APROVADO.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Nós pediríamos à Presidência da Mesa que retirasse das notas taquigráficas as palavras ofensivas ditas aos Senhores Deputados anteriormente, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Está encerrada a discussão. Em votação o projeto 252.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Esta Presidência concede a palavra a Vossa Excelência por 10 minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A matéria em apreciação, Projeto de Lei n. 252, certamente é o causador dos debates acalorados e até de alguns excessos, que é lógico que temos que condenar porque pertencemos a uma Casa política que tem 7 facções partidárias com defesas diferentes de postura entre vários integrantes desta Casa Legislativa. Só não podemos concordar com os extremismos e com os excessos que em alguns momentos, se chega, e gostaria de inicialmente deixar a nossa solidariedade àqueles que estão aqui, mantendo o bom senso, o equilíbrio, e condenando os excessos cometidos por esta Casa.

Discutindo o teor desta matéria, de tanta importância, porque revela realmente a face externa do governo que temos.

Analisando o teor da Lei e analisando os números desse Orçamento Estadual, certamente estamos analisando as ações de Governo que teremos no ano que vem. E talvez seja uma pena, que não tenhamos tido uma oportunidade para apreciar também todas as emendas apresentadas pelos nobres

pares que compõem esta Casa de Leis. Sabemos das limitações legais, e é lógico, sabemos que, um companheiro, integrante desta Casa, o Deputado Luiz Alberto Oliveira, apresentou uma série de emendas, inconstitucionais realmente, porque legalmente não cabe aos Parlamentares, legislar sobre números, cabe aos Parlamentares legislar sobre Projeto, e os números, pela Lei, cabem ao Executivo, que tomou iniciativa de apresentar este Projeto de Lei.

No entanto, houve outras propostas, de outros Parlamentares, que mereceriam ser apreciadas para que garantíssemos uma ação de Governo, uma ação orçamentária, uma ação financeira séria, transparente e competente, no ano que vem.

Uma das Emendas, a de n. 795 que estava propondo o acréscimo do Artigo 10 no Projeto de Lei, que se relacionava à Reserva de Contingência, que fosse estabelecida em 1% sobre o total das receitas previstas. Era uma Emenda que merecia uma apreciação à parte deste Poder Legislativo. Por quê? Porque o orçamento deve caracterizar-se no máximo possível, pela sua precisão, sob pena de negar a sua própria finalidade. Quando se faz um Orçamento, tenta-se dar o máximo possível de precisão de acordo com a sua finalidade; quando se nega e se permite uma grande Reserva de Contingência, é lógico que se está admitindo a própria fragilidade com que muitas vezes se propõe um Orçamento Público, e que, permite que esse Orçamento seja simplesmente uma aprovação fictícia, porque é permitida uma grande margem de uso, fora da previsão orçamentária.

Da mesma forma, no meu entender, é lógico, a Emenda de n. 794 ao Projeto de Lei, também tinha uma importância fundamental. Relacionava-se ela à antecipação da receita. É lógico que qualquer Governo pode, com uma margem de 30% de antecipação de receita, ele pode abusar, em certos momentos, do Orçamento Estadual e é lógico, nós deveríamos limitar, e essa Emenda que dava uma margem de antecipação de receita, do nosso ponto de vista justificável, de 10% para algo imprevisto, quando houvesse a necessidade de se antecipar a receita pública da Administração Oficial do Estado do Paraná, mas não alterava números, não aumentava a despesa. Mas simplesmente esta Emenda recebeu um parecer contrário, não sei porque.

Uma outra Emenda, a de n. 793, que alterava o Parágrafo 2º do Artigo 5, ela também se destinava a que fossem acatadas as disposições dos Artigos 40 a 46 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, que diz o seguinte:

"Fica o Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares nos Orçamentos próprios das entidades referidas no "caput"

deste Artigo, até o limite de 10% sobre as dotações orçamentárias iniciais, cobertas com receita do recolhimento descentralizado".

A proposta do Executivo, tal como foi elaborada, significa uma tentativa de escamotear a realidade, haja vista que, quanto maior a inflação, tanto maior será o limite de suplementação, superando inclusive o limite máximo da lei. Além disso, a elaboração do orçamento ora em discussão, ele se baseou numa previsão de 122% de inflação, portanto, os 10% propostos nesta emenda seriam suficientes para possibilitar a mobilidade necessária nos casos mais urgentes, mas infelizmente não foi apreciada, teve parecer contrário, sem justificativa convincente, no nosso ponto de vista, e teria sido bom que ela tivesse sido incorporada a esse projeto de lei governamental para o exercício orçamentário do ano que vem.

Outra emenda, de n. 792, também não acatada, seria bom que ela estivesse contemplada, porque ela objetivava autorizar, abrir créditos suplementares às dotações orçamentárias iniciais referentes à receita de recolhimento centralizado, até 10%, pois o limite de 10% serve como recurso para tais suplementações, nas formas definidas no parágrafo 1º, item 1, 2 e 4 do artigo 43, da Lei Federal de número 4.320, de 17 de março de 1964. Mas, não foi acatado, também. Da mesma forma, a letra "B", do artigo 7, combinado com o artigo 4º, também permite ao Executivo anular votações orçamentárias previstas, centralizá-las e aplicá-las em divulgação de propaganda. Esta também não foi acatada. Portanto nós, lamentavelmente, nós continuaremos tendo pela demonstração do que foi aprovado neste substitutivo, que é o que está em discussão nesse momento, nós teremos, novamente, um Parlamento paranaense completamente inoperante, sem prerrogativas para legislar dentro do Orçamento Público do próximo ano. Isto é lamentável.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra para encaminhar, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Vossa Excelência tem 10 minutos improrrogáveis.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu respeito a atitude da Casa e da Presidência, apesar de que os 10 minutos não me bastam. Eu gostaria de ter 60 minutos para fazer uma análise profunda desse projeto. Mas nesses 10 minutos eu vou apenas divagar sobre o projeto, principalmente na área de segurança.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é por eu ser PMDB, não é por eu ser do governo de Álvaro Dias, não é por eu ter nascido MDB, ter ido ao PDS e retornado ao meu ninho, que eu possa concordar, que eu possa ficar de pleno acordo, com o dinheiro que será repassado à área de Segurança.

Vários Parlamentares ocuparam a tribuna nessa Casa, respeito a todos. Não tenho uma assessoria constante no meu gabinete, busco recursos entre os próprios companheiros porque estou aqui aprendendo; busco recursos com dois ilustres promotores de Curitiba, Dr. Osmani Santa Cruz e o Procurador da Justiça Dr. Nilton Buss, que me ajudam, me orientam nos meus projetos, requerimentos, nas minhas idéias para a Constituinte que vem aí, e quero parabenizar o ilustre deputado Nereu Carlos Massignan por fazer com que toda Casa participe da nova Constituinte do Paraná.

Mas veja só Senhores, ilustres Parlamentares, a minha cidade que é a mesma do ilustre companheiro, amigo Deputado Homero Oguido, ilustre Parlamentar do PMDB, o qual tenho a satisfação de tê-lo como amigo, aprendi a respeitá-lo. Temos aqui um Deputado do PDT o Antônio Belinati, que também é de Londrina. Vejam bem, em parte a Oposição tem as suas razões. O Deputado Algaci Túlio, quando disse à respeito de segurança, a respeito dos projetos que eu tenho nesta Casa, dos meus sonhos e dos meus anseios. Quantas vezes eu venho para cá discuto com o Deputado Dirceu Manfrinato, com o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, Deputado Sabino Campos com o Deputado Nelson Vasconcellos que me orientam, o próprio Deputado Anibal Khury, o Deputado Antônio Annibelli, tantos outros Parlamentares. Às vezes troco até idéias com o Deputado Pedro Tonelli e com o meu querido Deputado Rafael Greca. Troco idéias, por que não? Como troco idéias com o querido Parlamentar Deputado Raul Lopes, que também teve os seus votos na minha cidade, pertence à nossa Comissão de Segurança, tem as suas idéias, tem os seus anseios, porque deu a sua vida pela gloriosa farda azul da Polícia Militar do Estado. Então veja bem, Senhores a minha cidade está carente de segurança. Nós precisamos gastar milhões e milhões para construir um minipresídio, uma nova delegacia, nós precisamos gastar muito dinheiro para construir um novo instituto médico legal. Inclusive, agora há pouco, eu recebi um telefonema de particular amigo do Deputado Homero Oguido, que é o Dr. Wilson Batine, meu amigo, meu irmão.

Saiba Homero - permita-me a intimidade - saiba ilustre Deputado Homero Oguido, o Dr. Wilson Batine está às vezes na ACESF, que está servindo de Instituto Médico Legal na minha Cidade. Então, às ve-

zes a gente recebe ajuda dos nossos companheiros peemedebistas, que realmente sofrem com a gente, porque quando eu estava no PDS diziam que a polícia do PDS matava, a polícia do PDS assassinava, a polícia do PDS violentava. Hoje eu estou no PMDB percebo que a polícia do meu PMDB mata, assassina, que não se faz nada. Então não é nesses 10 minutos que eu vou colocar tudo aquilo que está dentro de mim a respeito do Projeto. Estudei, estou estudando, essa noite realmente fiz vários telefonemas, fazendo uma série de análise a respeito da área pela qual eu sou apaixonado, porque eu me orgulho de ser um "carrapicho da polícia", sou um repórter policial, vim para cá como repórter, me orgulho da minha profissão, tenho as minhas idéias, tenho os meus sonhos e os meus anseios.

Por isso, eu respeito todos nesta Casa, acho que isto aqui é um Parlamento, e para trocar idéias, discutir, e elaborar, para trazer sugestões e eu tenho as minhas sugestões que também quero colocá-las na nova Constituição do Estado. Eu quero não passar o meu nome para glória, mas os meus filhos, eu quero que saibam que também fui um Constituinte, como disse hoje na reunião do meu Partido, o ilustre Presidente desta Casa, Deputado Antônio Annibelli. Não só devo, como também quero louvar a atitude do Deputado Anibal Khury de ter pedido ao ex-Governador, João Elísio Ferraz de Campos, que fez com que se criasse esta Constituição no Estado do Paraná. Mas estou preocupado com o pequeno índice de dinheiro. Porque eu sei dos dramas porque passa a Polícia Militar; porque eu sei dos dramas que passa o Secretário Noronha, eu sei dos projetos, eu sei, Deputado Raul Lopes, eu tive hoje, vi lá os sonhos e as idéias do Coronel Vantuil, como o Senhor, também tem os seus sonhos, que dignificaram a Polícia Militar do Estado, sei dos sonhos do Secretário Doutor Noronha, sonhos belíssimos, como tem os sonhos do Presidente do BANESTADO, em fazer um banco forte, o meu BANESTADO, o banco do meu Estado, o banco da minha família. Como sei dos sonhos do Secretário de Estado da Saúde, da Educação, da Agricultura, e de outros Secretários que estão no Governo do PMDB, no Governo que trouxe o direito do povo de ir às urnas e votar, escolher os seus representantes. Porque se não fosse o PMDB, eu não estaria aqui hoje, porque eu vim pelo voto do povo. Então, eu me orgulho de ser PMDB. Mas ainda tenho aquela idéia que não é o partido político que faz o homem, mas sim o homem que faz o partido político nesta Nação. O homem com idéias férteis, o homem que vem, traz, discute, porque este parlamento é para se discutir, analisar, debater e criar idéias, mesmo que o Governador não a sancione. Estou

preocupado, Senhor Presidente, com a pequena verba da área da segurança do Paraná. Compreendo que a segurança depende também do salário justo do trabalhador. Compreendo que a segurança também depende da saúde, dos dentes fortes, depende também da barriga cheia, porque o homem desempregado e com a barriga vazia ele pega na "máquina" e vai assaltar. Eu sei que depende de muita solução, no meu País, por exemplo, como o próprio Deputado do PDT, meu companheiro de rádio Algaci Túlio, dizia da tribuna sobre os anseios dos psicólogos, dos advogados, tantas outras coisas que nos passam pela cabeça, pois a gente que convive na área policial, tanta coisa vem dentro da gente. Nós gostaríamos de colocar tudo. O Governador passa, o Secretário Antônio Noronha passa, o Coronel também passa e realmente a gente sente este primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Mais 30 segundos para Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu tenho, este primeiro ano foi para... não dá para completar o meu raciocínio. Eu voltarei ainda a esta tribuna, amanhã, que a sessão será às duas horas e vou continuar debatendo as minhas idéias. Não dá para completar o final daquilo que eu trago dentro de mim quanto à área de segurança. Respeito todos nesta Casa. Acho que temos que discutir, que temos que procurar soluções e temos que realmente pedir às nossas autoridades que realmente neste Orçamento é pequenininho, mas eu queria que fosse dotado também uma fatia maiorzinha para a segurança pública do Paraná, para realizar, não só os meus sonhos, não só os sonhos do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Raul Lopes, mas os sonhos do Deputado Homero Oguidó, do Deputado Anibal Khury e Dirceu Manfrinato, de todos os Senhores Deputados que tem problemas em todos os Municípios do Paraná.

Eu voltarei a debater com o mesmo tempo, com 60 minutos, que o Deputado Algaci Túlio debateu, colocando as suas idéias. A gente também tem idéias. Então, eu gostaria de debater. Eu gostaria de ir mais a fundo porque a gente vive o drama, Senhores, a gente vive o submundo, a gente sabe o que são os porões de uma segurança, os porões de uma delegacia. Então, nós queríamos debater e estamos preocupados com o pouquinho que está vindo para a segurança pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado. Desculpe de eu ter desobedecido as ordens da Casa, mas eu gostaria de ter mais tempo ainda para colocar as minhas idéias a respeito deste Orçamento, principalmente na área de segurança,

apesar que nós temos várias áreas também que precisam de muito do Governo.

Muito obrigado. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 68/87, (Ofício nº 2276/87- Ex-Proposição nº 39/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova o balanço geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício de 1986. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem - Só para registrar o meu voto contrário a aprovação do Orçamento, em vista de vários assuntos que nós levantamos e uma questão de não judiar dos demais Parlamentares, eu deixo de ir a tribuna para discutir o Orçamento, o Projeto das contas do Governo José Richa, mas dizendo que o meu voto é contrário por uma série de fatos que ainda não foram devidamente esclarecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará registrar o seu voto.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem- Registre-se o meu voto contrário, tendo em vista que também não tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandou e entregou às Lideranças o Projeto durante dois dias. Esteve nas Bancadas, onde o Deputado Rafael Greca, Deputado Algaci Túlio, puderam manusear o Projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - Só para esclarecer. Eu tomei conhecimento do Projeto. Não tomei conhecimento das contas. Por causa disto voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência registra o seu voto.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 326/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 110/87), que objetiva autorizar a alienação, pela via jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais, de 66,03% das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A., junto ao BANCO DEL PARANÁ S/A., conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. 132, de 12.11.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 326/87.

PARECER:

O Projeto de Lei, em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 110/87, objetiva autorizar a alienação das ações pertencentes ao BANESTADO S/A, junto ao Banco Del Paraná S/A.

Dado a esta Comissão de Constituição e Justiça para análise, dentro de sua área de competência, ou seja, no que concerne aos seus aspectos legais, jurídico e constitucional, há que se tecer as seguintes considerações.

1. - As ações a serem alienadas não pertencem diretamente ao Estado do Paraná e sim ao Banco do Estado do Paraná S/A, pessoa jurídica de direito privado, cabendo pois ao próprio BANESTADO, através de seu Conselho Administrativo, decidir sobre o que é mais salutar e conveniente para a Instituição.

A fundação do Banco Del Paraná S/A, efetivada em setembro de 1980, e consequente subscrição de capital pelo Banco do Estado do Paraná S/A, realizou-se através de ato interno, por decisão de seu Conselho Administrativo, portanto nada impede que agora sua desvinculação, através da venda de suas ações, se faça da mesma forma. Logo, a autorização legislativa ora solicitada atribue-se mais a uma deferência especial do Senhor Governador a este Poder e ao sentido de dar toda transparência possível aos atos de seu governo; aliando-se ainda o fato de ser o Estado do Paraná acionista majoritário do Banco do Estado do Paraná S/A, e este, acionista majoritário do Banco del Paraná S/A.

Quanto aos aspectos jurídico e legal da transação, não encontramos nenhum impedimento que possa obstar a tramitação do Projeto, uma vez que seu artigo 1º define que alienação das ações será feita "pela via jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais".

Com respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito, que averigua a situação do Banco Del Paraná S/A., pode-se afirmar que a transação em tela não causará embargos a sua ação, pois a própria mensagem, em seu artigo 2º, estabelece que no instrumento pelo qual for efetivada a alienação, constarão cláusulas que obriguem o comprador a franquear, sempre que solicitado pelo Estado do Paraná, em especial pela Assembleia Legislativa e Poder Judiciário, documentos e informações relativos às operações realizadas pelo referido Banco, até a data da transação.

2.^a - Quanto à constitucionalidade, também não existem óbices que possam impedir sua aprovação, uma vez que o Projeto teve origem em Mensagem Governamental, encontrando-se, portanto, enquadrado nos

termos do item I do artigo 21, combinado com a primeira parte do item I do art. 47, da Constituição Estadual.

Pelas razões supra-citadas nosso parecer é favorável, opinando pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 326/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 326/87, ora em análise, teve origem na Mensagem Governamental n. 110/87, que solicita do Poder Legislativo autorização para a venda de 66,03% das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A., junto ao Banco Del Paraná S/A.

Devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu da mesma parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, à qual cabe o julgamento do mérito da matéria, opinamos favoravelmente à proposta, tendo em vista que a mesma atende a altos interesses do Estado, como procuramos demonstrar a seguir.

É de conhecimento público e bem situa a Mensagem, que a situação do Banco Del Paraná S/A é de extrema dificuldade, sendo necessário para o prosseguimento de suas operações um aporte de capital na ordem de US\$ 2 milhões 638 mil dólares soma bastante significativa e que acarretaria um ônus elevado para o Estado do Paraná, sendo que o retorno de tal investimento seria incerto e aleatório, pois estaria atrelado a injunções econômico-financeiras do mercado externo.

Por outro lado, a alienação das ações do BANESTADO, com sua conseqüente desvinculação do Banco Del Paraná, além de evitar riscos futuros para a instituição, ainda lhe oferece um lucro de US\$ 2 milhões 600 mil dólares, que somados aos US\$ 2 milhões 638 mil dólares correspondentes ao aporte de capital supra-mencionado, perfaz o montante de US\$ 5 milhões 238 mil; importância bastante significativa que, conforme explicita a própria mensagem, poderá ser aplicada na expansão do próprio BANESTADO, com expressivos e imediatos benefícios ao desenvolvimento econômico do Estado.

Pelas razões expostas e convencidos da oportunidade da matéria, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDT, nesta votação quanto a constitucionalidade da venda do Banco Del Paraná vai votar favoravelmente, porque é claro que não existe nada de inconstitucional no Senhor Governador consultar a Assembléia a propósito da venda de um estabelecimento bancário, sobretudo como é o caso do Banco Del Paraná. No entanto, nós nos reservamos o direito de, na hora oportuna, discutirmos o mérito desta venda, porque realmente os fatos apurados na CPI que ainda não se concluiu, mas o balanço do BANESTADO, que veio ricamente impresso, até com desenho do artista plástico Poti Lazaro, um balanço até um pouco amolecido. É o primeiro caso de balanço ilustrado e a cores que se encaminha no Estado do Paraná. Eu soube também que o Poti não foi consultado sobre o uso do seu desenho do semeador no balanço do BANESTADO. Quer dizer, quanto ao mérito da venda do Banco, nós nos pronunciaremos na 2.^a e na 3.^a Discussão.

De maneira que não se interprete como incoerência, se depois, nós nos pronunciarmos pela inconveniência da venda, pelo menos neste momento.

Mas eu acho que devemos a população pública do Paraná uma análise criteriosa, que pretendo fazer na tribuna, de todos os episódios que envolveram aquela agência bancária lá na Cidade de Assunción, porque nós não podemos compactuar, enquanto Assembléia, enquanto homens de bem, com a idéia de que esta venda venha a sepultar tudo o que de doloroso lá aconteceu pelo que até agora nós apuramos na CPI.

Pode ser também que venha o Dr. Hidalgo à CPI e desmanche as declarações anteriormente formuladas.

Era isso.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Para encaminhar)

Nós pensávamos nesta sessão em discutir e trazer ao conhecimento desta Casa vários assuntos relacionados ao Banco Del Paraná. Mas, devido ao cansaço dos companheiros desta Assembléia Legislativa, nós vamos nos ater a esta análise na próxima sessão, de segunda-feira. Portanto, votaremos favoravelmente à aprovação desta mensagem n. 326.

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Embora o Palácio Iguazu faça soar as suas trombetas para que aprovemos a venda

das ações do Banco Del Paraná, acho, também, que é uma medida talvez correta neste momento, nada mais normal se não fosse consequência da má administração financeira, da corrupção promovidas por homens de confiança do passado, durante os governos que se constituíram nessa tramitação das operações desse Banco no vizinho País.

Talvez os cisnes, os "Rafains", os "Hidalgos" da vida, segundo as denúncias fartamente divulgadas, se encarregaram de cavar os buracos e de provocar rombos.

Agora, a população paranaense é chamada para, com o dinheiro dos seus sacrificados impostos, talvez, tapar os buracos e consertar os rombos.

Na oportunidade que veio a público esse grande escândalo, falava-se de que o prejuízo ocasionado pelos desvios de favorecimentos ilícitos giravam em torno de US\$ 5 milhões 600 mil dólares.

Diante desse quadro, o Poder Legislativo, para se manifestar livremente, tem necessidade de alguma informação, creio eu, indispensáveis.

A primeira: quanto do dinheiro público o Governo investiu para implantar e fazer funcionar o Banco Del Paraná? Essa é uma informação necessária para todos os legisladores deste Estado.

E é importante sabermos também qual foi o lucro obtido por aquele banco durante o seu tempo de funcionamento e de operação.

E uma terceira questão: atualmente este banco está operando com prejuízo ou com lucros? Esta também é uma indagação que nós gostaríamos de ver esclarecida para legislar com mais certeza de que estamos agindo da melhor maneira possível.

Começa a proposta de venda. Não está o BANESTADO apenas se ressarcindo do prejuízo ocasionado pela má administração e pela corrupção denunciada? E certamente será comprovada sim ou não pela CPI em andamento, ainda que talvez não completamente apurada ou completamente punida. Como a justificativa da mensagem Governamental nós sabemos que não é nenhum texto sagrado carente de uma adesão de fé e, principalmente, por uma absoluta inexistência de dados para fundamentar as afirmações ali contidas que, na opinião palaciana, justificaria, lógico, a alienação. Necessitamos de afirmações seguras. Além disto, no nosso entendimento, apenas a suposição de dificuldade econômico-financeiras no mercado externo, para nós é muito pouco para justificar tal ato.

Para que a Assembléia Legislativa possa autorizar o Governo a alienar as ações do Banco del Paraná, faz-se mister ainda maior de informações, sob pena de que estejamos justificando a privatização como argumento da incompetência e da cor-

rupção.

Finalmente, para não desrespeitar a paciência dos que ainda estão aqui, este talvez é o momento oportuno para questionar a Liderança do Governo desta Casa e perguntar a Sua Excelência, o nobre Deputado Nestor Baptista, como anda a ação popular propagada por Sua Excelência na oportunidade em que estourou o escândalo do Banco Del Paraná. Gostaríamos também, talvez este seja o momento oportuno para que a Liderança do Governo e da Bancada absolutamente majoritária neste Parlamento, possam oferecer todas as informações necessárias para que possamos nos posicionar com tranquilidade e certos de que estamos contribuindo com os reais interesses da população paranaense.

Estas são algumas indagações que queremos colocar à apreciação. Por ocasião da 2.ª e 3.ª Discussão, queremos desenvolver o mérito do teor, tanto da mensagem, quanto do projeto.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está em votação. APROVADO.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/86, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã, passa a contar, da próxima Legislatura, com 11 (onze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Instituto de Previdência do Estado (IPE), o HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.S., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DO ESTADO DO PARANÁ - FAMOPAR", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 62/87, (Mensagem nº 82/87, ex-Proposição nº 76/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da

Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 13/03/87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Interior, hoje Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica, objetivando atendimento às Comunidades Rurais e Periurbanas, no que se refere às necessidades de água potável.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 65/87, (Mensagem nº 68/87, ex-Proposição nº 66/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, datado de 19/12/86, nº 8, Convênio datado de 26/11/86, nº 19, convênio aditivo datado de 02/10/86, objetivando serviços de Planejamento agrícola.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 66/87, (Mensagem nº 72/87, ex-Proposição nº 70/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio nº 03/87, celebrado em 05/06/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Londrina, objetivando a ação conjunta da SETR/PR e Prefeitura, no sentido de assegurar o fornecimento de brita graduada ao referido Município.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 67/87, (Mensagem nº 81/87, ex-Proposição nº 75/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos aditivos a convênios de cooperação administrativa e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando alterar aplicação de recursos em melhorias nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dá nova redação ao Art. 1º da Lei n. 9292/79. (Altera divisas do município de Cafelândia desmembrado do município de Castrolino). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor FRANKLIN

VIEIRA DA SILVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 217/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que denomina "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO", o Aeroporto do município de Cianorte, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 78/87, oriundo da COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS, que aprova as Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao Exercício de 1986, regulamentada pela Resolução nº 55 de 03/10/1983.- Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/87, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara o Estado do Paraná como "ZONA DESNUCLEARIZADA" e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.E.M.A. e C.S.P., por unanimidade.- Aprovado. Publicado no D.A. nº 117, de 19.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 278/87

PARECER:

De autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o Projeto de Lei em tela pretende declarar o Estado do Paraná, como "ZONA DESNUCLEARIZADA", e dá outras providências.

Dos termos da justificativa apresentada, fomos verificar que a proposta é merecedora de especial atenção visto que trata-se de matéria de interesse público estadual.

O nosso País, que ainda não atingiu o desenvolvimento necessário para propiciar condições básicas de sobrevivência, necessita entender que a vida deve ser preservada e que o preço para tal é a utilização disciplinada da energia atômica para fins pacíficos e a implementação do desarmamento.

Devemos, porém, levar em consideração que o perigo não está na energia nuclear e sim na produção de bombas e armamentos nucleares que colocam em perigo toda a vida terrestre.

Hiroxima e Nagasaki não nos deixam mentir, pois deixaram marcas profundas que não abandonarão a nossa memória tão cedo.

Especificamente em nosso Estado, e é o que nos interessa analisar agora, a contribuição na produção de energia elétrica por parte das usinas nucleares é signifi-

cativa não só para o consumo interno como também para os estados da Federação. A isso somam-se imensas extensões de terras férteis já inundadas pela construção das mesmas, que se por um lado contribuem para o desenvolvimento do País, por outro lado propiciam problemas sociais graves não solucionados até agora.

Caso venha a ocorrer a instalação de usinas nucleares, a utilização de energia nuclear, bem como o transporte de armas nucleares pelo nosso Estado, estará em risco a nossa principal fonte econômica geradora que é a AGRICULTURA, além de colocar em perigo o equilíbrio ecológico de nosso Estado.

Não basta apenas que se proíba a utilização de energia nuclear, exceto para fins pacíficos, mas se faz necessária uma fiscalização séria e urgente por parte do órgão responsável (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR), evitando-se assim a repetição do acidente radiativo ocorrido recentemente em Goiânia.

E é neste sentido que a EMENDA CONSTITUCIONAL N° 18, aprovada e promulgada pela Mesa desta Casa de Leis, vindo portanto a fazer parte do texto de nossa Constituição, vem reiterar a presente proposta, como podemos observar o texto abaixo:

Art. Único. O artigo 127 de nossa Constituição é acrescido do item XI e alíneas a, b, c e d com a seguinte redação:

"Artigo 127 -
XI - assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado,
.....".

Diante do exposto e com apoio constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça pronuncia-se favoravelmente, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 278/87

PARECER:

De autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o Plano de Lei em tela visa DECLARAR O ESTADO DO PARANÁ como "ZONA DESNUCLEARIZADA", e dá outras providências.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o aspecto legal e constitucional da matéria, veio a se pronunciar de maneira favorável, em concordância com a Emenda Constitucional n° 18.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o artigo 53 do Re-

gimento Interno, que confere à mesma competência para se manifestar sobre todos os assuntos relativos às Obras e Viação Públicas, conclui que a presente proposta não apresenta nenhum impedimento à sua tramitação normal por esta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE à APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 278/87.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 278/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem a finalidade de declarar o Estado do Paraná como ZONA DESNUCLEARIZADA, ou seja, proíbe a instalação de Usinas Nucleares, instalação de armamentos nucleares ou seu transporte, dentro dos limites do Estado do Paraná.

A presente proposta passou pelo grifo da Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta Parecer FAVORÁVEL.

De acordo com a Resolução n° 21/75, datada de 28/05/75, que cria e estabelece a competência da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a medida consubstanciada no Projeto é do cunho de matérias que são pertinentes à ouvida desta Comissão, já que trata da manutenção da Ecologia e da preservação do Meio Ambiente.

O tema discutido no projeto é de enorme relevância para o presente e o futuro de nosso Estado e do Brasil. É verdade que o nosso País não despertou realmente no valorizar da paz. Talvez seja pela razão que nunca passou pelos reais amargores de Guerra Civil ou Militar, como aconteceu nos Estados Unidos da América (na chamada Guerra da Secessão), Rússia (a conhecida Revolução Bolchevista) e na França (a notória queda da Bastilha), e muitos outros exemplos, que repletam a História do Mundo. Os países que realmente viveram qualquer tipo de guerra, sabem valorizar a Paz e a segurança social. A guerra não destrói apenas o coração humano, mas também o seu habitat, ou seja, a Terra Mãe.

Por isso, é necessário amar esta Terra, e querer preservá-la é o dever de todo o cidadão desejoso da Paz Mundial.

A triste conclusão de que com o desenvolvimento humano conjuntamente há o desenvolvimento técnico militar nos impulsiona a clamar pela preservação da Paz e do Meio Ambiente.

Por tais motivos é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.
(aa) GERNOTE KIRINUS - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 278/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por propósito declarar o Estado do Paraná zona desnu-clearizada.

A presente proposição passou pelas Doutas Comissões de Constituição e Justiça, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ecologia e Meio Ambiente, recebendo de todas Pareceres Favoráveis.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, conforme ditames regimentais e a Resolução n° 167/79 (que criou esta Comissão, dando-lhe competência nos assuntos que interessem tanto à Ordem como à Segurança Públicas), constata o seguinte:

I - Os pareceres favoráveis das Doutas Comissões acima mencionadas.

II - O relevante interesse público estadual consubstanciado no Projeto de Lei em tela.

III - A abordagem séria e alertante que faz a autora do Projeto, mostrando devida preocupação.

IV - Atitudes como esta apresentada evitarão descuidos como o ocorrido em Goiânia, com vítimas inocentes e desconhecidas do perigo de uma exposição a radiação.

Assim sendo, pelo grande passo que se dará aprovando o referido Projeto de Lei no âmbito Legislativo Estadual, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87
(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
AMÉLIA HEUSCHKA - Relatora.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 80/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade da Comissão de Tomadas de Contas e que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao Exercício de 1986.- Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 80/87

Artigo Único - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1986.

Sala das Comissões, em 13.11.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
WERNER WANDERER - Relator.

Apoio:

Antônio Belinati e Tadeu Lúcio Machado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 089/87

PARECER:

SÚMULA: Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício de 1986.

Através do Ofício n° 008/87, a Comissão Executiva e a Diretoria Geral encaminham para apreciação e julgamento desta Comissão de Tomada de Contas, o relatório elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico, que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná correspondente ao exercício de 1986.

O total da despesa orçamentária atingiu um montante de Cz\$ 208.648.880,34 (duzentos e oito milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta cruzados e trinta e quatro centavos), isto é, 91,1% (noventa e um vírgula um por cento), superior ao inicialmente programado, que era de Cz\$ 229.039.120,00 (duzentos e vinte e nove milhões, trinta e nove mil, cento e vinte cruzados).

O total dispendido, 79,08% (setenta e nove vírgula zero oito por cento), foi para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais; 20,37% (vinte vírgula trinta e sete por cento) com outras despesas de manutenção e 0,55% (zero vírgula cinquenta e cinco por cento) em Investimentos.

No Balanço Financeiro, constata-se que o saldo em Tesouraria que passa para o exercício de 1987, é Cz\$ 22.955.756,37 (vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados e trinta e sete centavos), dos quais Cz\$ 15.548.756,15 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados e quinze centavos), é advindo do resultado da "Receita Patrimonial" extra-orçamentária.

Analisando o processo fica evidenciado que a execução foi efetivada dentro dos parâmetros da Lei n° 4.320/64, e demais dispositivos legais atinentes, por isso entendemos que na presente proposição, as contas apresentadas estão em condições de serem APROVADAS, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
WERNER WANDERER
Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)-
Sobre a mesa, requerimento de autoria

do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da Redação Final dos Projetos constantes da Ordem do Dia, da presente sessão ordinária, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nº 335, 336 e 337/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 270/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a inclusão do Projeto de Lei nº 97/85, para apreciação, em Redação Final, na Ordem do Dia da próxima segunda-feira, dia 23 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do funcionário aposentado deste Poder, Sr. José Cláudio Luz, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rita Cabral, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio dos Senhores Deputados Sabino Campos, Anibal Khury, Vera Agibert e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por cinco (5) Deputados, para averiguação de responsabilidades da campanha desencadeada por órgãos vinculados à Secretaria do Trabalho e Ação Social, tentando intimidar e denegrir a imagem do Poder Legislativo e seus Parlamentares. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem a palavra para discutir.

O SR. PEDRO TONELLI - É requerimento; adia-se.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Estranha-se a atitude do Deputado Pedro Tonelli, de pedir para discutir e depois adiar, porque se trata de descaso para com

os Parlamentares. Por isso gostaria que o Deputado declinasse do pedido para que votássemos e pudéssemos tomar os caminhos devidos. Solicitaria a Vossa Excelência que colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **APROVADO.**

Gostaria de comunicar à Casa que a Senhora Hermínia de Barros Cavalcanti, que estava nas galerias desta Casa, sentiu-se mal, tendo sido atendida no departamento médico desta Casa, é funcionária da FASPAR, Auxiliar de Serviços Gerais, e esta Assembléia deu-lhe todo o atendimento, inclusive removendo-a para a FASPAR na ambulância principal do Poder Legislativo.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Não quis votar contra o mérito do requerimento, simplesmente quis adiar porque não tenho conhecimento e queria ter ciência do caso em discussão. Como não posso me abster, o que era melhor, gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência poderia ter requerido a leitura deste requerimento e esta Presidência o atenderia, porém esta Presidência anotar-se-á seu voto contrário.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Senhores Deputados Raul Lopes, Pirajá Ferreira, Sabino Campos e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do discurso proferido pelo Senador José Richa, no Plenário da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a prorrogação da sessão, por duas horas, conforme o Regimento Interno. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando cópia integral das notas taquigráficas da sessão do dia 13 de novembro do corrente ano. **Deferido.**

Esta Presidência determina ao Senhor 1º Secretário que sejam fornecidas ao Senhor Deputado Algaci Túlio as notas taquigráficas.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente,

diente, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do documento intitulado "Vamos reconstruir o Velho Caminho: Estrada do Cerne", e o texto "Uma Região Esquecida" - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de telefonia rural no Município de Mandaguçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo melhoria salarial dos Policiais Militares do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pedindo a manutenção do funcionamento do I.P.E., sem sua unificação com a Previdência Social. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a instalação de balizamento no aeroporto do Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando a implantação de um Posto Pólo de Identificação no Município de Laranjeiras do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de telefone público comunitário, no Conjunto Habitacional Cidade Alta, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pedindo implantação de um Posto de Serviço P.S., telefônico, na localidade de Carazinho, Município de Paulo Frontin. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Professora Alcíoly Therezinha Gruber de Abreu, pelo lançamento do livro "A Posse e o Uso da Terra: Modernização Agropecuária

de Guarapuava". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre qual a arrecadação mensal obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná. **Em votação.**

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhora Maria Bernardete Demeterco Saad, por ter sido homenageada com o troféu "Destaque Empresarial/87". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Administração, Secretário da Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado, viabilizando uma melhoria salarial da classe de Policiais Militares do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Cooperativa de Crédito Rural Três Fronteiras Ltda., pela passagem do seu 4º aniversário de Fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhora Maria Bernardete Demeterco Radad, pela sua escolha como Mulher Executiva de 1987, pela Conselho Permanente da Mulher. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de repúdio aos Constituintes, integrantes da Comissão de Sistematização que votaram pela aprovação ampliando o tempo de serviço para aposentadoria dos professores de 25 para 30 e de 30 para 35 anos de serviço. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Senhores Deputados Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, solicitando a prorrogação, por mais 180 dias, do prazo para apresentação dos trabalhos conclusivos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Contrabando. **Em Votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, encarecendo informações sobre o Projeto arquitetônico, pois estaria sendo contratado, sem concurso público, e sem concorrência, uma equipe de arquitetos paulistas, para a execução do Hospital Escola da Universidade do Município de Londrina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo informações sobre os critérios adotados pela Comissão de Acúmulo de Cargos. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, com apoio dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato, Anibal Khury, Sabino Campos e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, referendando o nome do Doutor Clotário de Macedo Portugal Neto, para nomeação ao Tribunal de Alçada do Poder Judiciário do Paraná. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo sua interferência junto ao Ministério dos Transportes, com vistas a duplicação BR-116, no trecho ligando Curitiba a São Paulo. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo o envio imediato de mensagem que reajusta o salário do funcionalismo público. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Eu solicito verificação de votação, tendo em vista que é um requerimento que...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Os Deputados que a aprovam, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo providências para a construção de um pátio assoleado e coberto, para a Escola Estadual Nohêmia Lopes Galvão Meimann - Ensino de 1º Grau, no Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Previdência Social, Presidente do IAPAS, Superintendente do IAPAS no Paraná e ao Governador do Estado, encarecendo a contratação dos Fiscais aprovados no Concurso Público, realizado, em 1985, para Fiscal de Contribuições Previdenciárias. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a recuperação e melhorias no trecho da estrada de acesso a localidade de Bairro Alto, no Município de Antonina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, pedindo a colocação de placas indicativas do "Ponto Turístico do Rio do Nunes", no Município de Antonina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores, encarecendo que o Governo Brasileiro se pronuncie, na Organização das Nações Unidas, quando da apresentação do relatório final de ano contra a ditadura de Pinochet e as seguidas violações aos direitos humanos cometidos no Chile. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, ao Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo a renovação do contrato com a CELEPAR, a fim de serem confeccionadas as etiquetas dos títulos eleitorais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre o valor total da perda real do Município de Bandeirantes, no corrente exercício, em virtude da nova Lei referente ao Imposto de Circulação de Mercadorias no Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta presidência, antes de marcar sessão para amanhã solicita aos nobres líderes das Bancadas desta Casa sobre o horário da realização da sessão, em virtude de vários Deputados estarem ausentes da capital, conforme requerimento aprovado de deslocamento dos senhores Deputados ao interior, se marca sessão para o período matinal, às 10:00 horas ou de acordo com o requerimento que não chegou a esta presidência, se transferiríamos esta sessão para às 14:30 horas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de externar o meu pensamento e solicitar a esta Mesa que devido a nós estarmos chegando ao final da legislatura e termos muitas matérias a votar, e não ser intenção de convocação de extraordinária, Vossa Excelência marcasse a sessão de amanhã para o período da tarde para dar o interstício de 24 horas e poderemos votar as matérias já votadas hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência consulta aos Srs. Líderes que estão presentes se concordam.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu sugiro de que realmente esta Mesa convoque para amanhã às 14:30 horas.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) A bancada do PDT também é do mesmo pensamento do companheiro Caíto Quintana.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria de contar com a compreensão da Mesa e das lideranças de diversos par-

tidos. Foi votado um requerimento nesta Casa abrindo espaço para que amanhã nós tivéssemos a oportunidade de falar sobre a situação da cafeicultura do Paraná e ficou definido que nós faríamos o encontro no plenário da Assembléia Legislativa. Uma vez em que há sessão, gostaria de solicitar de Vossa Excelência se nós poderíamos fazer a abertura desse encontro estadual da cafeicultura na parte da manhã e nos transferimos após o almoço para o plenário da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere em virtude da concordância de todos os líderes e marca e defere o seu pedido para que seja feita a abertura neste plenário, na parte da manhã, e a partir das 14:30 horas, sessão ordinária com a seguinte ordem do dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Só para concluir, Senhor Presidente, eu gostaria inclusive de convidar todos os Senhores Deputados, porque é um encontro de grande importância para o Paraná e até a nível de Brasil.

A abertura é às 9 horas encerrando às 5 horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência faz das suas palavras as palavras desta Presidência e solicita a presença da maioria dos Senhores Deputados, marcando sessão ordinária às 14:30 horas.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Eu gostaria de, dado ao nervosismo do momento, eu gostaria de pedir desculpas aos nobres Pares e à Presidência, que não é a intenção deste Deputado, em nenhum momento denegrir a imagem deste Poder, mas, dado a fúria do momento, no qual fui agredido, agi como o apóstolo Pedro que, num momento impensado, puxou da espada e cortou a orelha daquele que o procurava ofender. Eu, gostaria de pedir desculpas aos parlamentares e também aos funcionários desta Casa. Vejo que alguns nos olharam até com olhar de reprovação, mas, no entanto, quero dizer a esta Casa, aos nobres Pares que ser evangélico não é ser tapete de ninguém, provavelmente daqueles que tentam interferir na vida das pessoas. Estamos nos desculpando perante o Parlamento e não àquele que nos acusou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a grandeza de Vossa Excelência e agradece a compreensão dos Senhores Deputados também para que este episódio não mais se repita.

Esta Presidência fará, na segunda-fei-

ra, uma reunião de todos os Senhores Deputado Líderes, pedindo para que nós possamos manter um diálogo, principalmente agora que se aproxima o período de Natal, que é a confraternização, a amizade, a irmandade, para que nós valorizemos o nosso Poder, quando muitos procuram denegrir a sua imagem, e a dos Senhores Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Só para constar que este mesmo Pedro, que cortou a orelha do outro, na presença de Jesus ele negou conhecê-lo por três vezes.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Eu gostaria apenas de registrar e elogiar a atitude do Deputado José Felinto e pedir a ele a compreensão das palavras que eu aqui manifestei, que foi no sentido de preservar o Parlamento e a todos nós, a dignidade de todos nós. Se alguma palavra mais forte eu a pronunciei, foi o próprio clima e o temperamento em que ocorreu o fato, mas a atitude do Deputado mostra que ele também tem desprendimento, e registro, então, a minha satisfação em vê-lo prestar este depoimento principalmente como eu falei, naquela oportunidade, em sendo um companheiro de Bancada e este ato, agora, só enobrece o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, só para lembrar ao grande leitor da Bíblia, Pedro Tonelli, de que Pedro negou a Jesus três vezes, mas Jesus disse a ele: "Sobre ti, Pedro, edificarei a minha Igreja".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 255/85, 137/87, 212/87, 213/87, 230/87, 234/87 e 250/87.

e dos Projetos de Resolução ns. 63/87 e 64/87

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 103/86, 117/87 e 217/87

e do Projeto de Resolução n. 78/87

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 278/87, 326/87

e dos Projetos de Resolução n. 80/87

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-

mentar n. 272/84

e dos Projetos de Lei ns. 66/84, 72/84, 235/86, 21/87, 94/87, 145/87, 159/87, 183/87, 187/87, 189/87, 195/87, 211/87, 233/87, 235/87, 237/87, 238/87, 241/87, 242/87, 244/87, 245/87, 246/87, 248/87, 251/87, 257/87, 260/87, 261/87, 264/87, 265/87, 274/87, 276/87, 280/87, 282/87, 335/87, 336/87, 337/87, 236/87, 328/87, 306/87 e 253/87

e dos Projetos de Resolução ns. 46/87, 48/87, 69/87, 70/87, 71/87, 72/87, 73/87

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 1987.

Assembléia Nacional Constituinte

Constituinte JOSÉ RICHÁ

Discurso proferido em 15.11.87

na Comissão de Sistematização

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ - Senhor Presidente, Senhores Constituintes, agradeço a generosidade ao companheiro Jorge Hage, que abre mão do direito, neste instante histórico, de encaminhar sua emenda para deferir-me a oportunidade e a honra de fazê-lo.

Senhores Constituintes, a dimensão da grandeza de uma Nação é medida pela qualidade das decisões que suas lideranças são capazes de tomar nos momentos cruciais. Esta é uma Assembléia de líderes, este é um momento crucial. Está-se decidindo agora o futuro das instituições. Tenho plena certeza de que cada um dos eminentes líderes que aqui se encontram estão procurando produzir a melhor decisão para o País. Não tenho dúvida disso. Entretanto, para que possamos adotar a melhor decisão neste momento grave da nacionalidade, é preciso que tenhamos uma nítida e competente interpretação do quadro político, econômico e social do País.

De minha parte, vejo com muita angústia o quadro político e econômico e, em consequência disso, as agruras por que passa o povo brasileiro.

Entendo que a transição vem-se fazendo de forma bastante turbulenta desde o seu início. Começou com a fatalidade da perda para todos nós da grande figura de Tancredo Neves.

A partir daí, instaurou-se no País uma crise política que vem se agudizando cada vez com maior intensidade e intervalos menores.

Por muito menos do que o quadro polí-

tico que aí estamos observando, e para o qual o povo espera uma grande decisão nossa, (palmas) já se produziram, no passado, muitos golpes de Estado. E tudo isso em decorrência de um erro de avaliação do Presidente da República, que deferiu a todos nós, Constituintes, um direito que, na sua opinião, seria o de não ser discriminado, quando já votamos, no Capítulo das Disposições Permanentes, o mandato de cinco anos para todos os presidentes. Quer Sua Excelência que votemos para ele os mesmos cinco anos.

Ora, aí está o primeiro e grave erro de interpretação de Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney. Já tomamos a decisão de cinco anos de mandato permanente para os Presidentes da República, mas o atual Presidente deve compreender que é apenas o chefe da transição. (palmas).

Foi precisamente a falta desta clareza de interpretação que acabou fazendo com que a Aliança Democrática implodisse antes mesmo de ser concluída a transição. Todos sabemos que só seria possível uma aliança desse tipo para fazer a transição e não para fazer o governo, principalmente no sistema presidencialista. A Aliança Democrática poderia até dar certo, e sei que daria se o sistema fosse parlamentarista, que é muito mais representativo da sociedade como um todo. Apenas o Sistema parlamentarista é capaz, pela sua flexibilidade, de construir um governo que represente todas as variações ideológicas da sociedade. No sistema presidencialista isso não é possível. Portanto, a aliança que poderia dar certo na transição não persistiu pelo erro da avaliação do Presidente, que quis transformá-la numa aliança de governo.

"Além deste quadro político, vejo, com muita angústia - e acredito que posso compartilhar essa mesma angústia com todos os companheiros - lá fora o povo passar necessidades, numa hora em que o salário mínimo está no seu mais baixo patamar de toda a história brasileira, no momento em que se frustraram muitos Planos Econômicos. Mas, por quê? Por falta de uma sólida base político-parlamentar que pudesse sustentá-los. E aí está o resultado: a inflação numa tendência galopante que vai tornar o País inadministrável.

Ou vemos esse quadro com clareza para interpretá-lo e dar a nossa decisão dentro

de instantes, ou então estaremos correndo o risco de, por incompetência, por medo ou qualquer outra razão, colocar a Nação numa crise político-institucional. (Palmas)

Por isto, companheiros, a minha decisão sobre o tempo de duração do mandato do atual Presidente está condicionada à implantação do sistema parlamentarista; só ele é capaz de gerar um pacto político que dê condições de se formar um Governo forte, com autoridade, para, com austeridade, tirar o País dessas dificuldades.

Procuramos o entendimento com o Presidente da República nesse sentido. Eu mesmo - e toda a Casa é testemunha - fui um apóstolo incansável do entendimento. Entretanto, foram infrutíferas todas as nossas tentativas. Cheguei, arriscando e comprometendo a minha imagem de homem público, a propor, não apenas cinco anos, mas seis anos para o atual Presidente, desde que Sua Excelência concordasse conosco na implantação, mesmo que gradual, do parlamentarismo no Brasil. Não foi possível.

Vejam, meus caros companheiros, a grande frustração de que sou possuído, e com razão: nesta Casa fomos capazes, com todas as nossas diferenças ideológicas, com todas as nossas diferenças partidárias e até mesmo com algumas diferenças pessoais, de produzir entendimentos em cima de 8 títulos e 33 capítulos. Entretanto, não fomos capazes de entrar em acordo no que dizia respeito ao mandato do Presidente da República.

Ora, Senhores, pudemos superar divergências e diferenças quase intransponíveis, para dar à Nação a Carta Constitucional que, tenho certeza, há de ser o grande instrumento do agrado e as aspirações do povo brasileiro, mas não estamos sendo capazes de nos entender com o Presidente. Ora, prevejo como única saída para este quadro político, econômico e social profundamente grave, o entendimento. Pois, se o Presidente não quer entendimento conosco, mudemos o Presidente para beneficiar a Nação Brasileira (Muito bem. Palmas prolongadas).

Por isso, meus companheiros, voto a favor da Emenda Jorge Hage. Quero quatro anos de mandato. (Muito bem. Palmas) Quero que esta Nação ache um rumo de entendimento antes que mergulhemos numa crise institucional.

(Palmas).

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 1987.

"VAMOS RECONSTRUIR O VELHO CAMINHO: ESTRADA DO CERNE"

UMA REGIÃO ESQUECIDA

No início dos anos 60, com a abertura da Rodovia do Café, inteiramente asfaltada entre Ponta Grossa e Apucarana, o tráfego mais intenso deixou de lado a Estrada do Cerne, que começou a perder importância, juntamente com quase toda a região por ela servida.

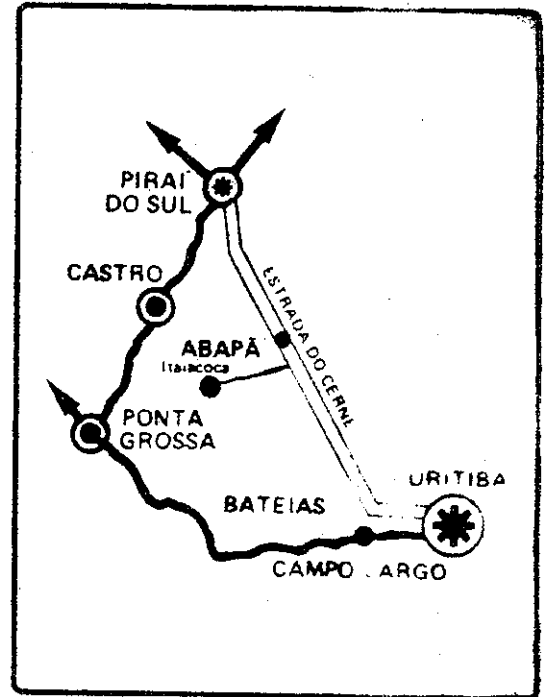
As condições técnicas da Estrada já não ofereciam escoamento adequado, não só pela natureza de seu revestimento, mas também pela precaríssima conservação.

Além disso, com a abertura de novas fronteiras agrícolas e por força de um sistema viário regional superado, foi provocado o esvaziamento econômico e demográfico da área, que permaneceu quase estagnada.

Em parte, isto veio a ser corrigido com a conclusão asfáltica do Trecho São Jerônimo da Serra-Piraí do Sul, que na sua inauguração destaca-se da publicação oficial o seguinte tópico: "A nova Rodovia do Cerne vai possibilitar o ressurgimento de uma região deprimida, que esteve isolada do resto do Estado, pela situação de abandono da estrada que a ela devia servir. Logo que se complete a pavimentação do trecho Piraí do Sul - Curitiba, teremos o encurtamento de mais de 100 km em relação à Rodovia do Café".

A conclusão deste trecho desenvolverá uma área de grande importância para os municípios de Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa e Campo Largo, além das regiões já citadas, possibilitando uma alternativa de tráfego seguro e eficiente, dando condições para a expansão de lavouras como o trigo, a soja, milho, feijão, arroz, batata, etc., sem contar com as centenas de empresas ligadas à extração de minérios, na região de Abapã e Itaiacoca.

Assim sendo, aliviar-se-á o tráfego das Rodovias PR-151 e Rodovia do Café, dando condições e acesso aos agricultores e industriais da área para um melhor escoamento da produção em direção à Capital e ao Porto de Paranaguá.



Grandes jazidas minerais a serem exploradas

Desenvolvimento para uma comunidade isolada



ANTECEDENTES HISTÓRICOS

"A maior rodovia que se construiu no Paraná em todos os tempos", dizia, em 1942, em relatório enviado ao Presidente da República o então interventor do Paraná, Manoel Ribas, acrescentando que com "uma extensão de setecentos quilômetros, ela serve a uma das zonas mais ricas e de mais intensa produção do Paraná e do País".

Manoel Ribas se referia à Estrada do Ceme, inaugurada em setembro de 1940, que partindo de Curitiba em sentido noroeste atravessava os três planaltos e alcançava o Norte do Paraná, nas barrancas do rio Paranapanema, com o objetivo de ligar o setentrão ao Porto de Paranaguá, na extensão de 480 quilômetros. Um ramal a partir de Pirai do Sul, no Km 158 se dirigia para a região nordeste, ligando o chamado Norte Velho ou Norte Pioneiro, até Jacarezinho, numa extensão de 220 km, um segundo ramal, já no setentrão, transpunha o rio Tibagi, inicialmente em balsa, para ligar Jataizinho, numa extensão de cerca de 14 km, a Londrina, fundada seis anos antes (1934).

Era, na verdade, a primeira grande estrada de rodagem visando integrar o Norte do Paraná ao sul do Estado, uma estrada "revestida com material duro" para uso com qualquer tempo, conforme a expressão da época, em que os recursos técnicos do rodoviarismo ainda precários, quando o asfalto era importado e muito caro, tinham que adaptar aos caprichos da geografia e ao terreno extremamente acidentado do relevo, para vencer uma sucessão de serras, que no caso do Paraná, se interpunha aos três planaltos característicos do território estadual. Na época, a Estrada do Ceme beneficiava diretamente oito municípios de um total de 40 então existentes - Curitiba, Cerro Azul, Castro, Pirai, Tibagi, Jaguariá, São Jerônimo e Sertãozinho - ao longo de um corredor regional compreendido entre os rios Laranjinha e Tibagi, isto é, uma zona intermediária de transição entre o Norte Pioneiro, desbravado ao estilo antigo em fins do século passado por mineiros e paulistas, e o Norte Novo, em fase de abertura nos moldes de uma colonização moderna.

A colonização dos sertões do Jataí teve origem na abertura de uma picada que o Barão de Antonina (o gaúcho João da Silva Machado) mandou fazer em meados do século passado, a fim de facilitar o transporte para Mato Grosso pelas vias fluviais Tibagi-Paranapanema-Ivinhema-Brlhante, pelo bravo sertanista Joaquim Francisco Lopes. Da expedição faziam parte os missionários capuchinhos Frei Timóteo de Castelnuevo e Frei Luiz de Cemetille que se estabeleceram em Jataí, aí fundando a Colônia Militar, criada por decreto imperial de janeiro de 1851. Em São Jerônimo iniciaram a formação de um aldeamento de índios Caingangues, que habitavam a região. Em 1870, Frei Luiz de Cemetille fez erigir uma pequena capela sob a invocação de São Jerônimo, padroeiro do aldeamento. Em 1920, São Jerônimo foi desmembrado do município de Tibagi, que compreendia áreas dos atuais municípios de Uraí, Jataizinho, Assaí, Curiúva (ex-Caeté), São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, Sapopema.



Abertura de Corte

Sem meios de transporte, a região estagnou no início deste século e assim permaneceu por muito tempo. São Jerônimo chegou a ser extinto, perdendo até o nome e passando a sede da Comarca para Assaí, que prosperava muito mais graças à cultura do algodão por colonos japoneses. Somente depois dos benefícios trazidos pela Estrada do Ceme, o município de São Jerônimo foi restabelecido com o nome de Araiporanga, que voltaria a ser Comarca, hoje com o nome de São Jerônimo da Serra.

Em 1928, a então Companhia de Terras Norte do Paraná obtivera por concessão do Governo do Estado uma área de mais de 500 mil hectares a oeste do rio Tibagi, aí instalando uma empresa consorciada de estrada de ferro (em direção a São Paulo) e de vendas de lotes rurais. Em poucos anos, verificou-se o afluxo maciço de migrantes nacionais e estrangeiros, uma verdadeira explosão demográfica de fora para dentro, que repetia e superava o exemplo histórico recente da expansão paulista, sob o impulso da cafeicultura. Nenhuma outra região do País teve um crescimento de maneira tão intensa como o Paraná no decênio 1940-1950. Basta assinalar que enquanto a população do Brasil aumentou nesse período de 27,64% a população paranaense cresceu 73,87%; a área cultivada em hectares do País teve um aumento de 22,99% enquanto a do Paraná, graças ao Norte do Estado, cresceu 185,72%.

Embora a ocupação do Norte, como prolongamento da frente cafeeira de São Paulo para a região Sorocabana já tivesse penetrado no setentrão paranaense e ultrapassado o rio Tibagi, o único meio de transporte de passageiros e de carga com o sul do Paraná era a estrada de ferro que, de Londrina se ligava a Ourinhos (SP) e daí descia até Ponta Grossa para então atingir Curitiba e o Porto de Paranaguá - um traçado em linha quebrada, com ângulos alternados de pronunciadas saliências e reentrâncias, na verdade, um ziguezague lembrando um enorme "Z" sobre o mapa viário do Estado. Em suma, um traçado anti-paranaense, como já era também a linha da ferrovia da Rede Paraná-Santa Catarina, que corta o Estado a leste, no sentido norte-sul, apenas para ligar o extremo Sul com São Paulo e Rio de Janeiro, deixando o interior dos planaltos sem cobertura de transporte.



As gaiolas, peonias e carretas puxadas por burros eram o meio de transporte dos operários e do material utilizados na construção da Rodovia do Cerne

O escoamento da produção colossal do Norte do Paraná demorava para chegar ao nosso terminal marítimo, tornando precária a presença do Governo na assistência às populações locais do setentrão e as frentes pioneiras, desprovidas de quase tudo. É desse tempo a frase então corrente de que no Norte do Paraná havia gente de toda parte do País, inclusive alguns paranaenses.

Nesse quadro de transportes precários e onerosos, pode-se fazer idéia do que representou a abertura da Estrada do Cerne, que reduzia pela metade a extensão e o tempo de viagem. Toda macadamizada, buscando sempre os espigões mestres, assim mesmo, a nova estrada teve que transpor várias serras, cerca de 15 nos que exigiram a construção de pontes de concreto ou de madeira, além de aproximadamente 100 boeiros "de pedra seca". A execução da obra demandou vários anos, com o último trecho de 27 quilômetros concluída em fins de 1940, entre a saída de Curitiba, no bairro de Santa Felicidade, e o córrego do Cerne, que daria nome à estrada. As obras principais e finais estiveram a cargo da construtora Sotner Dann, enquanto os recursos aplicados foram mobilizados em grandes operações de crédito pelo então Secretário da Fazenda, João de Oliveira Franco, sob a supervisão do engº Angelo Lopes, Secretário de Viação e Obras Públicas.

A solene inauguração da obra, embora ainda não inteiramente concluída, se deu a 26 de setembro de 1940, quando a estrada foi percorrida em toda a extensão por uma caravana de automóveis, com a participação do interventor Manoel Ribas, autoridades federais e estaduais, jornalistas, etc. Saíndo cedo de Curitiba e não obstante todas as paradas festivas no trajeto, a caravana oficial, após almoço em Pirai do Sul, com a participação dos prefeitos da região, chegou em Londrina à noite. Em São Jerônimo e, em seguida, em Assaí, os jornalistas que acompanharam a comitiva depararam pela primeira vez com japoneses, que nenhum deles até então conhecia pessoalmente. Naquele tempo, a cidade de Assaí era inteiramente nipônica: brasileiros mesmo, somente o prefeito, o delegado de polícia e o coletor de rendas.

Durante mais de vinte anos, a Estrada do Cerne se tornou o grande escoadouro da produção agrícola, notadamente café, que antes era em grande parte exportado pelo Porto de Santos, através da Estrada de Ferro Sorocabana, e passaria desde a década dos anos 40 a movimentar o Porto de Paranaguá. O saudoso Interventor Manoel Ribas ainda pôde assistir em vida ao embarque da milionésima saca de café através do nosso terminal.

Os reflexos benéficos da Estrada do Cerne na região de sua zona de influência foram imediatos. Três grandes empreendimentos industriais foram erguidos ao longo e nas imediações da nova estrada: a indústria de papel de Monte Alegre, ainda hoje a maior do País, a exploração em escala comercial do carvão paranaense em Figueira e a usina de açúcar de Porecatu, que atraíram capitais paulistas sob o estímulo das facilidades criadas pelo próprio Interventor Manoel Ribas. O Paraná não só crescia como celeiro agrícola e maior exportador de café do Brasil, mas também se industrializava a passos largos, transformando o Porto de Paranaguá no mais importante do País.



Levantamento topográfico, da esq. para direita Srs. Epaminondas (Xanda) Nocera, o topógrafo da obra e Eurides de Mello.